MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

LORRAINE OLIVEIRA NUNEZ

Os discursos de patrimonialização de Muqui e do sul do Espírito Santo

VITÓRIA
2015

LORRAINE OLIVEIRA NUNEZ

Os discursos de patrimonialização de Muqui e do sul do Espírito Santo

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro

Co-orientadora: M.ª Diva Maria Freire Figueiredo

VITÓRIA
2015

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do Iphan em Vitória/Espírito Santo.

Nuñez, Lorraine Oliveira.

Os discursos de patrimonialização de Muqui e do Sul do Espírito Santo/ Lorraine Oliveira Nuñez,2015
176 f.: il.

Orientadora: Rafael Winter Ribeiro

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.

1. Patrimônio Cultural. 2. Discurso. 3. Espírito Santo I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Título.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Lorraine Oliveira Nunez

Os discursos de patrimonialização de Muqui e do sul do Espírito Santo

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Vitória, 10 de Março de 2015.

Banca examinadora

_____
Professor Dr. Rafael Winter (orientador) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

_____
Professora M.ª Juliana Ferreira Sorgine – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

_____
Professor Dr. Marcelo Antonio Sotratti – Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

AGRADECIMENTOS

Contei, para a execução desta tarefa, com a colaboração de diferentes pessoas, às quais gostaria, agora, de manifestar minha mais sincera gratidão. Em primeiro lugar, quero agradecer aos membros da COPEDOC/Iphan por terem se empenhado na implementação do programa.

Ao meu orientador, Rafael Winter, e à supervisora/co-orientadora de minha investigação, Diva Maria Freire Figueiredo, pelo apoio para a realização da pesquisa.

Sou igualmente grata a todos os membros da Superintendência do Iphan no Espírito Santo, praticamente minha casa em Vitória, especialmente ao Yuri Batalha, Fernandinha, Fernandona, Aline Miceli, Antônio Carlos Mosquito e Clair Junior, pessoas que fizeram com que meu aprendizado ultrapassasse os limites acadêmicos. Aprendi muito com vocês, obrigada.

Aos companheiros e às companheiras de turma pela troca de informações e pelos preciosos debates, além de toda a descontração durante os encontros. Faço um agradecimento especial àquelas que estiveram presentes nos momentos mais difíceis do percurso: Lilian Fabre, Joseane Pereira, Michelle Cheibub, Tamyres Fontenele, Mônica Castro, Ana Betânia, Jaqueline e ao Marcelo Renam, por proporcionarem a alegria de inúmeros bons momentos, principalmente, durante o compartilhamento de pequenos e grandes lugares.

A Diovani Favoreto, pelo interesse e disposição em colaborar com a pesquisa.

Agradeço ainda a todos da cidade de Muqui, especialmente a Heder Jofre Prucoli, por serem sempre solícitos em contribuir com a pesquisa e pela interlocução. Em especial agradeço a Ney Rambalducci, cujo amor pela cidade ultrapassa todas as dificuldades.

Por último, mas nem por isso menos importante, agradeço a minha família: Sonia, José, Laiane, Tia Vânia e Vó Maria, obrigada por todo o apoio e incentivo para continuar na busca do conhecimento, ajudando-me a superar, inclusive, grandes adversidades, como a distância.

Para Bianca, amor incondicional.

RESUMO

NUÑEZ, L.O.*Os discursos de patrimonialização de Muqui e do sul do Espírito Santo*. 2015. 1176f . Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Vitória, 2015.

Nesta dissertação, proponho uma investigação sobre a construção de uma representação cafeeira, histórica e cultural para o sul do Espírito Santo e sobre a instituição de uma política de preservação dos bens culturais dessa tríade pelos órgãos federal, estadual e municipais do Estado do Espírito Santo. Para isso, foi necessário começar a pesquisa por uma trilha retrospectiva, a fim de compreender como a historiografia espírito-santense produziu um passado para o sul do Estado e como esse passado tem sido utilizado como legitimador dos motivos e sentidos nas ações atuais de preservação naquele território, lembrando sempre que a noção de Patrimônio Cultural – categoria-chave para a orientação das políticas públicas de preservação cultural – é historicamente constituída e tem se transformado no tempo. Essa construção é analisada nos discursos materializados em textos jurídicos (leis, decretos, ofícios e memorandos) produzidos pelo Estado do Espírito Santo e pelo município de Muqui, em inventários realizados, em programas de turismo e na historiografia. Dois são os pilares teórico-metodológicos: o campo do Patrimônio Cultural, por meio de conceitos que ajudam a compreender o discurso como relação entre a materialidade da linguagem e as condições histórico-sociais de sua produção, e as reflexões e construções teóricas acerca da escrita da história. Pretendemos desnaturalizá-los em suas práticas, definindo-os como construção social e temporal. O campo empírico desta dissertação está centrado na análise dos discursos do Patrimônio Cultural de Muqui (ES), o qual se circunscreve ao âmbito de duas categorias dos poderes do Estado: o Legislativo e o Executivo brasileiros, nos exercícios de suas funções de elaborar leis e fiscalizar sua aplicação, respectivamente. No executivo, os órgãos e agentes de preservação do patrimônio cultural são fundamentais pela atribuição de valores aos bens culturais, bem como por oferecer medidas de reconhecimento e preservação. Com esse estudo foi possível pensar sobre os discursos, embates, apropriações em torno da categoria "patrimônio" e, a partir daí, de que maneiras foram elaboradas concepções de memória, história, passado e cultura por meio de nem sempre estáveis mecanismos de preservação.

Palavras-chave:Patrimônio Cultural. Discurso. Espírito Santo.

ABSTRACT

NUÑEZ, L.O. *The speeches of the heritage Muqui and south of the Espírito Santo*.2015.176F Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Vitória, 2015.

In this dissertation , I propose an investigation into the construction of a coffee , historical and cultural representation to the south of the Espírito Santo and the establishment of a conservation policy of cultural goods of this triad by federal agencies , state and city of the state of Espírito Santo . For this, we need to start searching for a retrospective track in order to understand how the spirit - Santo's historiography produced a passed to the south of the state and how that past has been used to legitimate reason and senses the current actions of preservation that territory , always remembering that the notion of cultural Heritage - key category for the orientation of cultural preservation of public policy - is historically constituted and has become the time. This construction is analyzed in the discourse materialized in legal texts (laws, decrees, letters and memos) produced by the Espírito Santo State and the City of Muqui in inventories conducted in tourism programs and historiography. There are two theoretical and methodological pillars : the field of Cultural Heritage , through concepts that help to understand the speech as relationship between the materiality of language and the historical and social conditions of its production, and the reflections and theoretical constructions on written history . We intend to denaturalize them in their practices, defining them as social construction and temporal. The empirical field of this dissertation focuses on the analysis of the discourse of Cultural Heritage Muqui (ES), which is limited to the scope of two categories of state powers : the Legislative and the Executive Brazilians, in the exercise of its functions to develop laws and review implementation , respectively. The executive , the organs and preserving agents of cultural heritage are fundamental for assigning values to cultural goods , as well as to offer recognition and preservation measures . With this study, we could think about the speeches, conflicts , appropriations around the category " equity " and , from there , in what ways were prepared memory concepts , history, past and culture through not always stable preservation mechanisms.

Keywords: Cultural Heritage. Speech.Espírito Santo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Museu Solar Monjardim 32
Figura 2 – Capela do Solar Monjardim 32
Figura 3 – Visão externa do Solar Monjardim 33
Figura 4 – Varanda do Solar Monjardim 33
Figura 5 – Cidades históricas prioritárias das ações de preservação do DEPAM 37
Figura 6 – Localização das seis (6) cidades inventariadas pelo Iphan/ES 38
Figura 7– Mapa com a divisa territorial do Rio de Janeiro com o sul do Espírito Santo 55
Figura 8 – Croqui de Curt Nimuendajú, apresentando a região objeto de estudo, com data de registro histórico dessas ocupações indígenas. 60
Figura 9 – "Muqui oficializa tombamento" 84
Figura 10 – Imagem por satélite da cidade de Muqui/ES 86
Figura 11 – Imagem do Desenho Urbano de Muqui mostrando o perímetro do tombamento de Muqui. 87
Figura 12 – Croqui do Desenho Urbano de Muqui mostrando o perímetro do tombamento de Muqui. 87
Figura 13 – Muqui busca recursos para sítio histórico. 90
Figura 14 –"Muqui de portas abertas: cultura, vida, arte e monumentos. 100 anos fazendo história" 92
Figura 15 – "Muqui de portas abertas: aqui a cultura é quem dá boas vindas" 93
Figura 16 – "Muqui de portas abertas: saraus de piano nas residências" 93
Figura 17 – "Rota dos Vales e do Café: muita história para ser contada" 94
Figura 18 – Folheto Roteiro Cultural de Muqui – Parte da frente. 94
Figura 19 – Parte de trás do Folheto Roteiro Cultural de Muqui 95
Figura 20 – Fachada do armazém alterada em 2009. 97
Figura 21 – Galpão usado para armazenamento de café nos séculos XIX e XX , atualmente uma igreja. Parte da Frente (1) 97
Figura 22 – Foto da parte lateral do galpão, atualmente igreja. 98
Figura 23 – Parte de trás do galpão de café. 98
Figura 24 – Armazém de Café com a fachada alterada. 99
Figura 25 – Armazém de café 99
Figura 26 – Palacete e Igreja Matriz de Muqui 100
Figura 27 – Residência em Muqui com pinturas conservadas 100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Apes	Arquivo Público do Espírito Santo
Bandes	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
Condephatt	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
Depam	Departamento Patrimônio Material e Fiscalização
FD	Formação Discursiva
Findes	Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
Fundetur	Fundo Municipal do Desenvolvimento do Turismo de Muqui
IAGP	Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
Icomos-Unesco	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios-Unesco
Iepha	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGES	Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
Inbi-SU	Inventário Nacional de Sítios Urbanos Tombados
Inepac	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LBA	Livro de Belas Artes
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
Proext	Programa de Extensão Universitária
SDs	Sequências discursivas
Seces	Secretaria de Esporte e Cultura do Espírito Santo
Secult	Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
Sphan	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1 PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA E CONSIDERAÇÕES.19
1.1 Patrimônio Cultural e Iphan: construções, caracterizações e usos possíveis do termo19
1.2 Pesquisa e ação do Iphan no Espírito Santo 27

2 NARRATIVAS HISTÓRICAS: CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO 40
2.1 Plano e interpretação: a reordenação imaginária do Espírito Santo 40
2.2. Governo Estadual: Grandes Projetos de Espírito Santo 48
2.3 Universidade: as escritas científicas da História do Espírito Santo..... 52
2.4 O sul do Estado do Espírito Santo: cidades zeladores da identidade do café..... 55
2.5 A aplicação do plano em campo: a patrimonialização do café..... 66

3 MUQUI: CIDADE ZELADORA DA IDENTIDADE CAFEEIRA DO ESPÍRITO SANTO 69
3.1 Narrativas (não) lineares..... 73

CONCLUSÃO..... 105
REFERÊNCIAS 109
ANEXOS 117

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge da necessidade enfrentada pela Superintendência do Iphan, no Espírito Santo de traçar políticas públicas de patrimônio a partir de novas abordagens teórico-metodológicas do campo do patrimônio. Entre as interfaces disponíveis pelo edital a escolha do objeto se deu, em certa medida, por causa de um pedido ao Iphan de tombamento do município de Muqui, sul do Estado, em 2006. Por isso, compreender os valores embutidos no pedido assume grande importância, uma vez que permite identificar de modo mais preciso as maneiras mais adequadas de apoio à sua continuidade pelos órgãos de preservação. A construção de um bem como patrimônio cultural, seja ele uma manifestação imaterial, um artefato de uso cotidiano, uma obra de arte ou uma cidade, está investida de valores e significados que são construídos ao logo do tempo. Significa também retirar tal bem de sua posição ordinária e colocá-lo em outra posição, jogando luz sobre ele, mas não qualquer luz, uma luz que pretende ressaltar características predeterminadas. Assim, compreender qualquer processo de patrimonialização, as escolhas que são feitas e como determinadas narrativas são privilegiadas requer uma arqueologia, um processo de escavação dos discursos e valores, procurando entender como esses são construídos, o jogo de forças que permitiu a elaboração de determinados valores e como determinadas luzes são direcionadas para determinados aspectos enquanto outros permanecem sob as sombras, permitindo assim que determinadas características se destaquem. Será este um pouco do escopo deste trabalho. Ao procurar entender o processo de patrimonialização de Muqui e as tendências atuais para o Sul do Espírito Santo, pretende-se aqui compreender as escolhas realizadas e como determinadas narrativas são privilegiadas em determinados momentos e como tudo isso está associado com a atual tendência para a elaboração de políticas públicas para aquela área.

Para entender melhor o contexto em que esta pesquisa e essa demanda estão inseridas, é importante analisar a trajetória de atuação dos órgãos de preservação no município de Muqui. Até 2012, a gestão do patrimônio cultural de Muqui era feita pelos técnicos da prefeitura da cidade. A partir de 2012, a tutela se estendeu ao Estado do Espírito Santo, através da Secretária de Cultura do Estado do Espírito Santo (Secult). A primeira participação do Iphan/ES no município ocorreu em 1999, quando da “I Visita oficial à cidade de Muqui” pelos órgãos de preservação, autoridades e para uma conversa com cidadãos da cidade, evento para o qual o arquiteto Genildo Hautequestt Filho solicitou a participação da instituição.

Até então com sua atuação restrita ao papel de consultoria e de apoio às ações preservacionistas em Muqui, o Iphan/ES passa a ter um lugar destacado nesses processos após o pedido de tombamento federal, quando se constata a necessidade de ampliação do conhecimento acerca do patrimônio cultural de Muqui e passa-se a investir em estudos e inventários sobre a cidade.

O contato com a rotina institucional da Superintendência do Iphan em Vitória/ES permitiu-me o acompanhamento do "Inventário do Patrimônio Rural do Café no Sul do Espírito Santo" (2011-2013), que compreendia o levantamento de fazendas e estruturas laborais rurais remanescentes do processo econômico do café.

O Inventário teve por objetivo mais que a identificação dos bens. Além do conhecimento do conjunto de bens imóveis do território dessas propriedades rurais, objetivou-se a valorização desse patrimônio cultural. Com o inventário e a catalogação do patrimônio edificado, foi possível relacionar as fazendas através de seu contexto cultural, buscando uma reflexão sobre a ordenação territorial dessas propriedades com o intuito de reconhecer as transformações agrárias ocorridas nessas terras, as quais se constituíram como lugares de memória, como patrimônio da memória coletiva de uma comunidade, um dos aspectos envolvidos na construção do arcabouço conceitual do patrimônio. A leitura dos documentos desenvolvidos pela empresa terceirizada contratada, que tinha como tarefa compilar essas informações em fichas SICG,[1] foi a primeira aproximação que tive com esse universo, conhecendo as cidades que estavam no processo de inventário. São elas: Apiacá, Atílio Vivácqua, Cachoeiro do Itapemirim, Mimoso do Sul e Muqui.

Esse trabalho foi realizado até março de 2011, quando então a opção em ter o município de Muqui como objeto de estudo foi se confirmando. A razão dessa escolha está no fato de Muqui ser um município importante na construção da memória do café no Espírito Santo: a demanda enviada ao Iphan em 02 de fevereiro de 2006 (ANEXO A), solicitando o tombamento, bem como os desdobramentos e ações que aconteceram na cidade a partir de então, em diferentes níveis, propiciam um bom laboratório para analisar a produção da memória e os modos pelos quais os processos de patrimonialização são acionados. Enfim, Muqui permite ver esse processo em ação, pois trata-se de um caso que está ainda em curso. Complementarmente, como a adoção de um tema e/ou objeto de estudo pelo pesquisador nunca é imparcial, ela é movida por questões pessoais: sem dúvida, o afeto, a curiosidade, o

[1] O Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) é uma metodologia de inventário de conhecimento e gestão desenvolvida e utilizada pelo Iphan atualmente, que busca integrar em diversas fichas todas as categorias de patrimônio, assim como classifica níveis de aprofundamento das informações.

estranhamento, a proximidade e a amizade construída com os moradores da cidade facilitaram minha decisão.

A trajetória da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro pode ser entendida a partir da observação das práticas preservacionistas ocorridas, ao longo do tempo (mais especificamente, desde 1987), no município de Muqui. Os objetos selecionados, mas também os esquecimentos, são reveladores de processos de construção de narrativas e maneira como o patrimônio cultural é inventado e transformado em objeto de políticas públicas. Embora recebendo uma atenção bem tardia, se comparada a outras regiões do país, as primeiras ações de proteção do patrimônio cultural de Muqui referiam-se ao conceito de monumento arquitetônico e urbanístico como bens de valor exclusivamente artístico e histórico. Foram tombados pelo município, em 1999, 186 bens imóveis com características ecléticas representativas das primeiras décadas do século XX, correspondentes ao período cafeeiro em Muqui.

No ano de 2012, foi realizado o tombamento pelo Estado e o conceito de monumento aplicado foi ampliado, passando os mesmos bens culturais a serem entendidos como elementos inseridos em um contexto socioeconômico, portadores de valores; nesse momento, o conceito de *ambiência* ou *vizinhança* passava a ser levado em consideração na questão da preservação.

No caso da proteção federal, a exemplo do ocorrido em todo o Brasil, no período conhecido como “Fase Heroica do Iphan” (SANT’ANNA:1995), o Instituto no Espírito Santo privilegiou imóveis representativos do período colonial, todos tombados isoladamente, deixando Muqui de fora desse processo, relegada a permanecer na sombra, uma vez que ainda não eram identificados ali valores passíveis de destaque. O viés modernista que regeu o comando do órgão, pelo menos nos primeiros 30 anos da Instituição, nessa primeira fase privilegiava os processos de adaptação dos modelos formais, importados às condições locais, havendo uma clara aversão ao estilo eclético, característica predominante em Muqui. A cidade só viria a merecer maior atenção no início do século XXI, quando as narrativas para a atribuição de valores são consideravelmente distintas daquelas consagradas no século XX. Inserido em um novo contexto das práticas preservacionistas, o primeiro Projeto Básico criado por técnicos do Iphan/ES, em 2007, com o objetivo de produzir dados para guiar o processo de tombamento de Muqui, deixa claros os conceitos de diversidade cultural e paisagem cultural como norteadores da nova gestão dos patrimônios culturais.

Para atender às necessidades práticas de preservação do patrimônio cultural de Muqui, assim como para compreender as práticas de patrimonialização de bens culturais pelos

órgãos de preservação, é fundamental a compreensão dos valores atribuídos, à época do primeiro abaixo-assinado (ANEXO H), aos tombamentos e aos inventários, bem como à identificação dos bens protegidos.

As investigações e visitas de campo realizadas neste estudo evidenciam a necessidade de entender Muqui por meio dos discursos proferidos para a cidade pelos gestores do patrimônio cultural e intelectuais, relativos ao seu passado e à necessidade de preservação de sua memória, considerando-se as conexões fundamentais ao entendimento da construção dos valores patrimoniais e como determinados elementos são destacados. Procura-se, assim, compreender a transformação dos conceitos e instrumentos usados no processo de patrimonialização no caso específico de Muqui, através dos valores resultantes da memória e da história. Enfim, focaliza-se o debate acerca desse processo e da valorização de um determinado discurso em detrimento de outros, bem como a discussão sobre a naturalização de tal prática.

A metodologia de análise da patrimonialização de Muqui é feita aos moldes da análise discursiva, construindo-se elementos que possibilitem entender a construção discursiva pertinente a esse objeto de estudo. A patrimonialização de Muqui é, nesse sentido, considerada como algo construído histórica e socialmente e não como algo que tenha um significado *a priori*. Não só de Muqui, mas de todos os bens "patrimonializados". Isso nos leva a compreender como cada denominação, atribuição de valor, produz um sentido, levando em conta os contextos em que se situam.

Esta dissertação apresenta, portanto, uma investigação sobre a construção de um patrimônio cultural para Muqui e sobre a instituição de uma política de preservação de seus bens culturais pelos órgãos federal, estadual e municipais com atuação no Estado do Espírito Santo. Para isso, optou-se por iniciar a pesquisa através de uma trilha retrospectiva, a fim de compreender como a historiografia espírito-santense produziu um passado para esse território e as formas pelas quais esse passado tem sido utilizado como legitimador dos motivos e sentidos nas ações de preservação do patrimônio cultural naquele território.

O objetivo deste trabalho traduz-se, pois, em levantar e analisar os elementos culturais que são relacionados como patrimônio cultural de Muqui, destacando os valores e as categorias de bens que legitimam a sua proteção, levando em consideração o trabalho realizado por historiadores capixabas, cuja historiografia serviu como subsídio ao trabalho de patrimonialização.

Para isso, foi necessário analisar Muqui contextualmente, no âmbito de uma determinada representação do sul do Espírito Santo, assim como da importância historicamente

dada à economia do café no estado. Na busca desse objetivo, foram identificadas e analisadas as principais obras historiográficas locais, a fim de verificar como a cidade de Muqui é nelas apresentada.

A análise dos elementos culturais é feita aqui, portanto, a partir de discursos materializados em uma coletânea de textos da historiografia espírito-santense e das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural de Muqui– de plano local, regional e nacional– , de onde são retiradas as sequências discursivas (SDs) que constituem o *corpus* de análise desta pesquisa.

Essa materialidade discursiva (leis, tombamentos, a construção da história), que se pretende oficial e constitui o universo analítico deste trabalho, é composta por uma coletânea de documentos, agrupados e classificados, para fins de análise, em dois grupos. O primeiro consiste de obras historiográficas capixabas formuladas entre os anos de 1917 e 1990, por historiadores capixabas, que visavam à organização de uma documentação, recolha de fontes, preenchimento de lacunas historiográficas. Dado o *lugar discursivo* (ORLANDI, 2002), pode-se afirmar que são obras com pretensões de constituir-se como a história oficial geral do Estado. São elas: a) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* (1917 a 1980); b) *História do Estado do Espírito Santo*, de José Teixeira de Oliveira (1950); c) *Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX*, de Gabriel Bittencourt (1987); d) *Escravismo e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*, de Vilma Paraíso Ferreira de Almada (1984); e, finalmente, e) *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*, de Marta Zorzal Silva (1986).Essas pesquisas possibilitam o entendimento da construção de uma história para Muqui e para o sul do Estado, pois consolidam concepções específicas de história e impõem marcos discursivos que orientam as ações de órgãos de preservação atuais.

O segundo grupo de textos inclui textos jurídicos (como leis e decretos) correspondências (cartas, ofícios, memorandos, circulares, comunicados), textos programáticos (Plano Anual, Projeto Base, Diretrizes), relatórios técnicos, inventários e empreendimentos turísticos, enfim, documentos que visam ao reconhecimento, à preservação, à proteção e à manutenção do patrimônio cultural. A lista completa das fontes desse grupo compõe o ANEXO B desta dissertação.

A seleção desses textos se justifica por apresentarem concepções da história e do patrimônio cultural de Muqui, produzidas sob condições específicas de tempo e espaço, de modo a configurarem uma Formação Discursiva (FD) particular. Longe de ser homogênea, essa FD altera-se ao longo do tempo e, portanto, interessaria a esta análise discursiva, na perspectiva de Foucault (*apud* FISCHER, 2013), problematizar a frágil simplificação no ato de atribuição

de tal ou qual sentido às palavras, aos símbolos ou às imagens, assim como questionar a linearidade da própria explicação. De acordo com o autor, as coisas não possuem valores intrínsecos, essenciais; antes, esses significados são construídos por nós por meio da utilização de sistemas de representação e classificação.

Desde o início da abertura do processo do tombamento do patrimônio cultural de Muqui percebe-se uma infinidade de questões e discussões, de modo que se considerou necessário mapear os caminhos que levaram aos textos finais dos dois tombamentos, municipal e estadual. Esses documentos consolidam, em nosso entendimento, diferentes séries discursivas que conferem visibilidades e sentidos à cidade. Procura-se, por meio deste estudo de caso, uma reflexão sobre as relações de força e instabilidades envoltas nos processos de patrimonialização e, a partir disso, sobre o sentido dos discursos elaborados em torno da categoria patrimônio. Interessa observar os embates travados entre diferentes atores envolvidos nesses processos, assim como as distintas visões existentes dentro dos órgãos reguladores, refletindo como, a partir de uma profusão de olhares sobre o que é e o que pode vir a ser patrimônio – e sobre o papel e expectativas em torno dos instrumentos de preservação –, resulta um olhar que se pretende coeso em torno de um determinado bem. Pretende-se, com isso, tornar visível aquilo que constitui um texto como *doxa* (BORDIEU, 1989), de modo a desnaturalizar essas afirmações e reconstituir seu lugar na história (CHUVA, 2009).

Outros autores enveredam por esse caminho de análise, e deles inclusive nos valemos como arcabouço teórico-metodológico para esta pesquisa. É o caso de Mariza Veloso Motta Santos (1996) e José Reginaldo Santos Gonçalves (1996), que analisam a escrita das historiografias nacionais dos anos 1930 e 1940, cujas questões conceituais giram em torno da construção da ideia de uma nação. É nesse contexto que um conjunto de bens arquitetônicos e monumentais são consagrados como patrimônio nacional, como provas, como testemunhos de uma história oficial. Segundo Mariza Veloso Santos (1996, p. 82), a produção discursiva do Iphan culmina na nomeação simbólica de objetos móveis e imóveis, os quais são transformados em índices de nacionalidade, em referenciais coletivos por possuírem densidade histórica e estética. Esses discursos do patrimônio cultural constituem, conforme Gonçalves, uma "modalidade de invenção discursiva do Brasil" por produzirem "narrativas nacionais [...] cujo propósito fundamental é a construção de uma 'memória' e de uma 'identidade' nacional" (GONÇALVES, 1996, p. 11).

A representatividade do Espírito Santo no cenário nacional também é abordada. Tal questão é compartilhada tanto por aqueles que buscam compreender sua posição na historiografia quanto por aqueles que questionam a restrita lista de bens culturais presentes em

seu território que são preservados como patrimônio cultural brasileiro. Tendo o Espírito Santo vivido o processo econômico do café, no mesmo contexto que os outros estados do sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), como explicar a inexistência de bens tombados no Estado do Espírito Santo nessa temática? Os outros Estados possuem um amplo e significativo acervo representativo desse período, nos três níveis de reconhecimento: federal, estadual e municipal. Tal consideração possibilitou o entendimento da complexidade envolvida na gestão patrimonial, nas lógicas de poder que regem o que pode– ou não –ser patrimonializado. Entender tal prática, dentro de um contexto mais amplo de gestão pública, pode oferecer uma nova perspectiva ao processo de patrimonialização.

No que diz respeito à trajetória conceitual que orienta as práticas preservacionistas do patrimônio cultural brasileiro, recorre-se em especial à historiadora Márcia Chuva (1998), às sociólogas Maria Cecília Londres Fonseca (2005) e Mariza Veloso Santos(1996), e à antropóloga Silvana Rubino (1996), fundamentais ao entendimento dos conceitos e da experiência institucional do Iphan.

Atualmente, os bens representados pelo conjunto arquitetônico tombado em 1999 constituem somente uma das faces do acervo cultural de Muqui, ao lado de fortes referências naturais e bens culturais imateriais, ligados tanto à religiosidade e à gastronomia quanto à longa tradição rural do município reconhecidos, fruto de determinada ocupação, a de 1850, e das relações que se estabeleceram naquele território. Além do patrimônio arquitetônico, histórico e imaterial, os muquienses e o serviço do patrimônio têm atribuído importância a outros valores, a exemplo disso o acervo ferroviário da cidade.

Para lidar com esse processo, a sobreposição de diversas análises permitiu a compreensão da estrutura de valorização do patrimônio pelos diferentes níveis de políticas públicas. A combinação de tais sistemas possibilitou a identificação temporal de novos atributos e valores, fundamentais à prática de preservação do patrimônio cultural de Muqui, mas fez também surgirem alguns questionamentos que se procurou responder ao longo do trabalho. É possível pensar em políticas públicas sem considerar as relações de construção, manutenção e transformações dos seus valores de memória e patrimônio cultural? Como esses valores são apropriados pelas políticas de patrimonialização? No caso específico de Muqui, a questão é: como determinados valores são construídos por diferentes grupos e como estes são apropriados pelas políticas de patrimonialização? Da mesma forma, cabe perguntar: como estes valores se transformam ao longo do tempo? Considerando que as atuais problematizações do campo do patrimônio que buscam valorizar a diversidade cultural e também promover uma

sustentabilidade das práticas culturais, de que forma Muqui está sendo pensada agora através da atual (2002-2011) gestão do IPHAN?

Para tentar responder a essas questões e melhor compreender o campo do patrimônio cultural em Muqui, estruturou-se esta dissertação em três capítulos, além desta Introdução e da Conclusão. O capítulo 1, intitulado "Patrimônio Cultural no Brasil: trajetória e considerações", apresenta brevemente alguns marcadores históricos da trajetória da preservação patrimonial no Brasil e no Espírito Santo, para um melhor entendimento dos múltiplos significados atribuídos pelos preservacionistas locais ao patrimônio cultural da cidade de Muqui.

O segundo capítulo, "Narrativas históricas: construção da memória do café no Espírito Santo", analisa a produção de narrativas históricas relativas ao Espírito Santo e, mais especificamente, ao sul do estado, discorrendo sobre as formas pelas quais a ocupação da região sul do Espírito Santo foi vista e representada pela historiografia capixaba, produzida entre a década de 1950 até 1980.

No capítulo 3, "Muqui: cidade zeladora da identidade cafeeira do Espírito Santo", é feita a análise das narrativas em defesa da preservação do patrimônio cultural da cidade de Muqui nas políticas públicas de patrimônio do Espírito Santo, de 1987 a 2012. Investiga-se o processo de patrimonialização de Muqui e os modos como especialistas do patrimônio atribuíram novos valores, sentidos e usos às "memórias culturais de Muqui" – para usar um termo utilizado no primeiro abaixo-assinado – na luta pela sua preservação e pelo seu reconhecimento como patrimônio cultural nos três níveis: municipal, estadual e federal.[2] Além disso, esse capítulo apresenta o contexto atual do conceito de patrimônio em Muqui, indicando as escolhas que estão sendo feitas hoje e evidenciando as rupturas e continuidades dessas novas leituras patrimoniais da cidade, assim como sua articulação com a ideia de paisagem cultural.

Na conclusão, são apresentadas algumas considerações e diretrizes que à luz das interpretações aqui apresentadas são julgadas úteis para ações futuras que visem explorar a temática.

[2] O tombamento é o ato do reconhecimento do valor cultural de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de preservação. Pode ocorrer em nível federal, pelo Iphan, ou ainda nas esferas estadual ou municipal.

1 PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA E CONSIDERAÇÕES

A proposta -neste primeiro capítulo- é estabelecer uma discussão sobre alguns dos aspectos da trajetória de preservação do patrimônio cultural no Brasil, em especial no que se refere à ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa discussão tem como objetivo geral definir algumas das características da instituição relacionáveis ao estudo proposto e, muitas vezes, identificáveis nas ações realizadas no Espírito Santo. Não se trata de reproduzir mais um histórico da ação da instituição, já estudado ricamente alhures por diversos outros autores, mas recuperar uma reflexão que auxilie no entendimento de determinadas escolhas de narrativas e como estas foram operadas ao longo do processo de patrimonialização de Muqui e, principalmente, entender o patrimônio cultural como uma construção social que se transforma com a sociedade.

Ao mesmo tempo em que se comentam alguns pontos da trajetória do Iphan, busca-se estabelecer pressupostos que parecem interessantes para a análise do patrimônio cultural como valor construído, como discurso–abordagem que se supõe diferir, em certa medida, das perspectivas dos demais trabalhos realizados sobre esse tema no Espírito Santo. Quando o estudo se fecha sobre Muqui, esse espectro se torna ainda mais restrito, caracterizando-se por um conjunto de estudos realizados, em sua grande maioria, por arquitetos.

Analisam-se, com esse intuito, principalmente as obras de quatro autoras: a historiadora Márcia Chuva, cujo currículo de escritora a respeito da trajetória preservacionista no Brasil reúne uma série de textos importantes para o campo; as sociólogas Maria Cecília Londres da Fonseca e Mariza Veloso Santos, cujas obras, produzidas a partir de suas experiências na área, tornaram-se referência para quem quer compreender o campo do patrimônio cultural no Brasil; e a antropóloga Silvana Rubino, que faz uma análise importante das escolhas do Iphan ao longo do tempo.

1.1 Patrimônio Cultural e Iphan: construções, caracterizações e usos possíveis do termo

O conceito de patrimônio moderno não tem muito a ver com o sentido original que possuía: conjunto de bens herdados dos antepassados. Entendia-se, originalmente, que patrimônio era aquilo que se constituía como propriedade de um indivíduo ou família. Porém,

em nossa perspectiva, a palavra patrimônio alude a bens e costumes que se transmite porque se reconhece neles um valor e se lhes atribui uma propriedade coletiva. Ao longo do tempo, e especialmente no século XX, o conceito de patrimônio como herança coletiva tem evoluído e se pode dizer que o patrimônio, mais que um conjunto de bens, é uma construção social (PRATS, 1997). Isso porque é a sociedade, ou seja, somos nós que damos sentido e conteúdo ao patrimônio, reconhecendo determinados edifícios, lugares, objetos, costumes e pessoas como sendo relacionados à nossa identidade coletiva. Porém, para se chegar até essa definição, percorreu-se um longo caminho, o qual, em seguida se tentará resumir.

O termo patrimônio, conforme afirmado anteriormente, procede de uma palavra de origem latina ligada à ideia de propriedade. Segundo Françoise Choay (2006), define-se patrimônio da seguinte maneira: do latim *patrimonium*, herança, bens de família ou *paters familia* que uma pessoa tenha herdado de seus ascendentes. Porém, quando se fala de patrimônio cultural, a referência é feita a bens que não temos porque não somos seus proprietários diretos; ao contrário, falamos de uma propriedade coletiva da sociedade que disfrutamos, e no caso dos brasileiros, de um direito reconhecido na Constituição. Além disso, deve-se recordar que culturas não ocidentais possuem outro conceito para o que é herança comum, e que esta diversidade deve ser respeitada. O patrimônio cultural, portanto, é a herança de uma cultura. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco),

> O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas, surgidas da alma popular, e no conjunto de valores que dão sentido à vida, quer dizer, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a literatura, as obras de artes e os arquivos e bibliotecas (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1997, P.01).[3]

O patrimônio, em seu sentido mais amplo, é considerado hoje em dia como um conjunto de bens materiais e imateriais, herdados de nossos antepassados, que foram transmitidos aos descendentes. Consideramos patrimônio cultural o conjunto de objetos materiais e imateriais, passados e presentes, que definem um povo: língua, literatura, música, tradições, artesanatos, belas artes, dança, gastronomia, indumentária, manifestações religiosas

[3]Definição elaborada durante a Conferência Mundial da Unesco sobre o Patrimônio Cultural, celebrada no México, no ano de 1982. ICOMOS. Declaração do México (1985). In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais.* Caderno de Documentos, n.3. Brasília: IPHAN, 1995. P.311-319.

e, também, a história e seus restos materiais, quer dizer, o patrimônio histórico, que são destacados por diferentes razões e ganham um status diferenciado dentro das sociedades.

Ao longo de décadas, as definições em torno do patrimônio cultural, seus significados e suas razões se transformaram consideravelmente. Hoje, algumas abordagens mais contemporâneas e que pretendem ser mais complexas, identificam o território como um ponto de encontro do homem com seu patrimônio. Para essas abordagens, sem uma valorização cultural do território que ponha em evidência as singularidades de seus recursos e estimule a confiança da comunidade em si mesma e em sua capacidade criativa, é difícil que um lugar inicie seu desenvolvimento econômico. Portanto, o patrimônio é o resultado da dialética entre o homem e o meio, entre a comunidade e o território. Termos como território, desenvolvimento sustentável, identidade e cidadania recentemente passaram a constituir elementos centrais dos discursos patrimoniais. Nesse sentindo, o patrimônio não está só constituído por aqueles objetos do passado que contam com um reconhecimento oficial, senão por aqueles que nos remetem à nossa identidade. O conceito integral de patrimônio tem como dimensão a globalização do território e seus habitantes e como objetivo último, a qualidade de vida como consequência do desenvolvimento econômico e social sustentável: sua metodologia é a gestão integral dos recursos patrimoniais a partir de estratégias territoriais.

Como se chegou a essa definição? Ao longo do tempo, houve várias mudanças que permitiram a elaboração do atual conceito de patrimônio cultural: a formulação dos conceitos de monumento, patrimônio histórico ou bem cultural não se cristalizou até o século XIX e, mesmo após esse período, vem sofrendo alterações significativas.

A partir do século XIX, passou a considerar-se o monumento nacional como o elemento básico que integraria o patrimônio como herança em comum, baseado no valor de antiguidade, acima inclusive do valor artístico. Essa concepção fica evidente na obra de Alois Riegl (1858-1905), *O Culto Moderno aos Monumentos (1987)*. Rielg parte de uma dupla observação de monumento: subjetiva, determinada pela percepção do observador faz do monumento, e objetiva, determinada por sua condição de objeto dotado de história.

Conforme o autor, a consciência de que os monumentos são uma herança comum, uma propriedade coletiva, e de seu valor histórico os converte em elementos que se identificam com o ser de um povo. Os nacionalismos europeus do século XIX, portanto, viram nos monumentos os testemunhos das virtudes e da identidade dos povos, e por isso os monumentos foram definidos como monumentos nacionais. Porém, a plena consciência de monumento histórico se relaciona fundamentalmente à França, onde o Ministro do Interior, Guizot, cria em 1830 a figura do “Inspetor de Monumentos Históricos”. Em seguida são criados, em 1834, a

Sociedade para a Conservação de Monumentos Históricos e, em 1837, a Comissão dos Monumentos Históricos, encarregadas de sua tutela.

O Estado, assim, assume a tutela do patrimônio como bem coletivo, e aumentam os grandes museus nacionais, que ampliam então o conceito de arte e patrimônio, passando a contemplar as artes aplicadas, decorativas ou industriais, que contavam com defensores destacados, como John Ruskin. Passa-se também a valorizar a antes desprezada arte medieval, devido fundamentalmente ao movimento romântico, definindo-se os estilos Romântico e Gótico. De fato, os edifícios desses estilos, fundamentalmente o Gótico, passam a integrar o patrimônio coletivo ou convertem-se em monumentos nacionais, como é o caso da Catedral de Colônia e da Notre Dame, de Paris, entre outros.

Esse patrimônio de todos deveria ser preservado. Para isso, foi necessário estabelecer limites físicos e conceituais, regras e leis: "foi a ideia de nação que veio garantir o estatuto ideológico (do patrimônio), e foi o Estado Nacional que veio assegurar, através das práticas específicas, a sua preservação" (FONSECA, 1997, p. 28). Segundo a pesquisadora Maria Cecília Londres Fonseca (1997), essa é uma prática característica de Estados Modernos, que, por meio de determinados agentes e intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Outra autora, Márcia Chuva, destaca a grande proximidade entre o projeto de construção da Nação e o que ela chama de *patrimonialização*:

> Essas práticas de atribuição de valor e significados a bens materiais tomaram novas proporções no século XIX, quando a construção de um patrimônio foi articulada à formação dos Estados nacionais. Desse modo, constituiu-se, em diferentes países, um sentimento de pertencimento ao grupo-nação, no qual todos se identificariam a partir de referências, ícones ou marcas aos quais eram atribuídos valores. (CHUVA, 2011, p.37)

"O patrimônio" no Brasil surge nesse contexto. A atuação do Estado brasileiro na proteção do patrimônio cultural registra alguns momentos distintos nessa práxis preservacionista. Em um primeiro momento, prevaleceu o valor artístico; em outro, o valor histórico; em outro, o valor histórico, porém como valor de *documento*.

Criado em 1937, pelo Decreto-Lei nº 25, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), inicialmente Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional(Sphan), prestava, como definiam seus primeiros diretores, um serviço à nação na preservação do patrimônio. As abordagens, recortes e olhares sobre o patrimônio do Brasil foram definidos por muito tempo pelo grupo à frente do Sphan na época e devem, portanto, ser

analisadas conjuntamente, buscando não excluir outros institutos de memória criados pelo Estado Novo comesse mesmo propósito.

Para a compreensão do processo de construção e conceituação das práticas preservacionistas orientamo-nos pela divisão da história institucional do Iphan realizada por Fonseca (1997), já tornada clássica, e que enfoca dois momentos-chave na história da repartição: *a fase heroica*, que abrange as três décadas seguintes à criação do Sphan, e a *fase moderna*, que se inicia na década de 1970. Ao destacar essas duas fases cronológicas, Fonseca constrói sua análise institucional ao redor das gestões de dois diretores: Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor-fundador do Sphan, no período de 1937 a 1967, e de Aloísio Magalhães, diretor-fundador do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) e diretor da Fundação Pró-Memória. Trata-se de uma leitura consagrada da história institucional, hoje já criticada e relativizada por alguns autores, mas que ainda desempenha um papel importante nas narrativas das políticas de patrimônio no Brasil.

Na chamada *fase heroica*, a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade se destaca. Eleito para ser o primeiro diretor do órgão recém-fundado, Andrade em muito contribuiu para manter na linha de frente da temática patrimonial determinada concepção de patrimônio cujas ideias mantinham estreitas relações com o Movimento Modernista.

O papel desse movimento na institucionalização da política de preservação é primordial. Segundo Mariza Veloso Motta Santos (1996), a *Academia Sphan* era um local de discussão sobre o que se constituía como sendo o "conjunto de bens representativos de uma nação". A ideia de uma nação brasileira era então compartilhada e estruturada por intelectuais e artistas, que, reunidos sob tutela estatal, mantinham convicções bastante claras a respeito das variações de "passado", "identidade" e "diversidade", os quais eram entendidos como produtos da certeza de que, além de uma existência "evidente" e "óbvia", essas entidades seriam passíveis de resgate.

Segundo Silvana Rubino (1996), os primeiros registros no Livro de Tombo[4] apresentavam uma perspectiva predominante estética, além de estarem concentrados em um restrito tempo-história, voltados a fatos e personagens memoráveis. Durante os primeiros trinta anos da instituição, portanto, a atuação do Iphan foi orientada por uma maioria de profissionais

[4]O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde sua criação, em 1937, trabalha com um universo diversificado de bens culturais, classificados segundo sua natureza em quatro livros: 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Livro do Tombo Histórico; 3) Livro do Tombo das Belas Artes; e 4) Livro das Artes Aplicadas.

ligados ao Movimento Modernista (MOTTA; SILVA, 1998) e que viam, na arte e na arquitetura colonial, a expressão de uma verdadeira "identidade nacional".

O interesse por Minas Gerais[5] deve-se ao fato de o estado ser uma região onde se concentrava uma grande quantidade de obras arquitetônicas do barroco brasileiro, considerado o símbolo da "redescoberta" do Brasil pelos modernistas. Segundo Gonçalves (2002), de 1937 a 1979, a maioria das obras consideradas patrimônio cultural era representante do barroco e, em 1982, 70% do patrimônio cultural brasileiro estava localizado em Minas Gerais. "Nesse sentido, a assim chamada preservação deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e nos termos do presente", afirma Antônio Augusto Arantes em Produzindo o Passado (1984).

O interesse pelo barroco mineiro como símbolo de brasilidade pode ser entendido como uma invenção de tradição, que no discurso de continuidade tenta estabelecer um vínculo com determinado passado histórico: "Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição [...]" (HOBSBAWM; RANGER,2012, p. 9).

Como uma das principais figuras do Modernismo, Mário de Andrade se destaca. Em 1924, viaja a Minas Gerais na "Viagem de descoberta do Brasil". Em 1927, 1928 e 1929, percorre o Norte e o Nordeste do país em suas "Viagens etnográficas". E, ao ir ao encontro do "Brasil autêntico, dos lugares de memória nacional", começa a inventariar o patrimônio cultural brasileiro (NOGUEIRA, 2005).

Para Mário, o Brasil se tornaria civilizado quanto mais se afastasse da imitação do modelo europeu, principalmente francês, e criasse sua própria identidade, estabelecesse seus ideais. Dessa maneira, seu olhar se volta para o interior do país, menos ou nada contaminado pelo espírito da *Belle Époque*. Nos registros de sua viagem por Minas Gerais, o poeta expressa a preocupação de preservar aquela arquitetura do século XVIII, em grande parte religiosa católica. E, ao não reconhecer na população das pequenas cidades visitadas condições para identificar e dialogar com esse patrimônio descoberto, reafirma o papel dos intelectuais modernistas na tarefa de guarda da memória nacional (NOGUEIRA, 2005).

O desprezo do Sphan pela arquitetura que não se enquadrava em seus moldes de qualidade estética é visível por meio da quantificação dos tombamentos por estilo arquitetônico. Conforme dados apresentados por Fonseca (2005), dos tombamentos realizados até o fim da

[5] As primeiras cidades tombadas pelo Iphan, em 1938, foram cidades localizadas em Minas Gerais: Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, Diamantina, São João del-Rey e Serro.

fase heroica do Sphan (1937-1967), o barroco era o estilo mais valorizado, seguido pelo neoclássico. A arquitetura moderna teve seu primeiro exemplar tombado em 1947: a Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, em Belo Horizonte (MG). Na sequência, seriam tombados o prédio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1948; a estação de hidroaviões do Rio de Janeiro, em 1957; e a Catedral de Brasília, em 1967. Já o estilo eclético, apesar de sua importância histórica como estilo característico da Primeira República, só tivera, até então, três imóveis tombados e, ainda assim, exclusivamente por seu valor histórico, são eles: "Casas à Rua das Palmeiras, nº 35 e de nº 55" (Rio de Janeiro, RJ - número da inscrição no Livro Tombo 392, 393) e a "Casa à Rua Sorocaba, nº 200" (Rio de Janeiro/RJ – atual Museu Villa – Lobos, nº de inscrição 394).

Por outro lado, ainda segundo Fonseca (2005), se, na fase heroica do Sphan, o reconhecimento do valor artístico do bem era quase condição *sine qua non* para seu tombamento– recorrendo-se ao valor histórico apenas para o tombamento de bens que, não possuindo qualidade estética (nos moldes definidos pelos técnicos do Sphan), se enquadravam no Decreto-lei n° 25–, a partir dos anos 1970 a perspectiva histórica, ampliada, levaria a uma redefinição dos valores artísticos. Segundo a autora, no final da década de 1970 a percepção que as instâncias técnicas do Iphan tinham do valor artístico dos monumentos era conduzida com base em uma concepção não canônica da história da arte.

Nos anos 1970, a prioridade das inscrições de *pedra e cal* passa a sofrer diversas críticas, obrigando o Iphan a uma renovação do seu conceito de patrimônio, dando início ao que se habituou chamar de *fase moderna*. A figura de Aloísio Magalhães surge nesse contexto, modificando aos poucos toda uma lógica de pensamento. Segundo Letícia Bauer (2006), "Se, na prática, a arquitetura ocupa lugar de destaque nos quadros de bens tombados pelo Instituto, é fato que as discussões sobre as escolhas e relação com as comunidades envolvidas na preservação, foram ocupando importante lugar na pauta do Iphan."

Aloísio Magalhães procurou implementar, entre 1979 e 1983, uma nova política de patrimônio cultural brasileiro, usando um viés mais antropológico e procurando dar visibilidade à diversidade cultural do Brasil, que ele considerava portadora de uma rica singularidade. A noção de bens culturais por ele adotada enfatizava uma referência ao passado, reinterpretada com olhos no futuro e estabelecendo vínculos com as populações locais do presente.

Paralelamente às novas propostas do conceito de patrimônio, ocorria a inserção de novos atores na área da preservação cultural. O primeiro "Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados,

Presidentes e Representantes de Instituições Culturais", promovido em 1970 pelo Ministério da Educação e Cultura, deu início ao processo de descentralização das ações de preservação, resultando na criação de diversos órgãos estaduais de patrimônio (MOTTA; SILVA, 1998). Essa ação tinha como objetivo estudar um meio de complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, até o momento realizada apenas pelo Iphan. Nessa oportunidade, foram assinados o "Compromisso de Brasília" e o "Compromisso de Salvador".

É nesse momento que começam a ser criados os primeiros órgãos estaduais de preservação na região Sudeste, como o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (Inepac), o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turísticode São Paulo (Condephatt) e a Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo (Secult).[6] Dessa forma, inserem-se novos agentes do patrimônio e se estabelecem caminhos de atuação dos governos estaduais nas tarefas de preservação, flexibilizando e/ou ampliando critérios de valorização e seleção dos bens culturais, pois, como já denunciava Luís Saia em 1944 (SAIA, 1975), existiam conjuntos arquitetônicos complexos e bastantes definidos resultantes de outros ciclos econômicos que mereceriam ser preservados e estavam sendo ignorados pelo Iphan.

Com a entrada de novos atores nesse cenário, a atribuição de valores se torna mais complexa, provocando reflexões por parte dos próprios agentes dos órgãos de preservação a respeito de seus pareceres técnicos e de suas análises valorativas. Segundo Fonseca (1997), os critérios de atribuição de valor apoiados na autoridade de quem os formulava começaram a ser questionados na década de 1970, sendo um marco, nesse sentido, o processo de tombamento da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro.[7]

Na fase moderna, as perspectivas históricas começaram a ganhar mais espaço nas análises valorativas dos bens culturais. Alguns bens, antes valorizados exclusivamente do ponto de vista artístico, passaram a ser olhados também como *documentos* de uma determinada fase do desenvolvimento das cidades, do universo histórico e social, caracterizando-se como

[6] O acervo pode ser consultado na página da internet dos órgãos estaduais, a saber: http://www.inepac.rj.gov.br/, http://www.iepha.mg.gov.br/, http://www.condephaat.sp.gov.br/ e http://www.secult.es.gov.br

[7] Embora já se contasse, na década de 1960, com o tombamento de algumas edificações ecléticas, os mesmos tinham ocorrido pelo reconhecimento do valor histórico das edificações, ao passo que os prédios da Avenida Rio Branco foram inscritos no Livro de Belas Artes (LBA). No processo de tombamento do conjunto da Avenida Rio Branco, ficou evidente o confronto entre critérios distintos de valoração dentro dos quadros técnicos do Sphan. Relator do processo no Conselho Consultivo, o arquiteto Paulo Santos, por reconhecer o valor próprio de cada estilo de época, defendeu o tombamento de monumentos em estilo eclético e afirmou seu inconteste valor histórico, entrando em confronto com a autoridade de Lúcio Costa e com a tradição da casa.

documentos a serem analisados e interpretados, em relação aos quais o enfoque deveria se dar não apenas na parte tangível, mas também no cotidiano, nas relações e em todo o universo intangível que a eles dá vida.Além disso, com a descentralização das práticas preservacionistas e a abertura para a possibilidade de tombamentos estaduais e municipais, começou a ficar mais difusa a definição do que seria um bem de valor nacional.

Na tendência atual, procura-se seguir o conceito mais abrangente de Patrimônio Cultural, abarcando o conceito de paisagem cultural como valor do instituto do tombamento. Tal noção, empreendida com a promulgação da Portaria n°127, de 30 de abril de 2009, busca agregar os valores de conjunto– urbano, rural, natural, imaterial–e outras multiplicidades de valores a serem destacados. Tais associações, até então inéditas no campo de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil, foram possíveis por intermédio do encontro da História e da Arquitetura com a Antropologia, a Sociologia, a Geografia e a Ciência Política, que proporcionaram um diálogo entre as áreas de conhecimento, que reivindicavam seus lugares, convocando teorias e métodos próprios diante das questões relativas ao patrimônio, trazendo inúmeras contribuições para o entendimento das práticas de patrimonialização de bens culturais nacionais.

Como vimos, os debates sobre preservação sofreram algumas transformações, influenciadas por mudanças sociais, políticas e culturais e por novas tendências internacionais a respeito do tema, que transformaram a noção de patrimônio de modo a inserir os bens patrimoniais num debate mais amplo acerca do significado econômico, político e social da preservação. A próxima seção deste capítulo será dedicada a discutir como os bens culturais do Espírito Santo foram estudados e inseridos nas políticas nacionais de preservação do Patrimônio Cultural.

1.2 Pesquisa e ação do Iphan no Espírito Santo

Toda essa estrutura de institucionalização do patrimônio cultural teve sua trajetória particular no Espírito Santo. Através das fontes consultadas, o primeiro interlocutor de Rodrigo Melo Franco de Andrade no Espírito Santo foi André Carloni, construtor italiano que viveu praticamente toda sua vida em Vitória, tendo realizado diversos trabalhos no Estado, com destaque para a ampliação da Igreja do Carmo, a construção da antiga Assembleia, do Colégio Pedro II, da Santa Casa da Misericórdia, da Catedral Metropolitana e do Teatro Carlos Gomes. Sua correspondência com Rodrigo Melo teve uma frequência considerável e permite algumas

inferências acerca da organização do Sphan na região Sudeste, em particular no estado espírito-santense.[8]

André Carloni foi peça fundamental na escolha dos bens a serem tombados no Espírito Santo. Nomeado "observador do patrimônio", os bens por ele indicados e selecionados pelo diretor do Sphan integraram o primeiro grupo de bens protegidos pelo Decreto-lei 25, em 1938. É dele a seleção que resultou na lista dos bens que chegaram às mãos de Rodrigo para apreciação e decisão pelo tombamento no Espírito Santo. Apesar disso, sua presença na ação de preservação do Iphan ainda é muito pouco mencionada em relação ao peso de sua atuação.

O diálogo de Rodrigo Melo com André Carloni teve início na década de 1940, quando o diretor do Sphan iniciou suas tratativas para que o construtor italiano assumisse a representação do distrito do Espírito Santo.[9] Nesse período, por todo o Brasil foram realizados levantamentos para selecionar bens que deveriam ser protegidos por meio de tombamentos de forma imediata. Já em 1938 foram feitas 235 inscrições – incluindo inúmeros bens, inclusive seis cidades - nos Livros do Tombo do IPHAN. Na pesquisa realizada no Arquivo Noronha Santos, que guarda a maior parte da documentação do Iphan referente a essa época, foi possível perceber que Rodrigo correspondia-se com inúmeras pessoas de todo o país ao mesmo tempo e com semelhante dedicação. Suas correspondências são detalhadas, frequentes e sempre interessadas no trabalho que cada um de seus representantes estava realizando nas localidades privilegiadas pela ação do Sphan. No Espírito Santo, André Carloni trabalhou durante 22 anos, enviando para Rodrigo Melo fotografias, relatórios e inventários dos bens espírito-santenses de possível interesse para o Iphan.

Sua escolha para o cargo, no entanto, é um tanto paradoxal, como afirma Renata Cerqueira do Nascimento Salvalaio (2008), uma vez que vai de encontro com a forma de atuação do órgão naquele momento: "já foi visto anteriormente que o quadro de funcionários do Sphan era formado predominantemente por arquitetos, em sua maioria defensores da arquitetura moderna. Como explicar a nomeação de um não-arquiteto para a proteção dos monumentos no Espírito Santo?", questiona a autora de dissertação intitulada *Política oficial de preservação em Vitória: análise de uma trajetória,1900-2000*.

[8] Cartas, telegramas trocados entre Rodrigo M. F. Andrade e André Carloni podem ser consultados no arquivo da Superintendência do Iphan em Vitória/ES.

[9]Durante seus primeiros anos de existência, a sede do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional funcionou no Rio de Janeiro, sendo em Brasília a sede central atualmente - a sede do SPHAN continuou no Rio de Janeiro até ser transferida, na década de 1990, para Brasília. Posteriormente foram criadas representações regionais através de distritos, com jurisdição sobre vários estados. Nas regiões que não contavam com a supervisão de nenhum distrito foi fundamental o trabalho de agentes locais, muitas vezes recrutados por funcionários do próprio SPHAN.

Suas funções enquanto representante, no entanto, foram claramente definidas pela Diretoria do órgão:

> a) assegurar proteção eficaz aos monumentos tombados no território espírito-santense, quer no tocante à conservação cuidadosa de sua integridade e suas características, quer no sentido de lhes preservar a ambientação adequada e impedir a intrusão de novas construções volumosas ou impróprias na respectiva vizinhança;
> b) despachar ou encaminhar a esta Diretoria, conforme circunstâncias, requerimentos de obras de qualquer natureza nos mencionados monumentos e em suas imediações;
> c) propor, com fundamentação suficiente, o tombamento de bens móveis e imóveis cuja conservação lhe parecer de interesse público na área desse estado;
> d) prestar assistência aos museus de arte e de história existentes no Espírito Santo;
> e) inspecionar periodicamente os bens tombados;
> f) tratar com autoridades federais, estaduais e municipais dos assuntos de interesse dessa repartição. (*apud* SALVALAIO, 2008, p.58)[10]

No Espírito Santo, a prioridade da atuação do Iphan, de maneira geral, é marcada por três fases: a primeira, dos tombamentos, entre os anos de 1940 e 1970, quando foram identificados e protegidos os bens coloniais de valor cultural e histórico; a segunda fase, entre 1980 e 2002, em que foram realizadas grandes intervenções de conservação e restauração, assim como o Registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, uma das mais importantes referências culturais do Espírito Santo; e, finalmente, com a criação da Superintendência, em 2004, uma fase em que se assinalava a vontade de ampliação do acervo tombado e de aprofundamento das formas de apropriação social e econômica dos bens culturais. (IPHAN, *Espírito Santo*)

Entre 1940 e 1965, na primeira fase com Carloni à frente das ações do Iphan no Espírito Santo, as escolhas seguiram uma tendência nacional, buscando-se, através da seleção de bens, construir o universo simbólico do patrimônio cultural nacional. Ao longo desses 25 anos foram tombados apenas quatro edifícios, todos exemplares da arquitetura luso-brasileira do período colonial, sendo um de arquitetura civil e três de arquitetura religiosa. A predominância das inscrições no Livro do Tombo de Belas Artes, atestando a prevalência da perspectiva artística sobre a histórica, foi mantida: apenas a Igreja do Rosário foi inscrita

[10] Segundo Renata Salvalaio, foi encontrado no arquivo da 21ª Superintendência Regional do Iphan, em Vitória, um ofício enviado por Rodrigo Melo Franco de Andrade a André Carloni, no qual estavam relacionadas suas atribuições, conforme a citação apresentada. Devido ao estado material do documento, não foi possível estabelecer seu número ou data. Ofício semelhante foi enviado à Christiano Woeffel (substituto de Carloni no cargo) em 04 de outubro de 1965 (Ofício nº. 265/65).

também no Livro do Tombo Histórico. Os bens imóveis também foram privilegiados em relação aos móveis, que continuavam relegados à proteção da igreja.

Um dado fundamental, que não foi encontrado em nossas pesquisas, refere-se ao material sobre a justificativa do tombamento da Chácara Solar do Barão de Monjardim, que fugia, na medida do possível, à regra proposta pela Academia Sphan naquelas décadas inicias. A política de preservação federal no Espírito Santo foi inaugurada com o tombamento da Chácara Solar do Barão de Monjardim, em 1940, inscrita no Livro do Tombo das Belas Artes. O casarão, que hoje abriga o Museu Solar Monjardim, administrado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), teve sua construção iniciada na década de 1780 e foi sede da antiga Fazenda Jucutuquara, implantado no Morro de mesmo nome, que abrigava inúmeros bairros da região do maciço central da ilha de Vitória:

> Erguida na passagem do século XVIII para o século XIX pelo então capitão-mor da vila de Vitória, Francisco Pinto Homem de Azevedo, a casa-sede da Fazenda Jucutuquara é o único exemplar da arquitetura rural do período da Colônia remanescente no Espírito Santo. Situada à margem da estrada que ligava a sede da província à vila da Serra, ao norte, sobre um rochedo nu, arredondado no topo e cilíndrico, a fazenda era um importante ponto de referência para viajantes. (SECULT, 2008, p.538).

No século XIX, Jucutuquara foi uma fazenda de café do Barão de Monjardim, herdeiro do capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo. Já vimos que os monumentos do período colonial foram os primeiros bens a serem tombados, constituindo a maior parte dos monumentos inscritos nos Livros de Tombo. A prioridade foi dada aos remanescentes coloniais ameaçados pelo processo de urbanização, como as cidades dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. As fazendas, que geravam grande parte da riqueza que ia para as cidades, não aparecem com tanta importância ao longo desse processo.

No entanto, a discussão sobre o patrimônio rural esteve presente no Iphan desde o momento de sua criação. Podemos perceber que os estudos publicados na revista do órgão acabavam por influenciar o que deveria ser tombado ou não. Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador e diretor do Iphan, em artigo intitulado “Arquitetura Brasileira do Ciclo do Café; Fazenda do Resgate, no Vale do Paraíba”, publicado em 1955 no terceiro número da *Revista Módulo*, afirmava que o estudo sobre a arquitetura do período cafeeiro deveria seguir outras orientações:

> O estudo de nossos monumentos seria muito incompleto e superficial se limitado às áreas urbanas, tornando-se extraordinariamente mais rico e

> elucidativo para o conhecimento de nossas origens desde que compreenda os domínios rurais. Cônscios desse fato, os interessados por tal estudo não descuidaram dos remanescentes prestigiosos dos antigos estabelecimentos agrícolas no Brasil. [...]Quase todos, porém, correspondem ao período designado como o ciclo da cana de açúcar, poucos sendo os que se podem considerar expressões do ciclo pastoril ou do couro, assim como do ciclo do café. (ANDRADE, 1987, p. 326)

Apesar da opinião marcante de Rodrigo Melo Franco, poucas fazendas rurais foram tombadas. Em 1939, o Iphan tombou o núcleo urbano de São João Marcos, no estado do Rio de Janeiro, uma das mais importantes cidades no processo econômico do café, mas logo em seguida voltou atrás, "destombando-o" em 1940, em razão da inundação pela represa construída pela Light [11]. Anterior até ao Decreto nº 3.866, que dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que é de 29 de novembro de 1941. Em 1947 é também tombada a casa da Fazenda do Capão do Bispo,[12] edificada no final do século XVIII, que pertenceu ao primeiro bispo do Rio de Janeiro. O tombamento privilegiou a sede da propriedade rural, considerada um dos principais núcleos disseminadores de mudas de café rumo ao interior.

A Fazenda Jucutuquara, em Vitória, possui algumas características que valem a pena descrever. Sua arquitetura revela aspectos do modo de vida de uma família abastada, características das casas rurais mineiras, com entrada principal, extensa varanda fechada, capela, quartos de hóspedes, escritório, sala de visitas, sala de jantar, dormitórios, cozinha e porão. Ela mantém sua estrutura original, em pedra argamassada e paredes de pau-a-pique, com portas, janelas, pisos e forros em tábuas de madeira. Segundo documentação do Arquivo Central do Iphan, o imóvel possui as seguintes características:

> O partido arquitetônico adotado apresenta planta retangular em dois pavimentos e camarilha, coberta por um telhado de quatro águas, de telhas de barro canal em capa e bica, com beiral encachorrado. A cobertura da camarilha acompanha o desenho do telhado do corpo principal da casa, em quatro águas. No pavimento superior os vãos se abrem para uma nobre varanda que serve de ligação entre os diversos compartimentos da casa, que são acessados por

[11] OLIVEIRA. Maria Amália Silva Alves. O processo de regeneração cultural de São João Marcos. IN: V FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU, 5, 2011, Foz do Iguaçu. Disponível em: http://festivaldeturismodascataratas.com/wp-content/uploads Acesso em 22 dez.2014. São João Marcos foi a primeira cidade tombada pelo SPHAN em 1939. Seu destombamento realizado em 1940 pelo Governo Vargas através do decreto-lei nº 2.269 que consentiu para a Light o direito de construir uma represa em Lajes, para o aumento da distribuição de energia elétrica para o Rio de Janeiro, o que levaria a possível inundação de São João Marcos representa um marco na história do patrimônio cultural. MELO, Leda. Uma cidade perdida: São João Marcos e seu destombamento. IN: XIV Encontro Regional da ANPUH – Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais Acesso em 22 Dez, 2014.

[12] Bem/Inscrição: Casa da Fazenda do Capão do Bispo. Nome atribuído: Fazenda do Capão do Bispo: casa. Nº Processo: 0367-T-47. Livro Belas Artes. Nº inscr.: 311; Vol. 1; F. 065; Data: 30/08/1947.

janelas rasgadas protegidas por guarda corpo de madeira com balaústresse (*sic*)tábuas recortadas. A implantação do edifício faz surgir um porão que segundo fontes secundárias servia para a acomodação de escravos. Todos os vãos do edifício possuem quadros em madeira com vergas em arco abatido e tampos das esquadrias em madeira, tipo calha, com tábuas sobrepostas, caracterizando o sistema construtivo adotado na arquitetura colonial encontrada também em outras regiões brasileiras.(IPHAN, 2014)[13]

Figura 1 – Museu Solar Monjardim



Fonte: SECULT, 2009, p 538.

Figura 2 – Capela do Solar Monjardim



Fonte: SECULT, 2009, p.540.

[13] Os dados dos bens tombados podem ser consultados no site do Iphan, na seção relativa ao Arquivo Noronha Santos. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans/.

Figura 3 – Visão externa do Solar Monjardim



Fonte: SECULT, 2009, p. 543.

Figura 4 – Varanda do Solar Monjardim



Fonte: SECULT, 2009, p. 541.

Como dito anteriormente, os motivos que justificam ter sido este o primeiro bem a ser tombado não são bastante claros; porém, algumas respostas são comumente aceitas pela bibliografia consultada.

A primeira tem relação com os remanescentes do período colonial existentes no Estado que estavam na eminência da perda. É indubitável que os trabalhos de melhorias urbanas realizadas durante o governo de Jeronymo de Souza Monteiro (1908-1912) representaram um

marco no que diz respeito aos valores preconizados pela *Bélle Époque* e à necessidade de construção de uma capital mais acessível internamente, embora, para isso, tenha se optado pela demolição e substituição de casarios construídos no período colonial. Apesar de, na época, alguns opinarem contra tal procedimento, Adriana Lucena (2007) descreve a opinião favorável da maior parte população, que "via com bons olhos os 'novos' signos do progresso" (p.16):

> [...] Dentro em pouco, Victoria será uma cidade formosa e confortavel, reformada de accordo com os mais modernos principios de techinica e esthetica urbana em voga nas grandes capitaes do mundo. Será um ponto magnifico de atracção turistica pela belleza de suas paragens e conforto de suas novas edificações. Sob esse aspecto, dada a facilidade de comunicações com a capital da República, Victoria será, com effeito um ponto encantador pra a visita dos estrangeiros que aqui vêm, à procura de sensações novas [...] O progresso urbano de Victoria tem sido muito rápido. Agora mesmo, acha-se em via de conclusão um bello arranha-céo, onde será installado um moderno e confortavel hotel, além de um luxuoso cinematographo, localizado no andar terreo.[...] (LUCENA, 2007, p. 1).

Quando elementos do período colonial passaram a ser valorados como símbolos da nacionalidade brasileira e do surgimento do mito da nação, o estado do Espírito Santo contava com poucos exemplares dessa busca histórica. Com base nisso justificou-se o primeiro tombamento no Estado, do já mencionado Solar Monjardim, e o dos antigos sobrados de Vitória (números 197 e 203/205) que, tombados pelo Iphan em 1967, são os únicos remanescentes da arquitetura colonial civil em Vitória.

O segundo motivo, que se relaciona diretamente com o anterior, diz respeito às ameaças de desconfiguração constantes na estrutura do conjunto. Apesar da anuência ao processo, dada em outubro de 1944, os proprietários passaram a criar uma série de obstáculos para a manutenção do edifício, alegando principalmente falta de verba (SALVALAIO, 2008). Frente à ameaça de abandono em que se encontrava o imóvel, o Governo do Estado arrendou o edifício em julho de 1944, nele instalando o Museu do Capixaba. O arrendamento foi sucessivamente prorrogado até a década de 1960, quando o proprietário loteou o terreno e passou a vendê-lo, comprometendo o aspecto paisagístico da área preservada. Em 1965, o então reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Fernando Duarte Rabelo, pediu ao ministro da educação e cultura que declarasse a propriedade de utilidade pública, em favor da universidade, o que de fato aconteceu com o Decreto nº. 56.460, de 14 de junho de 1965, que transferiu a propriedade do Sr. Manoel Freitas Calazans para aquela instituição.

Após a aposentadoria de Carloni, na década de 1960, instalou-se o Escritório Técnico do Espírito Santo, vinculado à 6ª Diretoria Regional, no Rio de Janeiro, chefiado

sucessivamente por professores do Centro de Artes da Ufes até 1990, quando foi transformado em sub-regional, com quadro técnico próprio, ainda subordinado à administração do Rio.

Mais recentemente, em 2002, como exemplo da nova diretriz assumida pela instituição, que tem como objetivo contemplar a pluralidade cultural brasileira expressa em sua dimensão especificamente imaterial foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, o qual se encontra hoje em processo de salvaguarda.[14]

O Registro das Paneleiras de Goiabeiras inaugurou a proteção dos patrimônios imateriais pelo Iphan. Na sequência, em 2005, o Jongo do Sudeste, outro bem desta categoria, fortemente ligado às fazendas cafeeiras do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, também foi reconhecido como patrimônio cultural brasileiro.

O Jongo, que sempre se situou em uma dimensão marginal na qual os negros falam de si e de sua comunidade através da crônica e da linguagem cifrada, é também conhecido pelos nomes de tambu, batuque, tambor e caxambu, dependendo da comunidade que o pratica. Ele integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia, sendo praticado tanto nos quintais das periferias urbanas quanto em algumas comunidades rurais do Sudeste brasileiro, em eventos como as festas de santos católicos e divindades afro-brasileiras, as festas juninas, as festas do Divino e as comemorações da abolição da escravatura do dia 13 de maio.

O conhecimento dos grupos de Jongo do Espírito Santo e o desenvolvimento de sua salvaguarda têm sido uma das prioridades do Iphan, tanto da administração central, localizada em Brasília/DF, quanto da representação estadual do Iphan no ES.

Para concluir, importante realizarmos uma síntese das transformações que o conceito e as práticas de patrimônio sofreram ao longo do tempo. Em 1938 os modernistas, através da sua atuação no SPHAN, iniciaram sua obra de construção do patrimônio histórico e artístico nacional. Neste mesmo ano seis cidades mineiras foram inteiramente inscritas no Livro do Tombo das Belas Artes: Ouro Preto, Diamantina, Mariana, Tiradentes, São João Del Rei e Serro. A escolha dessas cidades se deu ao fato de que para os modernistas Minas Gerais era o berço de uma cultura, a seu ver, genuinamente brasileira, representado pelo estilo artístico do barroco. Nesta fase, como denominou Sant'Anna (1995), prevalecia a concepção de cidade como monumento, ou seja, como uma obra de arte cujos valores eram intrínsecos ao objeto e ao qual não caberia mudanças.

Situação que mudou na década de 70 com a entrada dos agentes de preservação estaduais que deflagrou em uma avaliação crítica dos critérios de seleção adotados pelo Iphan

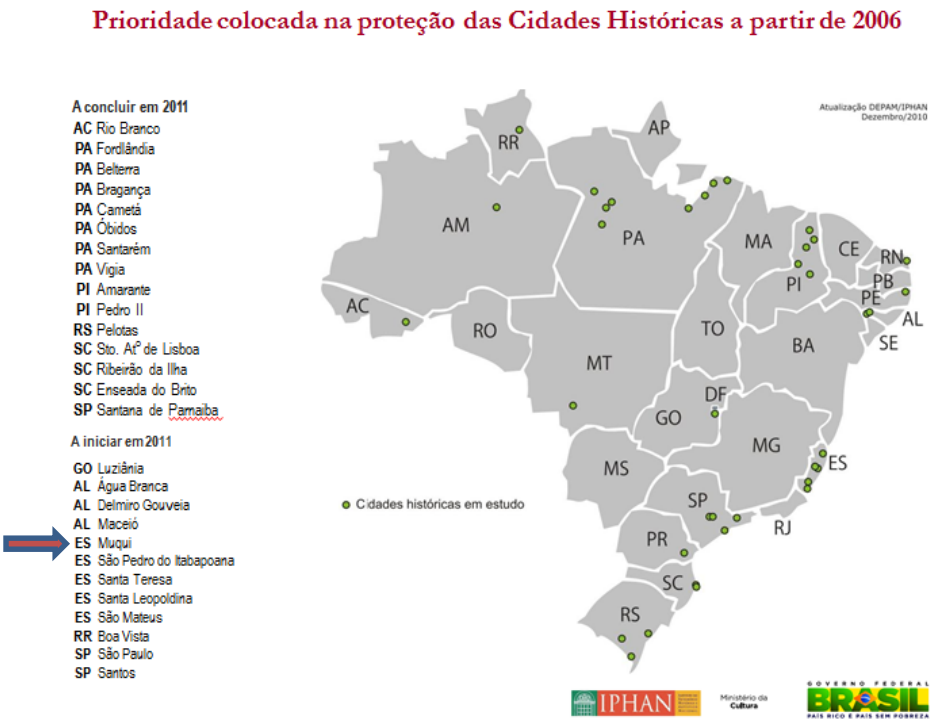
[14] Registro, instrumento de proteção do patrimônio cultural instituído pelo Decreto 3551, de 04 de Agosto de 2000.

, decorrência também de uma nova gerencia do Iphan. Segundo Fonseca (2005, p.36) somente a partir de meados da década de 70 os critérios adotados de seleção pelo IPHAN começaram a ser objeto de reavaliações sistemáticas que levaram á proposta de uma nova perspectiva para a preservação de bens culturais, onde foi introduzida no vocabulário das políticas culturais a noção de "referência cultural". Passaram a pôr em destaque a dimensão social e política da ação de seleção dos bens a serem preservados, relativizando a atividade como meramente técnica. Nesta nova perspectiva "a matriz dos sentidos, significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais".

Nos anos 80 inicia-se o período que Sant'anna (1995) denominou de cidade-documento, onde identificou um redimensionamento ou uma reelaboração do conceito de centro histórico, que propiciou o tombamento de áreas consideradas sem interesse artístico, incluindo no rol do patrimônio bens ligados ao cotidiano das populações e áreas representativas de determinados períodos de evolução da cidade (1995, p.226), nesse período foram protegidas cidades representativas da ocupação do território e da imigração europeia da virada do século.

Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Patrimônio Material do IPHAN – DEPAM, a partir de 2006 a política institucional do órgão na proteção de cidades históricas, em consequência deste processo de novas atribuições de valor ao longo da atuação do IPHAN, percebeu-se a falta de relação entre os bens reconhecidos ao longo do território nacional. A partir disso foi introduzida uma unidade temática a partir de inventários de conhecimento, com as linhas temáticas como ciclos econômicos, eventos históricos e ocupação territorial, para assim justificar a importância desses bens num contexto histórico nacional. É nesse contexto que iremos encontrar a cidade de Muqui, como pode ser observado no gráfico fornecido pelo DEPAM:

Figura 5 – Cidades históricas prioritárias das ações de preservação do DEPAM



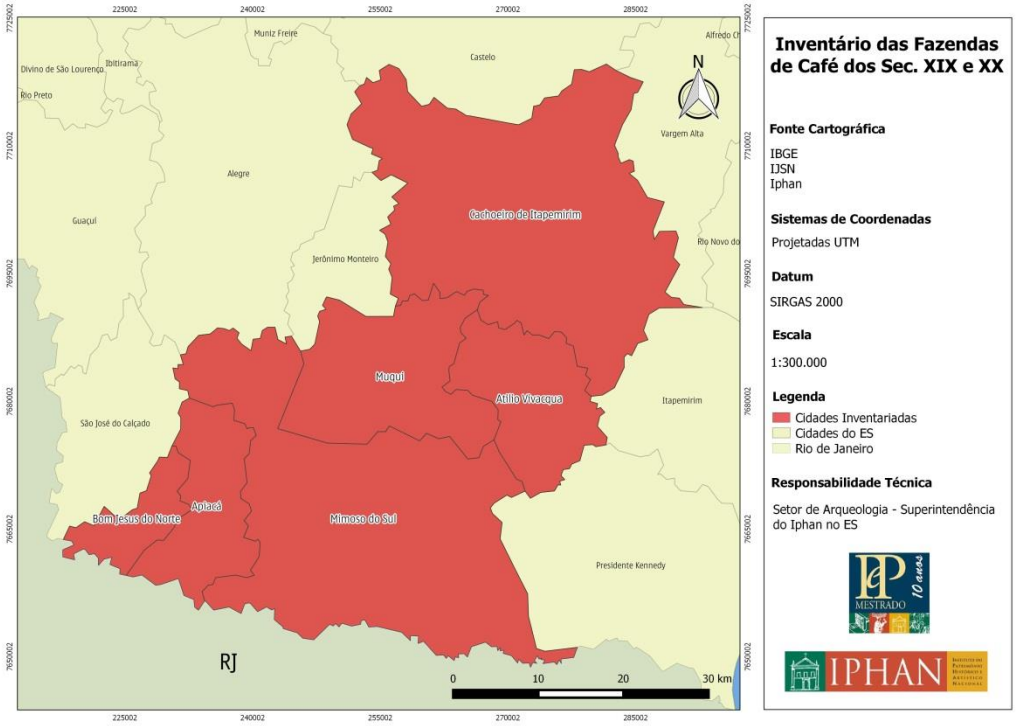
Fonte: DEPAM/Iphan, 2014.

Após um intervalo de quatro anos, em 2011, entrou em atividades no Iphan/ES uma gestão que buscava colocar em prática uma experiência iniciada pelo Iphan no Piauí, e que tinha por objetivos colocar em funcionamento as orientações do DEPAM, ou seja, uma rede de patrimônio cultural no estado, a qual seria formada por núcleos históricos de seu território, articulados entre si e aos demais integrantes de uma rede mais ampla do patrimônio cultural brasileiro.

Responsável pelo estudo que resultou no tombamento da cidade de Parnaíba, norte do Piauí, a então Superintendente do Iphan/PI, Diva Maria Freire Figueiredo, foi convidada pela Superintendente do Iphan/ES, Carol Abreu, para assumir o seu lugar e a conduzir as ações em andamento no estado, inclusive as relativas ao caso de Muqui.

Nesse contexto a nova gestão do Iphan/ES lança, em 2011, o inventário intitulado "Processo Econômico do Café no século XIX e XX", em consonância com a também nova gestão do Depam (Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização), o qual se encontra baseado em eixos temáticos. A partir de um tema de tamanha envergadura, era fundamental um recorte bem definido, e no caso a opção foi pela filiação do documento aos municípios integrantes do "Consórcio dos Vales e do Café". Foram, pois, ressaltadas na execução do inventário as seguintes cidades: Apiacá, Atílio Vivácqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro do Itapemirim, Mimoso do Sul e Muqui, além do Conjunto Urbano de São Pedro do Itabapoana.

Figura 6 – Localização das seis (6) cidades inventariadas pelo Iphan/ES



Fonte: Inventário intitulado “Processo Econômico do Café no século XIX e XX” realizado pelo Iphan/ES, 2011.

O expressivo número de bens inventariados nos municípios contemplados pelo Inventário, pormenorizados em fichas próprias, cujas informações foram coletadas pelos técnicos em trabalho de campo, contribuíram para dimensionar o acervo cultural do Estado, além de permitirem o conhecimento do conjunto de bens imóveis do território dessas propriedades rurais, o que tornou mais objetivo o processo de valorização desse patrimônio cultural. Com o inventário e catalogação do patrimônio edificado, foi possível relacionar as fazendas através de seu contexto cultural, buscando uma reflexão sobre a ordenação territorial dessas propriedades com o intuito de reconhecer as transformações agrárias ocorridas nessas terras, que se constituíram como lugares de memória, como patrimônio da memória coletiva de uma comunidade, entre outros aspectos envolvidos na construção do arcabouço conceitual do patrimônio.

Como já observamos, a princípio eram considerados patrimônio cultural os monumentos e, pouco a pouco, passaram a compor esse rol também os conjuntos e sítios com valor histórico, estético, arqueológico, entre outros. No século XX, a noção de patrimônio cultural se estende às outras categorias, passando a incluir o patrimônio natural e, a partir do Decreto 3551/2000, a reflexão sobre o tema tem se concentrado da conceituação de uma nova dimensão do patrimônio, que passou a ser conhecido como patrimônio imaterial e abarca um

conjunto de formas de cultura, permitindo – e exigindo, inclusive – novas formas de gestão do patrimônio cultural.

Seguindo essa tendência, o Iphan/ES realiza também o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) nos municípios de Muqui e Mimoso do Sul, ambos no sul do Espírito Santo. O projeto básico do INRC tem a intenção de: a) identificar, descrever e caracterizar as referências culturais relevantes dos dois municípios; b) produzir conhecimento sobre diversos domínios da vida social, produtores de sentido e significado identitário para os municípios de Muqui e Mimoso do Sul; c) mapear as relações entre essas referências culturais, o cotidiano das localidades, e os patrimônios tombados nos munícipios abrangidos pelo projeto; d) indicar os aspectos básicos dos processos de formação, produção, reprodução e transmissão das referências culturais identificadas. Enfim, produzir um estudo reunindo e sistematizando as informações disponíveis relativas ao universo cultural de Muqui e Mimoso do Sul, seguindo a metodologia do Iphan.

Com as mudanças sociais advindas da evolução tecnológica e a consequente valorização do turismo e do entretenimento, essas cidades vêm trabalhando para desenvolver tais atividades apoiando-se na memória da cafeicultura, expressa em seu patrimônio cultural e arquitetônico. Entende-se, desde a Carta de Quito (ICOMOS, 1967) que esse patrimônio possa ser visto e trabalhado como uma potencialidade ao desenvolvimento econômico e social da comunidade local, procurando relacionar a preservação às atividades turísticas para, daí sim, abrir possibilidades de incorporar o patrimônio como uma ferramenta de inclusão socioespacial e econômica a partir de sua refuncionalização.

Acreditamos que a reflexão a respeito das concepções que basearam a composição da estratégia de preservação do patrimônio cultural do Espírito Santo e as que foram adotadas como referência em relação a outros conjuntos urbanos tombados do Brasil, também deve contribuir para compreensão sobre a maneira como foi se desenvolvendo o preservacionismo relacionado a sítios históricos no país, especialmente do que se refere a aproximação do campo do patrimônio com a política econômica voltada para incremento das indústrias do turismo e da cultura e a seu distanciamento da política educacional, onde teve sua origem.

Afinal, é importante que as novas gerações que vão sendo inseridas na prática preservacionista, analisem os critérios e justificativas que vão se desenhando a cada novo programa de intervenção sobre os acervos culturais, confrontando-os com a própria razão preservacionista e avaliando seu significado social e seus efeitos a médio e longo prazo.

2 NARRATIVAS HISTÓRICAS: CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO

Neste capítulo, buscamos, através de uma digressão histórica, as origens e permanências das narrativas em torno da "identidade cafeeira" para o Estado do Espírito Santo, no intuito de explicitar os discursos fundadores de tal regionalismo. Propomos situar a importância que institutos de memória, como o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), exercem no processo de construção de uma narrativa histórica ao Estado. Essa pesquisa nasceu da necessidade de compreender como essas narrativas foram sendo apropriadas pelas práticas preservacionistas no campo do Patrimônio Cultural, resultando na abertura do processo de tombamento da cidade de Muqui, como sendo "zeladora da identidade cafeeira do Espírito Santo" pelos governos federais, estaduais e municipais do Estado.

2.1 Plano e interpretação: a reordenação imaginária do Espírito Santo

Ao buscar conhecer as narrativas historiográficas presentes nos dois inventários culturais intitulados "Processo econômico do café no Século XIX e XX" (2011-2013) e "Inventário Nacional de Referências Culturais nos municípios de Muqui e Mimoso do Sul" (2013-2014) realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Espírito Santo (ES), pudemos perceber a naturalização de um discurso de identidade e memorialístico promovido por intelectuais da sociedade espírito-santense em determinadas épocas, principalmente historiadores. Ocuparia lugar de destaque nessa rede o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), que desde o final do século XIX vinha se dedicando amplamente à composição da historiografia brasileira e espírito-santense e a busca pela legitimação do Estado, as ações de governo do Estado do Espírito Santo, e, posteriormente, na década de 1980, os trabalhos monográficos e dissertativos produzidos em cursos de graduação e mestrado em história, onde as discussões e estudos a respeito da sua historiografia e práticas da escrita da história tinham lugar[15].

[15] Interessante notar que os primeiros trabalhos acadêmicos a respeito da História do Espírito Santo foram realizados no Rio de Janeiro. A criação do bacharelado em História na Universidade Federal do Espírito Santo só ocorreria em 17 de abril de 1980 (Processo 6.912/76). Fonte:Universidade Federal do Espírito Santo. História. Disponível em http://www.historia.ufes.br Acessado em 25 de Março de 2014.

Importante dizer aqui, que, o trabalho do IHGES não cessa, ocorrendo concomitantemente às ações do governo do Estado do Espírito Santo e aos trabalhos universitários e é, todavia, órgão atuante. Como veremos neste capítulo.

As estratégias de conservação e preservação do patrimônio cultural do café, no ES, tiveram início em 2006, com o pedido de tombamento federal pelos moradores de Muqui, localizado no sul do Estado. A cidade já tinha o título de Patrimônio Cultural do município, e a elevação de Muqui à categoria de patrimônio cultural estadual encontrava-se em andamento. Nesse ínterim, surge a necessidade de a Superintendência do Iphan no Espírito Santo traçar políticas públicas de patrimônio para Muqui, a partir de novas abordagens teórico-metodológicas do campo do patrimônio, sendo o inventário de bens culturais uma das etapas previstas nesta metodologia.

O apelo ao discurso historiográfico foi fundamental para legitimar as ações em torno do que seria "a promoção da identidade e da cultura cafeeira" (IPHAN, 2011) no Espírito Santo, movimento presente das superintendências do IPHAN localizados no Estado do Sudeste [16] e cuja representatividade do Espírito Santo neste cenário causava desconforto por aqueles que questionavam a restrita lista de bens culturais presentes em seu território como sendo patrimônio cultural nacional. No discurso local, tendo o Espírito Santo vivido o processo econômico do café, no mesmo contexto que os outros estados do Sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), como explicar a inexistência de bens tombados e/ou registrados no Estado do Espírito Santo nessa temática? Tal consideração possibilitou o entendimento da complexidade envolvida na gestão patrimonial, na obtenção de recursos e nas lógicas de poder que regem o que pode – ou não – ser *patrimonializado*.

Notaremos que a identidade do café do ES, longe de ser um dado natural e intrínseco à região, envolve complexas relações de poder. No ES, em específico, acreditamos que a construção da imaginária cafeeira fora realizada por historiadores espírito-santenses e, posteriormente, apropriada pelo órgão de preservação cultural.

Nesse sentido, ao trabalharmos a materialidade discursiva, que confere visibilidades e sentidos à narrativa historiográfica do café, em uma perspectiva de interpretação da história, podemos compreender quais os elementos que foram e estão sendo valorizados pelos órgãos de preservação, pois, ao trabalhar com a escrita da história, trabalhamos com valores, com interpretações desses valores e, nesse sentido, uma análise sobre ela pode contribuir com novos olhares os elementos de *patrimonialização* de memórias e identidades.

---

[16] *"IPHAN estuda ações de preservação e valorização do patrimônio cultural do café na região sudeste*", notícia publicada em 09 de maio de 2011, às 15h21. Fonte: htpp://iphan.gov.br

Sendo assim, como situar a produção historiográfica sobre o Espírito Santo? Ou seja, com que valores foi escrita a história do Estado? Gabriel Bittencourt, em seu livro *Literatura e História, Historiografia Capixaba* (1984) localiza obras que tratam da história capixaba desde o ano de 1840 até 1980. No entanto, consideramos outra hipótese: a "história" do Espírito Santo tem sua grande base teórica estruturada a partir do dia 12 de junho de 1916, data da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Este Instituto foi determinante em fundar uma forma de olhar para a história do Espírito Santo que influenciou gerações de historiadores. Para analisa-las, é necessário compreender a conjuntura de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES).

O IHGB, fundado em 21 de outubro de 1838, foi criado com diretrizes bastantes claras sobre o que ambicionava promover naquele contexto. Segundo Lúcia Lippi Oliveira, em *Cultura é Patrimônio (2008),*

> No IHGB desejava-se produzir uma reflexão sistemática sobre os problemas da nação e do Estado, a fim de implementar um projeto civilizador. As pesquisas de caráter geográfico objetivavam definir os contornos e limites do país, inventariar riquezas naturais, conhecer a diversidade linguística e cultural dos povos indígenas. As pesquisas de caráter histórico voltavam-se para a história da ocupação do território, das guerras, da diplomacia e dos tratados, capazes de fornecer as bases da legitimidade do novo país perante as nações estrangeiras, principalmente os vizinhos americanos. Fazia parte dessas pesquisas resgatar episódios exemplares do passado, fornecer modelos de força e virtudes – biografias de personalidades históricas – que pudessem influenciar as novas gerações. (OLIVEIRA, 2008, p. 14).

Através do fomento de pesquisas e da preservação histórico-geográfica e cultural, o IHGB promoveu a escrita da História do Brasil, a ser produzida pelos membros do Instituto, os quais deveriam ressaltar os valores ligados à unidade nacional e à centralização política, colocando a jovem nação brasileira como herdeira e continuadora da tarefa civilizadora portuguesa. O IHGB constituiu-se em instituição pioneira e sólida que, contando com forte subvenção oficial e intervenção pessoal do próprio imperador, em seus primeiros cinquenta anos nunca deixou de publicar sua revista. Enquanto instituição nacional mais duradoura, teve atuação decisiva nos debates historiográficos e em sua divulgação, ainda que de maneira indireta, através dos livros didáticos.

Os membros do IHGB, responsáveis pelos levantamentos e escrita da história eram membros da elite que ocupavam altos postos em burocracia estatal e políticos de renome -

literatos, advogados, médicos, engenheiros, militares eram as principais ocupações daqueles que se dedicavam com afinco aos projetos de seus institutos, segundo Lúcia Lippi (2008).

Durante muitos anos, o IHGB era o único expoente da produção do saber histórico nacional. Instituição localizada no Rio de Janeiro, sede da corte e, portanto, credenciada a representar toda a nação, reuniu em seus quadros a nata da sociedade e da intelectualidade da época, aglutinando membros locais – sócios-efetivos – e de outras partes do país e do mundo – sócios-correspondentes. Sua hegemonia só seria parcialmente quebrada em 1862, com a criação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), este cuja atuação se destaca pela acentuada preocupação com as questões regionais.

Posteriormente, novos institutos, com base local, começaram a surgir, como o de São Paulo, fundado em 1894; o de Minas Gerais, em 1907; e o do Espírito Santo, em 1916, para citar apenas os localizados na região Sudeste. Todos os institutos locais procuravam se filiar, por um lado, ao modelo proposto pelo IHGB – o que pode ser verificado pela comparação dos estatutos, do formato das revistas e do intercâmbio entre seus membros – e, por outro, buscavam justamente realçar aspectos da história local, salientando a importância da região que os abrigava na composição da história nacional.

Assim, apesar de manterem como modelo o IHGB, as instituições locais, como o IHGES, que nos interessa mais diretamente, guardavam sensível diferença em relação à matriz localizada no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, o Instituto Capixaba, fundado 27 anos após a Proclamação da República, não possuía comprometimento algum com a Monarquia. Além disso, enquanto instituição local e no contexto de um regime acentuadamente federalista, o IHGES se empenharia em justificar o predomínio econômico e político do Espírito Santo na Primeira República.

Funcionando, no momento de sua criação, em 1916, em uma das salas do Edifício do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, o IHGES seria uma associação destinada ao estudo da História e da Geografia, especialmente no que se referisse ao Estado do Espírito Santo. Reuniram-se na data de sua criação, além dos promotores da ideia, outros 41 nomes relacionados na ata de fundação.[17]

Como as instituições congêneres locais, o IHGES espelhava-se na sua "matriz" e, embora seus estatutos fossem praticamente idênticos, dos objetivos à hierarquia interna, não gozou o IHGES do mesmo prestígio e recursos. Após o primeiro número da sua revista, em 1917, o segundo número só viria a ser publicado cinco anos depois, em 1922, ano em que se

[17] Ata de Fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, disponível na sede do Instituto, localizado atualmente àAv. República, 374 – Centro – Vitória – ES, 29010-700. Telefone:(27) 3223-5934.

publicou também o terceiro número. Como detalha Neves (2003, p. 57): "a rigor somente os 'heroicos' primeiros números da Revista foram publicados por recursos do IHGES ou contando em parte com recursos próprios de seus sócios, em que pese ao fato de o segundo e o terceiro números terem sido publicados nas Oficinas da Imprensa Estadual".

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo serviria como principal veículo de informação, divulgação de atividades da casa, produção de seus sócios e, principalmente, de afirmação dos valores que estavam sendo construídos. De fato, o objetivo do Instituto à época era o de colher e sistematizar o maior número de documentos possíveis sobre a história capixaba. Ainda segundo Neves,

> Esse resgate das tradições locais invocadas, na ocasião, como motivo para a fundação do IHGES teve, então, uma função específica: a de fundar, em bases "científicas", uma individualidade capixaba, ameaçada até mesmo de extinção, pela falta de registro, pelo expansionismo cultural e inclusive militar dos vizinhos (NEVES, 2003, p. 11).

Os trabalhos do Instituto serão inseridos no contexto em que a história está se afirmando como ciência. O recurso às fontes escritas dava o caráter de verdade e de verossimilhança para a narrativa da história espírito-santense que estava sendo construída. É interessante observar a campanha lançada pelo Instituto para a arrecadação dessas fontes, estimulando sua doação pela sociedade e dando publicidade aos que tivessem maior interesse.[18]

O conhecimento gerado a partir desses documentos teria como particularidade inserir o Espírito Santo nos movimentos do passado, consagrados pela historiografia nacional como sendo a origem do movimento republicano e nacional e, também, de produzir dados no âmbito da geografia que ajudassem a mapear os limites interestaduais do estado do Espírito Santo.

A partir do IHGES seria tecida a legitimação do papel do Espírito Santo dentro da Federação, por meio da valorização do seu passado. A Revolução Pernambucana (1817) seria o evento "mais completo até então, nos arraiais das ideias democráticas, fundando o primeiro governo democrático", como lembrou Carlos Xavier Paes Barreto no discurso pronunciado na sessão de fundação do IHGES. Esse movimento – de forte sentimento em relação às ideias de liberdade, de autodeterminação dos povos e de república – teve como líder o revolucionário

[18] Através da Revista do IHGES foram publicados diversos documentos que serviam ao interesse do público geral, dentre os quais podemos citar os documentos extraídos do "livro de registro dos officios, ordens portarias, para dentro da Capitania do Espírito Santo no ano de 1812", "proclamação do comandante Manoel Ferreira de Paiva aos cidadãos de Caravelas, pela adesão à Independência do Brasil", "termo de posse do primeiro Governador Constitucional do Espírito Santo, prestado perante o Congresso Constituinte em 1891" (NEVES,2003).

Capitão-Mor de Olinda, Domingos José Martins, o popular “Suassuna”, natural da capitania do Espírito Santo. Buscando, assim, a inserção de o Espírito Santo como sendo reconhecido como integrante desse movimento, em uma relação muito próxima entre o *passado* e o *presente.*

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, nas suas primeiras publicações, dedicaria especial atenção, portanto, a esse capítulo da história. Além da publicação de documentos referentes à Revolução Pernambucana, o Instituto colocaria em relevo os trabalhos biográficos, principalmente sobre Domingos José Martins, escolhido para ser patrono do Instituto, “cuja elevação a herói estadual era proposta pelos mesmos idealizadores da casa, empenhados no contemporâneo anseio pela busca por um símbolo da identidade capixaba” (NEVES, 2003, p. 60).

A escolha de Domingos José Martins para patrono do recém-criado Instituto e a campanha realizada para a sua consagração como herói de naturalidade capixaba não foram aleatórias. Sua participação na Revolução Pernambucana – de caráter antilusitano e republicano, que congregou personalidades de todo o país pela causa da independência – como um dos seus maiores entusiastas e líderes evocava e dava o tom participativo do Espírito Santo na causa republicana, frente a qual se buscava legitimação.

Os artigos no primeiro número da revista tiveram a preocupação central de reparar aquilo que para os autores se travava de um erro – a questão da naturalidade e da importância do republicano frente ao movimento pernambucano: baiano ou capixaba? Consultando a documentação disponível, os autores inclinaram-se pela segunda hipótese. Entre a exaltação da naturalidade espírito-santense de Domingos Martins havia também relatos das epopeias do militante no campo de confronto, cujas últimas palavras seriam reproduzidas para relembrar o ato do herói pela causa republicana. Dessa forma, a imagem de Domingos José Martins lentamente passou a ser construída como símbolo de um herói de identidade capixaba, cuja memória estava sofrendo pelo descaso da história e dos historiadores.

Para que o Espírito Santo ressurgisse no cenário nacional se fazia necessário que, no âmbito local, se cuidasse de escrever sua história (NEVES, 2003), e foi exatamente isso o que ocorreu. Os primeiros historiadores que escreveram sobre a Revolução Pernambucana não salientaram a participação do capixaba como líder. Segundo Neves (2003), nem mesmo os mais respeitados historiadores até então o haviam feito, entre eles Varnhagem, Pereira, Tollenari e o “próprio vulto magestoso (*sic*)” Ruy Barbosa.

Foi o próprio fundador do IHGES, Carlos Xavier Paes Barreto – juiz de direito e desembargador –, um dos que mais se empenharam na consolidação do culto a Domingos Martins, já que entendia que o Espírito Santo deveria “zelar pelas glórias desse ilustre

compatrício". Restaurados os erros dos historiadores, surge a imagem de Domingos Martins, cujas últimas palavras deveriam ser atendidas: "Digno espírito-santense quando, já algemado, de pés descalços e corda ao pescoço, aguardava o momento em que o seu sangue generoso ia desaparecer para saciar a prepotência dos inimigos do Brasil: *Ide dizer ao vosso sultão que eu morro pela liberdade*" (ATHAYDE, 1941, p.03). A mesma liberdade que se percebe na remissão dos pecados pela qual morreu Jesus Cristo, cuja relação encontra-se também estabelecida nas primeiras construções da imagem do mito fundador:

> Tres anos mais do que Christo ao ser crucificado tinha Domingos Martins quando, na Bahia, a 12 de Junho de 17, no "Campo de Polvora hoje dos Martyres" de fronte erguida, olhar sereno, vê passar o funesto cortejo, o oficial a cavalo e o vermelho alcaide e calmamente recebe a palma do martyrio gritando, com escarneo, a celebre frase, que o seu confessor não deixara terminar. (NEVES: 2003,41)[19]

O mito fundador surge como se o objeto histórico existisse pronto para ser resgatado, brotando naturalmente da documentação. Segundo Marilena Chauí[20], os mitos fundadores são invenções históricas e construções culturais, e objetivava manter a sociedade unida no processo de formação das nações e, neste caso, do estado do Espírito Santo.

Finalizados os trabalhos de levantamento de fontes e documentos pelo IHGES, cuja coleta havia sido realizada por meio da campanha de doações anteriormente mencionada, a qual fora vinculada nos jornais pelo instituto, o "povo" pôde livremente celebrar e homenagear seu herói. Importante fazer um esclarecimento aqui do que se entendia como "povo" e a sua participação nessas homenagens. No decorrer dos séculos XVIII e XIX, a participação política e intelectual no Brasil era restrita a uma pequena fração da sociedade. Sintetizada na frase "o Brasil não tem povo, tem público" de Lima Barreto[21], o autor, ironicamente, trata da relação entre o estado republicano e a sociedade brasileira.

A aceitação popular ou imposição institucional desse personagem como herói será percebido já em 1921, pela Lei Estadual 1307, quando o município de Santa Isabel passou a

---

[19] Discurso proferido por Getúlio Marcos Pereira Neves, disponível em: NEVES, Getulio Marcos Pereira. Notícia do Instituo Histórico e geográfico do Espírito Santo. IN: "Revista do Instituto Histórico e Geográfico". Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003, p.41.

[20] O termo 'mito', na obra do Chauí, vai além do sentido etimológico de feitos lendários. Ela o abrange mesmo em seu sentido antropológico, usado como instrumento de preenchimento do imaginário popular na resolução de tensões, conflitos e contradições, difíceis de serem solucionadas no nível da realidade. Chauí sugere o uso da acepção psicanalítica para o termo, como uma tendência à repetição do imaginário acima descrito, capaz de bloquear a percepção da realidade e de impedir sua transformação. Fonte: CHAUÍ, Marilena. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

[21] Frase atribuída ao escritor e jornalista Lima Barreto, nascido em 13 de maio de 1881 IN: REZENDE, S.C.; HELLER, L. O saneamento no Brasil: políticas e interfaces. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

denominar-se Domingos Martins e, desde 1978, a partir de uma proposta do prefeito de então, acontece todo ano, no dia 12 de junho (suposta data do fuzilamento de Domingos Martins em Salvador, em 1817), a transferência simbólica da capital do Governo do Estado do Espírito Santo para o município, com a participação de todas as cidades em um desfile cívico.

Os propósitos do IHGES eram semelhantes aos dos outros institutos históricos locais nesse momento, em que buscava-se legitimar o papel do Estado do Espírito Santo, pela via do passado. Como mencionamos, o Instituto dedicou largo espaço à Revolução Pernambucana – que reabilitou oficialmente Domingos José Martins. Celebrando os 93 anos do patrono do Instituto, em 2009, o professor Gabriel Bittencourt profere um discurso de homenagem à efeméride no qual trata de Domingos Martins: "Esse herói, Domingos José Martins, que veio à luz nas terras do Espírito Santo, no atual município de Marataízes, a partir daquele 12 de Junho de 1817, passou a sintetizar, ao lado de Tiradentes e de outros bravos, os ideais de liberdade do povo brasileiro" (BITTENCOURT, 2002, p. 10). Bittencourt concordava com a construção e reconhecimento do herói Domingos Martins como demonstra o trecho a seguir:

> A modesta e inexpressiva então Província do Espírito Santo do período revolucionário, a partir do centenário da Revolução Pernambucana, já na República Federativa, passou a comemorar, com a fundação do IHGES, a de 12 de Junho de 1917, aquela data de 12 de junho de 1817, alusiva à Revolução Pernambucana, em Solene Sessão do Instituto, quando são também evocadas as memórias dos sócios falecidos (BITTENCOURT, 2005, p. 260).

Se houveram vozes discordantes, dado este provável uma vez que a memória é um campo de disputas, faltam identificar. Trata-se de uma coluna na historiografia capixaba. O que podemos afirmar é que essa identidade com a figura *mítica* de Domingos Martins tem sido rememorada anualmente, e sua simbologia foi recentemente reforçada com a sanção da Presidente Dilma Roussef, Lei nº 12.448, de 15 de Setembro de 2011, para que seja Domingos Martins inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, gerando títulos jornalísticos no Estado todo com os dizeres "Você conhecer os Heróis do Espírito Santo".[22]

Paralelamente aos estudos sobre Domingos Martins, o Instituto também desenvolveu pesquisas de elaboração de dados para a delimitação do território do estado do

[22] GAZETA ONLINE. Conheça os heróis do Estado. 07 de Setembro de 2011; JORNAL EBC. Livro dos heróis da pátria ganha quatro nomes. 07 de setembro de 2011. JORNAL SINDIPOL. Domingo José Martins Herói Capixaba. 07 de setembro de 2011.

Espírito Santo e de seus limites interestaduais. De acordo com Neves (2003), se tratava-se, àquela altura, de pensar o que era o "Estado federado do Espírito Santo", devia-se partir da ideia inicial de um território, território este definido, obviamente, muito mais que pela Carta de Doação de João III a Vasco Fernandes Coutinho, pela tradição e pelos documentos históricos, como consta hoje do art.2º da Constituição do Estado do Espírito Santo. Tal tradição e tais documentos históricos coube ao IHGES resgatar e coletar.

O trabalho do Instituto demonstrou o esforço em tom narrativo de assegurar e delimitar um território espírito-santense, em uma eventual tentativa de revisão dos seus domínios, de promover sua participação na instalação da República brasileira, e de criar, para os seus habitantes o fortalecimento de uma identidade espírito-santense em oposição ao *outro*[23].

Domingos Martins *monumentado* passa a atuar na memória dos espírito-santenses, mobilizando a preservação de uma identidade seja étnica, religiosa, tribal, familiar, ou seja, cultural. Michel Foucault[24] considera que não existe nada essencial, nem original, não havendo nenhum objeto que não seja uma construção temporal e social. A concepção do que é patrimônio cultural pode ser entendida, sob esse ponto de vista, que, entre outras coisas, expressa a vontade política de um grupo em construir um espaço e uma identidade cultural. Além disso, o patrimônio cultural é uma produção constante, dinâmica e cambiante, vinculada a interesses de diversos tipos em um contexto histórico determinante. Este recurso temporal será reutilizado *a posteriori*, como analisaremos no próximo item.

2.2. Governo Estadual: Grandes Projetos de Espírito Santo

Sugere-se, a partir da discussão travada na primeira parte do capítulo, que o processo de repercussão do conhecimento histórico, que é sempre dinâmico, quando "monumentalizado" em discurso sobre a identidade espírito-santense transforma-se na própria história, como diz Le Goff[25]. Posteriormente à consagração da história e de personagens enquadrados como "republicanos", outro período passaria pelo mesmo processo: o relativo à história do café no Espírito Santo, a qual se confunde com a própria história da ocupação do território espírito-santense.

---

[23] Para Paul Ricoeur, "o outro" é condição *sine qua non* da identidade do sujeito (RICOEUR, 1991,1997,2000). Segundo Canclini, o patrimônio cultural é o que um grupo social considera como sua cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia do grupo. CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária social. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 23, p.95-111, 1994.

[24] FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Fonrense Universitário, 2009.

[25] LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

Um dos tópicos dessa história refere-se justamente ao cultivo do café e à manufatura do café desde o final do século XVIII até início do século XX, e interessa diretamente à esta pesquisa. O café tem um impacto enorme tanto na economia quanto, de forma mais abrangente, na constituição da própria sociedade do Espírito Santo. Assim, a história do café na região e a história da própria constituição da região se confundem: embora a história do café tenha matizes próprios e características internas decorrentes de seus atributos naturais, de suas particularidades de produção, de manufatura e de distribuição, entre outros, esses padrões próprios configuram alguns dos quadrantes da história do Espírito Santo, nela amparando uma linha de continuidade.

Segundo Celso Furtado (1961), Caio Prado Junior (1970), o estado do Espírito Santo foi uma alternativa à já decadente economia cafeeira do Vale do Paraíba. Em vista do esgotamento das terras cultiváveis no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, a migração para as terras virgens do Espírito Santo parecia promissora. Porém, ao mesmo tempo em que o café se expandia para o Espírito Santo, também se expandia para São Paulo, e os historiadores, em grande parte formados neste Estado, deram mais ênfase à história do café paulista do que à história do café no ES. Caio Prado[26], por exemplo, refere-se à contribuição do café do Espírito Santo para a economia brasileira como "medíocre", enquanto Celso Furtado[27] se limita a citar, muito *en passant*, a expansão do café para o Espírito Santo e São Paulo, após a crise na produção do Vale do Paraíba.

Ao tratarmos da imagem do Estado do Espírito Santo forjada nas obras historiográficas podemos refletir sobre como a avaliação e a qualificação atribuída à economia, aos valores monetários, aos períodos e circunstâncias do passado são definidas a partir de uma perspectiva de leitura datada historicamente. Como afirma Lucena (2007, p. 03), "no contexto da historiografia produzida nacionalmente, o Brasil era pensado através da tese dos ciclos econômicos, fato que levou o Espírito Santo a um 'esquecimento' devido à sua não participação significativa nesses ciclos". A partir da metade do século XX, podemos observar um período de mudanças político-econômicas no Espírito Santo, durante o qual é possível identificar expectativas, diagnósticos e prognósticos de certa elite capixaba ao fazer uma releitura desse passado, estimulando a produção historiográfica local, com a contratação de historiadores e estimulando as ações do IHGES. Tais ações ocorreram paralelamente.

Com relação a primeira ação citada, ela ocorreu entre as décadas de 1950 e 1970 é identificado como o momento da introdução dos "Grandes Projetos de Espírito Santo", criada

[26] PRADO JUNIOR, Caio. "História econômica do Brasil". São Paulo: Brasiliense, 1970, p.117.
[27] FURTADO, Celso. "Formação econômica do Brasil". Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p.147

por Jones dos Santos Neves, e consolidado, posteriormente, com o governo de Cristiano Dias Lopes, e efetivado com Arthur Gerhardt (VASCONCELLOS, 2002, p.6). Segundo Marta Zorzal Silva (1995, p. 76), a implantação dos Grandes Projetos de industrialização concretizados na década de 1970 foram resultado de projetos gestados desde a década de 1950, que passaram, inclusive, pela criação de órgãos como a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes)e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), responsáveis pela realização de estudos analíticos que buscavam tanto identificar as razões do atraso quanto projetar o desenvolvimento espírito-santense, elaborando diagnósticos e prognósticos sobre a condição do Espírito Santo.

Encontrava-se nos planos do projeto intitulado Os "Grandes Projetos de Espírito Santo" medidas que iam desde projetos econômicos a uma releitura da história espírito-santense, e nessa vertente foi produzida a obra de José Teixeira de Oliveira, *História do Estado do Espírito Santo.* Financiada pelo governo de Jones dos Santos Neves, a obra desse autor teve sua primeira publicação no ano de 1951. Conforme Luiz Guilherme Santos Neves,

> Pelo quadro antes exposto do qual dou ciência porque o vivi pessoalmente, pode-se afirmar que o livro de José Teixeira não veio com o intuito de desbancar qualquer outra história sobre o Espírito Santo. Isso porque não havia nenhuma história, no sentido de narrativa sistematizada e organizada dos fatos atualizada até a metade do século XX a ser desbancada. [...] A obra veio, na verdade, para suprir uma grande lacuna na minguada bibliografia histórica do Espírito Santo, onde a falta de uma História geral do Estado, consistente e confiável, fazia-se sentir a toda hora. (NEVES, 2008, p. 23)

A obra *História do Estado do Espírito Santo* é considerada como referência da historiografia espírito-santense. Mas deve ser observada, também, como portadora de um discurso que se pretende oficial, tendo sido editada por três governos estaduais nos anos de 1951, 1974 e 2008. Outro livro sobre a história do Espírito Santo só foi escrito 30 anos após a primeira edição do livro de Oliveira.

Considerando esses fatos, podemos perceber, através da leitura da obra de José Teixeira de Oliveira, o quanto o autor colaborou na consolidação de um discurso sobre o Espírito Santo: o da superação do atraso, correspondente ao discurso político de uma elite espírito-santense. Sua narrativa vincula-se à emergência de um discurso histórico sobre o Espírito Santo, caracterizado pela concepção de atraso, e às interpretações historiográficas formuladas a partir de critérios de avaliação e qualificação do passado fundamentados numa lógica econômica. A visão linear da história capixaba construída pelo autor foi reproduzida por diversos outros autores espírito-santense, motivo pelo qual se faz premente analisar com maior

profundidade a estrutura narrativa do autor e, consequentemente, o lugar da economia cafeeira em *História do Estado do Espírito Santo*.

Na narrativa do autor, o ES tem como marco inicial a chegada do primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho, e sua jornada na colônia, dividindo-se então sua análise pelos marcos do período colonial, imperial e republicano. Do isolamento, impedimentos e dificuldades de prosperidade, característicos do período colonial, o Espírito Santo passaria pelo século XIX modificando lentamente sua condição até chegar ao período republicano, quando encontraria, enfim, as condições de superação do atraso que o caracterizara historicamente.

Desse modo, o autor caracteriza a Colônia, o século XIX e o período republicano comparativamente. Deparamo-nos, ao longo da leitura, com a invenção de um passado colonial como sendo a origem do atraso: o Espírito Santo teria sido o avesso da prosperidade graças aos impedimentos e às dificuldades enfrentados no período, tais como a ausência de administradores, o isolamento em relação a outras capitanias e a falta de uma política da Coroa Portuguesa para o Espírito Santo, além do papel de barreira destinado à Capitania quando da exploração do ouro nas Minas Gerais.

Na construção da narrativa da superação do atraso, o século XIX seria aquele em que teria se dado a libertação do Espírito Santo dos impedimentos dos séculos coloniais. É nesse momento que o papel da economia do café passa a ser delineado na historiografia do ES. Segundo Oliveira (2008) "embora continue sendo uma incógnita histórica a introdução da cultura do café no território espírito-santense, vale acentuar que, em 1812, as lavouras do rio Doce já produziam para exportação. Aliás, o lote então vendido alcançou o preço de 3$000 por arroba".

Para Oliveira (2008), o café conquistou assim, passo a passo, a liderança da economia do Estado, constituindo-se na especialidade não apenas de um município mas, sim, de todos os pontos da Província, "pois este gênero por seu preço, que se tem conservado sempre elevado, e geral consumo torna-se a esperança tanto do grande como do pequeno cultivador" (OLIVEIRA:2008, p. 419). E, devido a expansão do café por todo o território, o autor percebeu que se alterava, desse modo, toda a realidade local, e o crescimento extraordinário da arrecadação permitiu ao presidente Muniz Freire proferir palavras animadoras e que são relatadas por Oliveira em seu livro, são elas:

> O Estado, que até os últimos dias que antecederam à Constituição republicana, era arrolado nas estatísticas oficiais como um fardo da Nação, revelando rapidamente o seu cabedal de riqueza e de vida própria, sopesando sem

> constrangimento algum os grandes ônus da nova situação política, apresenta um orçamento cinco vezes maior que o da antiga Província.[28]

Segundo Teixeira (2008), o Estado do Espírito Santo também participou da economia da cana de açúcar e do ouro, porém essas não se sobressaíram. Para o autor, o café produzido no Estado assumiu proporção decisiva na formação econômica local, sendo fundamental para a modificação do panorama de "economia de sobrevivência", atraso e até mesmo da condição de "cinturão armado" que mantinha frente aos demais estados da região sudeste.

A obra escrita por José Teixeira de Oliveira, no contexto dos "Grandes Projetos do Espírito Santo", a primeira edição lançada em 1951, foi, como já dito, durante 30 (trinta) anos a única fonte narrativa da história do Estado em oposição ao que teria sido a pequena dedicação de historiadores consagrados na pesquisa sobre o Estado do Espírito Santo. Este livro contou com fortes investimentos governamentais com o objetivo de reescrever esta história, dando destaque para a economia do café. A trajetória do ES foi contada e recontada ao longo dos anos tendo como fonte única a obra escrita pelo autor, a seleção de fontes optadas por ele para compô-la.

2.3 Universidade: as escritas científicas da História do Espírito Santo

A revisão historiográfica sobre o Espírito Santo possui outro marco orientador com a universalização do curso de graduação em história com a criação do curso na Universidade Federal do Espírito Santo, formando assim, os primeiros historiadores. Nesse contexto, teremos particularidades na escrita da história que serão vistas nesse subtítulo.

Um dos primeiros historiadores formados nesse período se dedicaram a analisar a e a escrever a História do Espírito Santo, foi Gabriel Bittencourt, também membro do IHGES.

A importância do café para o Estado é tema da sua consagrada obra *Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX*, de 1987. Nesse livro, o autor claramente associa a economia do café com a modernização que se instaurou no Estado, reafirmando as ideias de Oliveira. Além de concordar com Oliveira sobre as "condições periféricas" do Estado anteriormente à entrada do café, o autor lista uma série de mudanças advindas do sucesso do

[28] Essas palavras foram proferidas pelo Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo em 1894, quando da instalação do Congresso Legislativo, em Vitória. Fonte: FERREIRA, Gilton Luís. **Um desejo chamado metrópole**. A modernização urbana de Vitória no limiar do século XX. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2009.

plantio. Entre essas modificações estavam a introdução e as melhorias nos meios de comunicação em decorrência da construção de estradas e ferrovias, a navegação a vapor e a participação de migrantes e imigrantes no processo de ocupação do território. O autor reconhecia assim, em especial, o papel da imigração italiana na formação da identidade do ES:

> O café foi o motor das estradas, imigração e colonização, navegação a vapor, estradas de ferro, iluminação pública e particular a gás etc., no século passado. Seus efeitos incidirão ainda, decisivamente, nos grandes melhoramentos do início do século XX, quer na iluminação elétrica de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, nos serviços regulares de água e esgoto da Capital, bondes elétricos e ligação ferroviária com o Rio de Janeiro. Finalmente, o café foi também responsável pela criação do primeiro "Distrito Industrial" do Espírito Santo, em Cachoeiro do Itapemirim, no governo de Jerônimo Monteiro, 1908/12, fruto da necessidade de independência da própria monocultura monopolizadora da economia capixaba, secularmente ávida de oportunidades, e que, por consequência, tornou-se presa fácil do gigantismo do café. (BITTENCOURT, 1987, p. 22).

Submetida a uma constante revisão, a ciência histórica passa por um processo de mudança de paradigmas a partir dos pressupostos teóricos da *Escola dos Annales e a Nova História*. Bittencourt (1987) diferentemente de Oliveira (2008), dado o contexto das primeiras edições de suas obras[29], estão escrevendo em épocas em que as demandas na escrita da história possuem suas particularidades. O movimento seria basicamente ocasionado por uma crise geral dos paradigmas, especialmente concentrados em algumas críticas: a política pensada além das instituições e a história pensada além da política; uma preocupação maior com as estruturas do que com a narrativa dos acontecimentos; deslocamento do interesse pela vida e obra dos grandes homens e grandes datas para as pessoas e acontecimentos comuns; a necessidade de se ir além dos documentos escritos e registros oficiais; a história não seria objetiva, mas sujeira a referenciais sociais e culturais de um período[30]. O fato de Bittencourt (1987) salientar o contributo da imigração italiana, contexto suprimido nas obras de Oliveira, é um dado característico do que estamos falando.[31]

Ao lançar, em 1981, a obra *Estudos sobre a estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo*, a historiadora Vilma Paraíso Ferreira Almada[32] se distancia um pouco da análise mais voltada ao processo econômico do café, caminho seguido por Oliveira (2008) e Bittencourt

[29] Primeira edição do livro de José Teixeira de Oliveira é de 1951.
[30] BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu fututo. IN: A escrita da história: novas perspectivas. SP: Unesp, 1992, p.7-16
[31] REIS, José Carlos. "O surgimento da Escola dos Annales e o seu programa". IN: Escola dos Annales – a inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.65-9; Reis, José Carlos.
[32] ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. "A escravidão na história econômica social do Espírito Santo (1850-1888)".1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Nitéroi, 1981.

(1987), inserindo questões relevantes à contribuição econômica e cultural com o uso da mão de obra negra escrava no Estado; no entanto, continua a reafirmar o relevante papel que a economia do café trouxe para a região. Com relação ao cultivo do café e sua repercussão no Espírito Santo, a autora escreve:

> O café: pilar da economia e das finanças do Espírito Santo. Para se ter uma ideia da importância do café na economia capixaba, é interessante destacar as cifras referentes à sua participação percentual não apenas no valor geral da exportação do Estado, como também na sua receita total. [...] Da análise da tabela 1.2 concluiu-se facilmente ter sido o café a principal e quase única fonte de riqueza do Espírito Santo até 1935, na medida em que a média de sua participação no valor total da exportação do Estado oscilou de 84,9% a 98, 9% no período analisado, e a receita advinda do imposto cobrado sobre esse produto, nesse período, nunca foi inferior à média de 67,0%. (ALMADA, 1984, p. 55).

Mesmo com as diferenças que permeiam suas obras, para todos esses autores o café passa a ocupar o lugar de primeira economia bem sucedida do Estado: aquela que proporcionou uma ruptura com o "atraso" que caracterizou o período colonial, aquela que criou o salto econômico que permitiu que o período republicano pudesse ser caracterizado como aquele que marcaria o encontro do Espírito Santo com um novo patamar de desenvolvimento, aquela que apresentou ao Estado a possibilidade de conquistar um novo lugar no contexto nacional.

Os trabalhos desses historiadores, seja no levantamento de dados, seja no conhecimento e reconhecimento de uma economia e, posteriormente, da chamada cultura do café em suas mais diversas manifestações, são extremamente importantes para o caráter continuísta e central que o tema do café toma na história do Espírito Santo. É relevante ressaltar também, como apontam as publicações e pesquisas pertinentes ao assunto, que esses trabalhos indicam que com esse movimento os historiadores passam a se apropriar das narrativas de construção de uma história para o Estado, o que por muito tempo ficou a cargo de historiadores de outros estados. A identidade de um Estado exige o conhecimento da sua própria história, o conhecimento das suas características físicas e geográficas, o conhecimento e a construção da ideia de um território espírito-santense.

Nesse projeto de definição dos contornos da História do Espírito Santo, que é também parte de um projeto de formação de uma identidade, vemo-nos diante de um plano de muitas facetas, dentre as quais a historiografia acabou dedicando especial atenção à cultura do café, fato que se manifesta tanto na diversidade de materiais sobre o tema quanto nas primeiras publicações produzidas com caráter oficial, patrocinadas pelo Estado, que a seu jeito e a seu tempo moldou os rumos e o desfecho da narrativa histórica sobre o Espírito Santo.

Embora, em tese, todas as regiões do Estado tenham colaborado com o surto econômico vivido pelo Espírito Santo com a economia do café, a região sul foi revelada como sendo a especial porta de entrada das primeiras lavouras do café, tornando-se, por essa razão, objeto de estudos mais cuidadosos, revestidos pela aura de tratarem de uma região que foi, na história de sucesso do café, a grande mola propulsora.

2.4 O sul do Estado do Espírito Santo: cidades zeladores da identidade do café

Caracterizando os textos que apresentam o tema da cultura do café no Espírito Santo, é natural a referência à história também dos cafezais nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, mais comumente a dos fluminenses. Esses trabalhos partem da formulação de que os primeiros centros cafeeiros localizavam-se nessas duas regiões, e, a partir dessa constatação, parte-se para a explicação do porquê, como, quando e onde começa a história do café no Espírito Santo. Essas introduções à história do café em terras espírito-santenses, com o propósito de escrever uma história com origem, meio e fim, é sempre ilustrada com mapas. É, pois, com um dos mais reproduzidos mapas relativos à questão, que se inicia aqui a análise do processo de estruturação de um quadro geral da representação da região sul cafeeira.

Figura 7– Mapa com a divisa territorial do Rio de Janeiro com o sul do Espírito Santo



Fonte: Biblioteca Nacional

A expressão geográfica, por meio do instrumental cartográfico, pretendia deixar clara a proximidade entre a história fluminense do café e a história espírito-santense do café. Contando com os recursos de outras disciplinas – como a geografia, a literatura e a história –, historiadores e pesquisadores do tema moldaram as principais fontes, materiais e formas de acesso a um conhecimento que permitisse formular uma história do Espírito Santo. Em seguida, reproduzo a narrativa contida nas fontes bibliográficas pesquisadas até aqui, ou seja, de autoria de José Teixeira de Oliveira, Gabriel Bittencourt e Vilma Almada, que buscam explicar como o café se tornou o principal produto econômico do ES através da sua entrada pelo sul do Estado.

Tudo teria iniciado com a origem do café e sua chegada ao Rio de Janeiro. O fruto exótico, a partir de seu habitat natural, na África, difundiu-se por vários lugares do mundo, chegando à Guiana Francesa. Daí, por obra e graça, diz-se, da simpatia que o militar português Francisco de Melo Palheta despertou na mulher do governador local, aquele trouxe para o Brasil algumas sementes que foram plantadas no Pará, em 1730, não dando certo o projeto de cultivo em larga escala. Levado para o Rio de Janeiro no final do século XVIII, o café fez sua entrada triunfal na paisagem do estado cobrindo toda a região litorânea até Campos dos Goitacazes.

Do Vale do Paraíba (RJ), seguindo inúmeros e importantes afluentes dos rios, o café, encontrando condições favoráveis de solo, clima e topografia e abundância de terras disponíveis para implantação em larga escala, criou um extraordinário sistema social e financeiro, conhecido historicamente como "Processo Econômico do Café" e que, em sentido amplo, ocorreu ao longo de todo o século XIX. O sistema empregado na plantação do café desgastava o solo, justificando o caminho migratório dos seus produtores em busca de novas terras. Depois do café, restavam decadentes e/ou abandonadas fazendas, vales e morros devastados.

Na medida em que as terras produtivas se esgotavam nas margens do Vale do Paraíba, ou que a produção precisava encontrar novos terrenos para se ampliar, os "fazendeiros do Rio de Janeiro e de Minas Gerais ocupavam terras nas bacias dos rios Itabapoana e Itapemirim", ao sul do Espírito Santo (GROSSELI, 2008, p. 108-109).[33]Embora não haja unanimidade entre os historiadores de quando ele ocorreu, o importante é compreender que o grande esforço de expansão da área plantada acabou chegando aos limites territoriais e naturais

[33] Seguimos a divisão territorial indicada por Almada, que explicita ser a área sul do Espírito Santo formada pela "Região de Itapemirim: Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, São Pedro de Itabapoana, Nossa Senhora da Assunção de Benevente, São Pedro do Cachoeiro, Nossa Senhora da Conceição de Guarapary, Nossa Senhora da Penha do Alegre, São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Affonsino, São Miguel do Veado" (ALMADA, 1981, p. 25).

– estes representados pelo Rio Itabapoana, como mostra o mapa da Figura 7 – entre os dois estados, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Segundo a historiografia presente nessas narrativas, o café representou, portanto, a penetração contínua "no solo virgem" do Espírito Santo, promovendo a ocupação de uma região até então despovoada, argumento usual entre os primeiros historiadores trabalhados aqui – vale ressaltar que, mesmo após sucessivas críticas a esse discurso, ele continua sendo reproduzido. O Sul constituiu-se como o caminho, seguindo o curso dos principais rios e de seus afluentes, para a instalação de extensas plantações, adensando-se as populações rurais e possibilitando-se assim o surgimento de novas cidades.

Segundo Oliveira (2008), os cafezais aumentaram continuamente, e até São Mateus, zona produtora de farinha de mandioca, isolada no norte da província, chegou a contar com 55 de fazendas de café que produziam cerca de 30.000 arrobas anuais do produto. Apesar disso, para o autor era ainda o sul que apresentava as melhores perspectivas para os cafezais.

Faz-se importante, aqui, abordar a questão da representatividade do sul cafeeiro. A área que compreende os municípios que resultaram do período cafeeiro na região sul do estado do Espírito Santo é hoje conhecida como a região dos Vales e do Café. Contudo, parece existir alguma divergência quanto à sua composição. Segundo administradores da Rota dos Vales e do Café, os municípios que a compõem seriam Cachoeiro de Itapemirim, Muqui, Marataízes, Vargem Alta e Mimoso do Sul.[34]Já o Consórcio dos Vales e do Café afirma ser o sul cafeeiro compreendido pelas cidades de Muqui, Cachoeiro de Itapemirim, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Mimoso do Sul e Atílio Vivácqua. Em comum, todos esses locais têm o passado de grandes produtores durante o ciclo do café, nos séculos XIX e XX.[35]

Nota-se que há uma diferença na representação do que seria a região sul cafeeira entre as definições citadas, diferença que acreditamos seria ainda maior se fossem levados em conta, por exemplo, vários outros documentos que buscam definir o que seria a região sul cafeeira do Espírito Santo. No entanto, entre as cidades citadas, existe uma que é unânime, aparecendo em todas as listas: Muqui.

---

[34] Conforme informações disponíveis no site do Governo do Espírito Santo (http://www.es.gov.br/site/turismo/rota_vale_cafe.aspx).

[35] Informação disponibilizada no site da Prefeitura de Cachoeiro do Itapemirim (http://www.cachoeiro.es.gov.br/site.php).

A historiografia espírito-santense analisada para compor essa pesquisa dispõe o ano de 1850[36] como sendo o ano em que os primeiros produtores de café, vindos do Rio de Janeiro, compraram terras no sul do Estado, mais especificamente em Muqui.

A partir desse ponto do subtítulo analisaremos na narrativa historiográficas presente nos inventários de bens culturais produzidos pelo IPHAN/ES, como colocaram a cidade de Muqui como sendo o sítio cuja identidade do café será preservada. O motivo seria o mesmo: ao analisar os textos programáticos do IPHAN (planos anuais, projetos base, diretrizes) e relatórios técnicos, encontramos nelas referências bibliográficas que apresentam concepções de história e do patrimônio cultural de Muqui e da identidade do café para o Espírito Santo. Na análise dos discursos presentes nos documentos, vimos que elas consolidam concepções específicas da história e impõem marcos discursivos que orientam as ações de órgãos de preservação atuais.

As principais obras citadas nos inventários são: *Muqui – cidade Menina, 1850-1989* de autoria de Paulo Henrique de Mendonça e *Muqui, passado de glória, futuro de esperança* da autora Ney Rambalducci, formando objetos de análise.

No recorte cronológico da história de Muqui, segundo esse discurso que estamos analisando e que por ora será denominado de "oficial", teríamos com Werneck, a primeira fazenda erigida denominada de Fazenda Santa Tereza do Sumidouro, transformando-se na mais importante fazenda de café da redondeza e em ponto de convergência da vida social da região. A historiografia espírito-santense dispõe o ano de 1850 como sendo o ano em que, "passado o maciço florestal que era a região, um moço da família ilustre da Província do Rio de Janeiro, José Pinheiro de Souza Werneck, da heráldica Valença, adquiriu a João Corumba os seus direitos na 'aberta' feita na região de Sumidouro", segundo afirmações de Mendonça (1989, 100). Além disso, ainda conforme o mesmo autor,

> José Pinheiro de Souza Werneck foi o primeiro marco humano do início do desbravamento do nosso solo. Descendente dos Barões de Ipiabas, família tradicional da terra fluminense, e ele mesmo era pessoa afável, educada e fina, comprovou no decorrer dos tempos ser possuidor de grande caráter. (MENDONÇA, 1989, p. 100).

Os atributos imbuídos pelo autor ao pioneiro da cidade não se restringiram a ele, mas se estendiam a todos que chegavam para colonizar Muqui: "felizmente, não tivemos nos

[36] Esse marco tem sido questionado atualmente. No site da câmara municipal de Muqui, um historiador independente afirma ele ter se encontrado com parentes de Werneck na cidade do Rio de Janeiro e visto comprovação documental de compras de terra na região anterior a essa data. Fonte: http://camaramuqui.es.gov.br/museu_virtual.asp?is=19

nossos inícios gente de origem duvidosa ou fugidos da ação criminal. Para aqui veio gente de boa cepa, famílias de elevado timbre moral que aqui continuaram as tradições avoengas, formando clãs que são nosso orgulho" (MENDONÇA, 1989, p.69).

A mudança de Werneck e sua família concorreu para a vinda de outros fazendeiros, dando origem às diversas fazendas espalhadas pela região. Foi no cruzamento de duas importantes fazendas de café, às margens do Ribeirão Muqui, que se instalou a povoação conhecida primeiramente como Arraial dos Lagartos. Em um lote de terra doado pelos fazendeiros João Pedro Vieira Machado e João Jacinto foi então erguida a primeira igreja católica da futura cidade, em intenção de São João Batista. Esses fazendeiros se instalaram na região após a "descoberta" de terras férteis, ideiais para continuar promovendo o plantio do café.

Desse modo, constituía-se a ancestralidade de Muqui como sendo formada de brancos vindos principalmente do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que traziam consigo títulos de nobreza e cujos sobrenomes precediam qualquer ato. No período de construção da identidade de Muqui, não havia a ideia da miscigenação das três raças que hoje se diz terem constituído a nação brasileira - teoria sustentada, principalmente, por Gilberto Freire em sua célebre obra *Casa-Grande e Senzala*, de 1933 -, predominando somente a raça branca. Os índios e os negros estavam excluídos do processo, e seus papéis no período de colonização de Muqui, quando citados pela historiografia, adquirem formas quase romantizadas, como se pode observar no trecho a seguir:

> Larga e fecunda contribuição ao desbravamento de nossas terras prestou o elemento negro através do braço escravo, a princípio e depois por meio dos numerosos trabalhadores que ainda prestam serviços nas lavouras. Contam as crônicas que tivemos fazendas que chegaram a possuir 80 a 100 escravos. As propriedades que tiveram braço servil foram as de Santa Rita, Floresta, Entre Morros, Bom Destino, Sumidouro, Verdade, Desengano, Saudade, Primavera e Providência. Delas recolheu o "Museu de Escravidão", inaugurado no município, material abundante que testemunha o trabalho da população negra no esforço do desbravamento do município. *Examinando-se os instrumentos de suplício aqui recolhidos, chega-se à conclusão de que os nossos senhores de escravos foram humanitários, pois nenhum deles revela a índole bárbara e sanguinária que predominou na mentalidade daquele tempo*. (MENDONÇA, 1989, p. 69, grifo nosso).

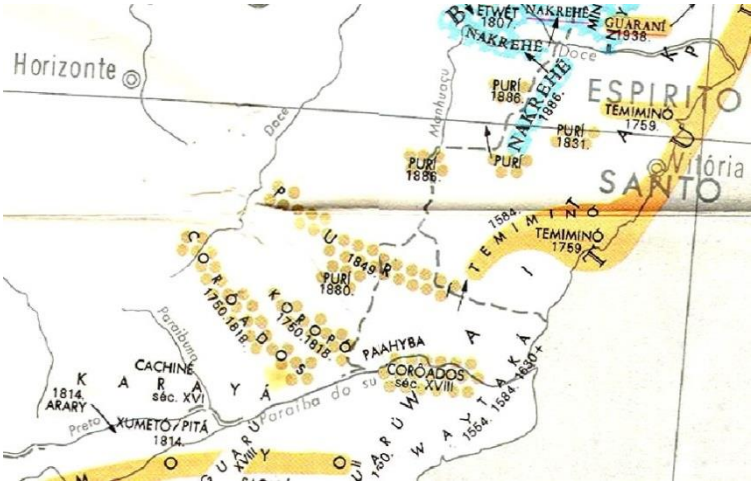
Com essa narrativa celebra-se a pequena contribuição dos negros e a exaltação de uma colonização tolerante, aberta e suave. Em outra passagem de sua obra, Mendonça cita, muito brevemente, "o elemento negro" que teria concorrido "com sua parte na mistura que se processou" em Muqui. A ausência de fronteiras entre culturas é reforçada, uma vez que não são

localizadas fontes indicadoras de qualquer disputa territorial com os outros povos que antes habitavam aquelas terras, como ocorreu em diversas partes do Espírito Santo. De acordo com Rambalducci (1991, p. 17), "de tribos indígenas, sabe-se apenas que índios Puris habitaram um aldeamento na Fazenda Verdade".

Com relação a essa última afirmação, com exceção de alguns sítios, como o "Abrigo Fortuna", poucos estudos arqueológicos ocorreram na região, informação que poderia corroborar a afirmação acima. Temos, no entanto, uma bibliografia que trata das questões referentes à pré-ocupação das terras do Espírito Santo, na qual se apresentam informações que indicam que a maior parte do atual território do ES era ocupada por diversas etnias indígenas:

> De modo geral, pode-se afirmar que a população indígena que ocupava as terras do Espírito Santo se tratava de grupos de caçadores-coletores nômades, que posteriormente se fixaram nas terras passando a desenvolver a agricultura especialmente da mandioca, utilizando-se de técnicas como a coivara, em uma região chamada por eles de capixaba – que significava roça, roçado, ou terra limpa para plantação de milho ou mandioca. Esta ocupação pretérita remonta a cerca de seis mil anos, e da qual as informações disponíveis são concedidas por meio da análise de vestígios arqueológicos. Destes, notadamente dos sambaquis que apresentam material malacológico (moluscos) e lítico (pedras), além de artefatos cerâmicos com decoração variada e representante de grupos da tradição Tupi-Guarani e Una, registra-se a memória dos nossos antepassados nativos da *Terra Brasilis*, dentre eles as tribos dos Tupiniquins, Tupinambás, Purís, Coroados e dos Botocudos que ocupavam o território do atual Espírito Santo. (NIMUENDAJÚ, 1981,p.38).

Figura 8 – Croqui de Curt Nimuendajú, apresentando a região objeto de estudo, com data de registro histórico dessas ocupações indígenas.



Fonte: NIMUENDAJÚ, 1981

Dando continuidade à narrativa oficial sobre Muqui, outro elemento é introduzido: o comércio local para atender as necessidades imediatas. Com a aglomeração de fazendas na região, surgiu a necessidade de pontos de comércio, e foi assim que, com a permissão do fazendeiro João Jacinto da Silva, se deu a fixação do primeiro comerciante, um espanhol de nome Ribas. Após a instalação da primeira "venda", foi a vez do português Joaquim Pereira Bastos começar com seus negócios, sucedido mais tarde pelos estabelecimentos comerciais de Francisco Rizzo e Francisco Siano, dois troncos de famílias locais que exerceram bastante influência no território político da cidade. Segundo Mendonça,

> [...] definindo-se o arraial, começaram a surgir as construções e outros elementos foram atraídos pela povoação que nascia. Muqui era, na época, uma boca de sertão. Tendo boas terras e fazendas a se formarem, era justo que para aqui se voltassem as vistas dos que desejavam ganhar a vida e fazer fortuna. Tornou-se, pois, um foco da atração. (MENDONÇA, 1989, p. 33).

O café teria se tornado "a moeda agrícola brasileira", tendo a qualidade do produto elogiada em todo o país e no exterior. No período de 1859 a 1874, a cultura cafeeira constituiu quase a metade do valor total da exportação brasileira e, ao fim do Império, cerca de 57% do total. Todavia, a abolição da escravatura, em 1888, ocasionou em uma radical mudança no cenário da produção do "ouro verde" no Brasil (ALMEIDA, 2010, p. 83), uma vez que os fazendeiros do Brasil usavam, prioritariamente, a mão de obra escrava. Dito de outra forma, o trabalho escravo foi indispensável para o lucro dos colonizadores ao longo dos séculos, tendo sustentado primeiramente a produção agroaçucareira, que foi a base econômica da colônia do Brasil e, posteriormente, o café.

No panorama que se seguiu à abolição da escravidão, o governo no Brasil custeou o recebimento de imigrantes com o intuito de substituírem a mão de obra escrava:

> O fenômeno da imigração completou um ciclo iniciado no início do século XIX e mudou radicalmente a fisionomia do Brasil. O país obtivera sua independência nacional, formara uma classe dirigente e encontrara uma produção adequada a seu território, o que lhe permitira expandir suas exportações e acumular capital. Livre da escravatura, iniciara então um rápido processo de mudança de suas estruturas econômicas e sociais, começando a investir parte do capital acumulado para atrair mão de obra europeia (fato que por si mudou radicalmente a face da sociedade civil e da cultura brasileira). (GROSSELLI, 2008, p. 108-109).

Naquele tempo, acreditava-se ideologicamente que além dos imigrantes europeus possuírem melhor capacidade técnica, e mesmo mais conhecimento específico, eles

melhorariam a raça brasileira por meio do branqueamento da nossa população mestiça. O fenômeno da migração se deu no Espírito Santo especialmente no último quartel do século XIX, momento propício para a utilização desta mão de obra livre com o intuito do fomento ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Foi por meio do capital gerado com a produção de café que mais mão de obra imigrante pôde chegar ao Brasil, de modo que uma rede de infraestrutura foi arquitetada através, por exemplo, da construção de estradas e ferrovias:

> A primeira imigração oficial, custeada pelo governo somente aqui aportou por volta de 1888, embora elementos italianos, espanhóis e portugueses já aqui tivessem se instalado a procura das terras virgens que eram requeridas ao Governo. As correntes de imigrantes se dirigiram, de preferência, para as Fazendas Sumidouro, Providência, Fortaleza, Monte Carmelo, entre outras. As fazendas de café eram grandes fixadores de braços. Eram alegres as nossas fazendas, especialmente com a colonização italiana que aqui se fixou, trazendo os seus hábitos nativos, instrumentos de música, as suas tradições e as suas crenças religiosas (MENDONÇA, 1989, p. 34).

Nesse momento, segundo a historiografia local, com a vinda dos imigrantes europeus completava- se a "mistura" de Muqui. Ainda segundo Mendonça, tudo isso se deu antes que o povoado recebesse o influxo da estrada de ferro, cujo advento dava sinais claros de que "o progresso ia se assinalando em ritmo acelerado":

> [...] as pontas de trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina alcançaram o arraial em 15 de Agosto de 1901, datando daí acentuada prosperidade, embora a estação somente estivesse pronta, e fosse inaugurada, em 1º de Janeiro de 1902, com grandes solenidades, recebendo a povoação o nome de Muqui. (MENDONÇA, 1989, p. 51).

A instalação das estradas de ferro constituiu-se como demonstração do aumento no volume da economia cafeicultora do sul, que pressionava por investimentos do governo na infraestrutura local, uma vez que o alto custo com a rede de transportes encarecia, sobremaneira, o preço do café, diminuindo o lucro dos produtores. Construídas essencialmente em consequência da importância cada vez maior que conquistavam as lavouras de café, as ferrovias se tornavam novos e importantes estímulos para uma expansão ulterior da cultura do café, o que era proeminente para o novo fôlego dessa cultura na década de 1910, após a crise do café de fins do século XIX – entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a produção de café passou por grande instabilidade, mas se consolidou como a principal atividade econômica do estado, sustentando sua vida pública e particular.

De acordo com as narrativas presentes nos documentos do IPHAN, o cultivo dos cafezais iniciou-se sob a influência do Rio de Janeiro, na metade do século XIX. O café teria adentrado pelo sul do ES e, com o decorrer dos anos, a cafeicultura foi se consolidando como atividade econômica para o estado e, consequentemente, para o Brasil. Naquele período, o café mostrava vantagens comparativas conquistando, progressivamente, áreas antes cultivadas com cana-de-açúcar. Toda a estrutura produtiva canavieira foi reproduzida nos cafezais: monocultura e regime escravocrata, passando ao sistema de parceria[37] com a vinda dos imigrantes europeus após a abolição da escravidão. A expansão da cafeicultura foi rápida, e em 1850 já era notável a importância da cultura no setor econômico do ES. Como consequência desse investimento surgiram também, além da infraestrutura já citada, estradas de rodagem, navegação interprovincial, ferrovias e verificou-se o crescimento das atividades do Porto de Vitória, elementos que beneficiaram ainda mais o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo.

Localizada nesse "sul cafeeiro" que, como vimos, é reforçada pelas bibliografias analisadas, como tido grande importância no projeto de implementação dessa atividade econômica, a cidade de Muqui constitui-se como ponto importante na marcante história do café, assinalando, na trajetória política, cultural e social do Estado, a passagem de uma realidade "rural/atrasada" para uma realidade "urbana/industrializada", característica de uma historiografia baseada restritivamente nesse binômio interpretativo.

Assim, segundo o discurso oficial, o cultivo do café no Espírito Santo, que teve sua origem na área geográfica do sul do estado e que, ao longo dos seus quase cem anos de vida – do nascimento à derrocada, com a crise da Bolsa de Valores de 1929 –, cristalizou-se na história como formador de uma cultura própria que, por sua vez, se sustentava em antigas variáveis culturais e sociológicas, imprimindo particularidades à formação da identidade cafeeira do estado, principalmente na região sul. Tudo isso foi favorecido por um ambiente político criado a partir da consolidação no poder de uma elite capixaba que buscava constituir o acervo básico de uma, podemos chamar, nova administração, a qual tinha plena consciência das dificuldades inerentes a uma história elaborada sempre a partir de uma posição de inferioridade do estado e

[37] Inicialmente funcionava da seguinte maneira: o fazendeiro custeava o transporte dos imigrantes europeus até suas fazendas e estes, por sua vez, pagariam os fazendeiros com trabalho. O trabalho consistia no cultivo do café e gêneros de subsistência, entregando ao fazendeiro boa parte da produção (dois terços). Esse sistema fracassou e a imigração subvencionada substituiu o sistema de parcerias. Nela, o Estado pagava os custos da viagem do imigrante europeu e regulamentava as relações entre os fazendeiros e os colonos. Para saber mais: COSTA, Emilia Viotti. Da Monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 6ª ed, 1999.

do capixaba. Naquele contexto se delineou, claramente, um conceito de história que está vinculado a um determinado projeto político, e que se engaja na realização desse projeto.

Os discursos presentes na narrativas historiográficas sobre o papel do café na vida e economia do Estado do Espírito Santo será apropriado pelo IPHAN/ES nas conduções do seu processo de patrimonialização das identidades e memórias cafeeiras, quando há o reconhecimento do processo econômico do café como formador das identidades brasileiras. O órgão de preservação do patrimônio cultural ao se munir dessa farta documentação reconhece uma determinada representação do passado. A questão da representatividade do passado, como levantou Hobsbawn[38]e Ranger, são tradições inventadas e se articulam na tentativa de legitimação da tradição. Entre os diversos marcos de ocupação dos espaços no Espírito Santo, o grupo à frente do movimento de preservação do patrimônio cultural optou pelo café, estabelecendo este recorte histórico para compor, através das políticas de patrimônio cultural, os substratos materiais das memorias culturais dos espírito-santenses.

O que buscamos aqui, portanto, não é identificar o momento exato de criação de uma identificação da região sul com o café, estudo que nos parece inexequível, mas levantar questões teórico-metodológicas relativas à construção de narrativas e ao uso das fontes ao longo desse processo, recursos que julgamos necessários para compreender o significado político e cultural desse empreendimento que, aqui, chamamos "invenção de uma tradição" (HOBSBAWN; RANGER, 2012). Tampouco constitui foco deste trabalho questionar a existência ou não de uma identidade do café para o sul do estado, mas constatar a importância dos documentos aqui analisados no estímulo e na afirmação de uma identidade cafeeira para o sul do Espírito Santo, dotada de alto valor simbólico.

De tal modo, percebemos que a espacialização e a identidade de um lugar não são algo dado: a região dos Vales e do Café é uma invenção que vem sendo organizada há muitas décadas. O espaço, o território e a paisagem são efeitos de significação, do discurso, de uma produção. Na invenção de uma região sul cafeeira, Estado, poder público e setor privado, entre outros interesses, articulam-se, concorrem e rivalizam para o esquadrinhar do espaço, viabilizando a produção de uma vinculação da economia do café dos séculos XIX e XX com o estado do Espírito Santo. O turismo, a mídia, os negócios, enfim, uma rede de interesses se cria, atualizando uma imagem da região, do lugar, e da própria vida, para moradores e turistas.

A identificação das fontes sustentáculos dessa narrativa histórica, que encontra apoio de órgãos oficiais e de preservação, da mídia e do turismo, é primordial em um contexto

[38] HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). "A invenção das tradições". Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

em que a pesquisa e a transparência das políticas públicas assumem dianteira no discurso patrimonialista, de interesse público. Acredita-se que essa empreitada ajudará os pesquisadores encarregados de realizações de investigações a entender o porquê de determinados elementos materiais e imateriais serem valorizados como parte de uma história, assim como a perceber de qual história/memória se está falando nesse processo.

2.5 A aplicação do plano em campo: a patrimonialização do café

As estratégias de conservação e preservação do patrimônio cultural do café tiveram início em 2006, com o pedido de tombamento federal pelos moradores de Muqui. A cidade já tinha o título de Patrimônio Cultural do município, e a elevação de Muqui à categoria de patrimônio cultural estadual encontrava-se em andamento. Nesse ínterim, surge a necessidade de a Superintendência do Iphan no Espírito Santo traçar políticas públicas de patrimônio para Muqui, a partir de novas abordagens teórico-metodológicas do campo do patrimônio.

Já no ano seguinte, em 2007, o Iphan/ES elabora um plano básico para a contratação de empresa prestadora de serviços para a realização de Levantamento Histórico e Diagnóstico Urbanístico e Arquitetônico do Sítio Histórico de Muqui – título anteriormente consagrado pelos órgãos municipais e estaduais. O propósito do levantamento, segundo documentos, era produzir dados para a instrução de processos de tombamento de bens do patrimônio cultural do Espírito Santo.

A empresa contratada para a elaboração desse estudo era composta por uma equipe de profissionais formada por arquitetos, um historiador e estagiários do curso de Arquitetura e Urbanismo da Ufes, sob a coordenação de Luciene Pessoti.

Adotando os critérios metodológicos utilizados pelo Iphan para levantamento de dados em campo – através do uso das fichas do Inbi-SU[39]–, o produto final foi a identificação das principais características urbanas, arquitetônicas e paisagísticas de "um dos mais representativos núcleos urbanos associados ao ciclo do café do Estado" (PESSOTI, 2014.) No entanto, apesar desses resultados, as atividades do Iphan/ES nesse momento ainda se caracterizavam pela promoção de ações descontínuas, o que fez com que não fossem obtidos resultados práticos quanto à proteção federal de Muqui.

[39] Inventário Nacional de Bens Imóveis- Sítios Urbanos: metodologia de inventário de sítios urbanos tombados

Em 2011, o IPHAN/ES realiza o inventário cultural intitulado "Processo Econômico do Café no século XIX e XX". A metodologia adotada foi o SICG[40], e uma das etapas exigia o levantamento histórico do acervo cultural ligado às unidades cafeeiras. Nesse procedimento realizou-se o cruzamento de diversas fontes, documentos, dados e das múltiplas versões e memórias que podem ser narradas sobre uma mesma história. Para tanto, realizou-se o levantamento, a análise e o cruzamento de dados de fontes documentais de diversas naturezas – como manuscritos e impressos, cartografias e iconografias.

Vasta pesquisa documental foi realizada no Arquivo Público do Espírito Santo(Apes), localizado em Vitória, em diversos de seus fundos e coleções, o que gerou um levantamento sobre a temática do café no Espírito Santo. Tal estratégia permitiu que se produzissem informações que não somente contextualizavam o panorama histórico da cultura do café no Brasil e, em particular, no Espírito Santo, mas que também atingiam, em nível macro, a história das fazendas inventariadas na região objeto de estudo.

Segundo o Iphan/ES, isso se justificava pelo fato de que o órgão vinha realizando o mapeamento cultural do Estado e que aquela região havia tido na agricultura um lugar de destaque, tendo sido a economia do café um importante elemento formador da história e do patrimônio cultural e edificado dos municípios de Muqui e Mimoso do Sul, objetos daquele inventário, trazendo para o presente belos registros do passado (IPHAN, 2012). Os novos desafios impostos à gestão dos patrimônios culturais exigiam, portanto, o desenvolvimento desses estudos por meio de inventários, estudos em rede e estudos temáticos.

É importante ressaltar ainda, nessa perspectiva, como no tocante à temática do café adquire relevância o desenvolvimento dos trabalhos de salvaguarda do Jongo do Sudeste: trata-se de uma forma de expressão afro-brasileira, registrada no livro específico desta categoria de patrimônio cultural de natureza imaterial desde 2005. O jongo consolidou-se entre os escravos que trabalhavam nas lavouras de café e cana-de-açúcar, no Sudeste brasileiro, como uma forma de comunicação desenvolvida no contexto da escravidão e que serviu também como estratégia de sobrevivência e de circulação de informações codificadas sobre fatos acontecidos entre os antigos escravos por meio de pontos que os capatazes e senhores não conseguiam compreender.

Em 2012, com o apoio do Iphan/ES e da Secult/ES, a Ufes desenvolveu, através do Proext (Programa de Extensão Universitária), um projeto de extensão denominado *Territórios e Territorialidades Rurais e Urbanas: Processos Organizativos, Memórias e Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro nas Comunidades Jongueiras do Espírito Santo*, voltado para a

[40] Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão: nova metodologia de inventários do IPHAN em substituição ao anterior do INBI-SU, que pretende uma visão mais integradora dos bens patrimonializáveis.

salvaguarda do Jongo e Caxambu, que mapeou e identificou dezessete grupos de jongo e caxambus, sendo a maioria da região sul do estado. A partir dessa constatação, encontra-se em curso pelo Iphan/ES, desde então, o desenvolvimento do Inventário Nacional das Referências Culturais do Jongo no Espírito Santo, com foco na salvaguarda desse bem no estado.

Tanto do INRC de Muqui e Mimoso do Sul, quanto do Inventário com a metodologia do SICG realizado em vários municípios do sul do estado, depreende-se que esses dois municípios inventariados, após um período de intenso desenvolvimento socioeconômico no século XIX e início do século XX, decorrente da economia do café, passaram por uma decadência econômica que perdura até os dias atuais. Com uma economia inexpressiva, caracterizada por uma pequena produção agropecuária, restaram nesses municípios uma grande riqueza cultural e um expressivo conjunto arquitetônico composto por imóveis, casas térreas e sobradões do século XIX e início do XX, representativos da fase áurea do café. Algumas dessas construções, em Muqui e São Pedro do Itabapoana, distrito de Mimoso do Sul, foram tombadas como patrimônio cultural a nível municipal e estadual, trazendo novos movimentos a essas localidades.

Entretanto, apesar de o patrimônio arquitetônico ser um elemento importante na continuação da identidade local, ele vem passando por transformações que evidenciam a carência de ações da comunidade e do poder público local com relação à sua preservação enquanto memória do lugar, entendendo-se aqui lugar como as demarcações físicas e simbólicas do espaço cujos usos lhes qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente. Para o desenvolvimento das atividades do turismo, o município de Muqui tem passado por uma série de intervenções urbanas em seu centro histórico, sofrendo mudanças em suas formas-conteúdo, as quais são refuncionalizadas com vistas ao atendimento da crescente demanda de tais atividades.

Os processos relacionados ao patrimônio dessa região ajudam-nos a afirmar a dinâmica das formas-conteúdo do patrimônio cultural e seus usos. Como base nas questões por eles apontadas e com o intuito de melhor delimitá-las, colocando-as em diálogo com a questão central deste trabalho, optamos por nos atermos aos estudos elaborados pelo Iphan, voltados para o tombamento de Muqui, que destacam os seguintes aspectos: a transformação ocorrida no meio ambiente quando da introdução de cafezais na região sul do estado do Espírito Santo; a vinda e a permanência de imigrantes, que optaram por reconstruir todo o aparato simbólico e social de seus lugares de origem (construção de casas para moradia, capelas, meios de subsistência, escolas, etc.); o processo de desenvolvimento urbano da cidade; e as ditas manifestações da cultura imaterial da cidade. Tal recorte, ainda, justifica-se como escopo para

a rerratificação da área tombada pelo município e pelo Estado, no sentido de atender ao valor de conjunto/ambiência que guia as atuais políticas de preservação do patrimônio cultural.

3 MUQUI: CIDADE ZELADORA DA IDENTIDADE CAFEEIRA DO ESPÍRITO SANTO

O presente capítulo apresenta a análise do processo de construção da patrimonialização de Muqui, bem como as narrativas em defesa da preservação da cidade. Para tanto, nele se investiga a classificação e a atribuição de valor dadas à cidade, sua instituição como uma cidade histórica e turística, entrelaçando séries discursivas que lhe conferem visibilidades e dizibilidades,[41] ao trabalhar as relações do espaço urbano, do tempo e da história. Por fim, visa ainda a identificar quais concepções de patrimônio e de passado são elaboradas pelos intelectuais e técnicos vinculados aos órgãos públicos de preservação e quais as relações entre essas e o processo de patrimonialização da cidade de Muqui.

Entende-se o patrimônio cultural como uma produção humana constante, dinâmica e cambiante, vinculada a interesses de diversos tipos em um contexto histórico determinado. Michel Foucault (2009) considera que não existe nada essencial, nem original, não havendo nenhum objeto que não seja parte de uma construção temporal e social. A concepção patrimonial de Muqui pode ser entendida, sob esse ponto de vista, como o produto de um tipo de política cultural e de desenvolvimento regional integrado, que, entre outras coisas, expressa a vontade política de um grupo em construir um espaço e uma identidade de cidade Patrimônio Cultural.

Além disso, a temática do patrimônio cultural constitui-se como um campo de conflitos, de disputas. Nestor Canclini (1994) destaca o aspecto político do patrimônio cultural que, segundo ele, é um "espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos"e que está articulado à construção das identidades. Conforme o autor, patrimônio é "o que um grupo social considera como sua cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de cada grupo" (CANCLINI, 1994, p. 97). Na direção apontada por Canclini, entendemos que a atribuição de valores nos processos de preservação patrimonial é uma arena de confronto e um campo eminentemente político, como veremos no caso da patrimonialização de Muqui.

[41] Como explica Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009, p. 34): "Quando falamos de uma nova visibilidade e dizibilidade, falamos da emergência de novos conceitos, novos temas, novos objetos, figuras, imagens que permitem ver e falar de forma diferenciada da forma como se via e dizia o sublunar, anteriormente. Que permitem organizá-lo de uma nova forma, que colocam novos problemas, que, por sua vez, iluminam este sublunar com novos focos de luz, que iluminam outras dimensões da trama histórica".

Em 2012, o Conselho Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo ratificou, por unanimidade, a inscrição do Sítio Histórico e Paisagístico de Muqui, considerado o maior do Estado, com uma área total de 299 mil metros quadrados, no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Esse evento coroou uma mobilização iniciada em 1987, coordenada por Ney Costa Rambalducci, que reuniu um conjunto de moradores da cidade de Muqui, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e os governos municipal e estadual.

Ao analisar esse capítulo importante da história do processo de tombamento de Muqui, parece haver um consenso, entre as instituições protagonistas, no processo de invenção de Muqui como uma cidade histórica. O Iphan, órgão federal responsável pela preservação do Patrimônio Cultural nacional, que possui sua sede estadual em Vitória/ES, adentrou nessa construção da memória, pela primeira vez, em 1999, através de uma atuação técnica pontual.Mais tarde, ao longo do processo, agiu em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo para produzir inventários e normativas voltadas para a gestão do sítio histórico, visando uma atividade de preservação conjunta no futuro, dado o interesse já declarado pelo tombamento federal, manifestado inclusive pela comunidade de Muqui. Os moradores de Muqui foram os primeiros a se organizarem e a se afirmarem como guardiões das *memórias culturais de Muqui.* O envolvimento da sociedade na preservação de Muqui fez com que os representantes políticos da cidade admitissem a instituição de um Conselho Municipal de Cultura, inexistente até então, e a contratação de dois técnicos (um arquiteto e um turismólogo), que tiveram um papel fundamental tanto no tombamento municipal, que se efetivou já em 1999, quanto no estadual, concretizado em 2012.

Como lugar de disputas e conflitos, o campo do patrimônio cultural é desenhado, principalmente, por valores e significados que marcam o escopo da memória, não sendo isso diferente quando se pensa na memória da cidade de Muqui. E é justamente esse campo, com todos esses valores, significados, disputas e conflitos, que será abordado neste capítulo. Essas disputas ocorrem para a consolidação de um poder, ao qual Pierre Bourdieu chama de poder simbólico, e que é, "[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (BOURDIEU, 1989, p.7-8). O poder simbólico está presente no processo de tombamento de Muqui, e, por isso, é interessante analisar, especificamente, as atividades realizadas nesse contexto e que buscam "inventar" a imagem da cidade de Muqui como "cidade histórica". O termo "invenção" é utilizado aqui no mesmo sentido em que Eric Hobsbawm e Terence Rangero empregam para analisar as tradições nas Terras Altas da Escócia, nos rituais da monarquia britânica, na Índia,

na África e na Europa ao longo do livro *A invenção das tradições*(2012), ao qual já nos referimos anteriormente.

Para os autores, toda tradição é, em sua essência, uma invenção, argumentação que eles complementam afirmando que por "tradição inventada"

> [...] entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM; RANGER, 2012, pp.09)

Na próxima seção, investigamos como se formulou um arquivo de imagens e enunciados, um estoque de "verdades", uma "visibilidade" e uma "dizibilidade" de Muqui que direcionam comportamentos e atitudes em relação à cidade e conduzem, inclusive, o olhar e a fala das políticas públicas. Como as próprias ideias de "cidade histórica", mais recentemente enfatizada como "Maior Sítio Histórico", impõem uma dada forma de abordagem imagética e discursiva para falar e mostrar a cidade. Essa construção constitui o processo de patrimonialização de Muqui como espaço de lutas e de agenciamentos, sob vozes discordantes, as quais conformam uma produção discursiva acerca da cidade que, aqui, analisaremos por meio de uma série de documentos-monumentos: processos, inventários, tombamentos.

No seu artigo "Documento/Monumento" (2003) o historiador francês Jacques Le Goff, faz uma assertiva de orientações do uso de fontes, discutindo a relação existente entre documento e monumento. Pelo método de análise sobre as diversas formas da produção histórica no decorrer dos tempos Le Goff (2003) expõe o que para ele se torna indispensável na prática historiográfica: o critério analítico e crítico no uso de fontes.

Para ajudar a desenvolver esse raciocínio o autor relembra a posição da ciência histórica no século XIX e XX em que se concebia a ideia de que o documento – na sua forma exclusivamente escrita e oficial - era reprodução fiel daquilo que ocorrera no passado e o historiador colocava-se como um simples copiador, isto é, aquele capaz de ler e reproduzir os documentos. (Le Goff:2003). Dessa maneira, a "verdade histórica" era vista como uma via de mão única que limitava o acontecimento e a história a uma linearidade de fatos. Perspectiva essa, que foi alterada a partir do século XX com a ampliação e o enriquecimento da concepção de documento. A chamada revolução documental amplia as possibilidades de usos de diferentes fontes, altera as percepções da memória e da história e, por conseguinte, a adoção do documento

enquanto monumento cuja relação de conceitos possui uma base em comum: são referências das relações que o homem mantinha com o seu passado.

Le Goff (2003) e Choay (2006) sintetizam o significado de "monumento" cuja origem do termo vem do latim monumentum, que vem de *monere* (advertir, lembrar). A especificidade do monumento deve-se à sua maneira de atuar na memória, trabalhando e mobilizando através da afetividade e a sua função de preservação de uma identidade seja étnica, religiosa, tribal ou familiar. O autor argumenta que sua função antropológica constitui sua essência e que sua presença é quase um "universal cultural" já que essa ideia de utilizar do material para fins simbólicos e mnemônicos é comum a muitas culturas dispersas no espaço e no tempo.

Existe, portanto, duas categorias de Monumentos, segundo Choay (2006):

> Como diferenciar monumento de monumento histórico? Em primeiro lugar deveríamos excluir o truísmo aparente. Ora, de acordo com aquilo que já se comentou, os monumentos têm uma origem espaço-temporal, logo, todos seriam históricos. De fato, eles são assim para nós, pois os deslizamentos semânticos da palavra omitem o significado primeiro da mesma: aquilo que traz à memória, tudo o que lembra, ou o que faz recordar.(CHOAY: 2006)

O que caracteriza ambos é o fato de podermos encará-los como portadores de informações e produzir conhecimento partindo deles. Distinção importante entre os dois é o fato de que o monumento é uma criação deliberada enquanto o monumento histórico não é criado para esse fim, ele é construído pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que selecionam e dão novo significado a uma concretude já existente. Françoise Choay (2006) assinala que o termo "monumento histórico" ganha forma em meados do século XIX.

Choay (2006: 18) observa que os monumentos possuem caráter memorial e que pode, portanto, adquirir um valor orientador dentro da sociedade porque funciona como negociador entre o passado e o presente, "é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação". Mas ele também se relaciona ao futuro, na medida em que, cultuado, homenageado e preservado pelos homens do presente, sintetiza as esperanças e expectativas projetadas pela comunidade. O monumento tem como característica ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou não das sociedades. Nesse sentido, o que define sua característica de monumento não é o objeto em si, mas sua utilização pelo poder.

Em meio às ciências humanas, o estudo do conceito de memória tem se revelado um representativo lugar de conflitos. Le Goff (2003), em seu ensaio sobre a memória, fala que esta, além de ser um elemento essencial na busca de identidade de indivíduos ou sociedades, serve também como instrumento e objeto de poder. Sob influência de uma nova historiografia, tem sido possível perceber as formas como as sociedades transmitem e formam sua memória, como

são selecionados os elementos no processo de construção das memórias e quais os significados dessas escolhas, as representações e os significados.

Onde há memórias, há também esquecimentos. O caso é que, ao contrário do que acontece com o personagem *Funes, O Memorioso* (1944) de Jorge Luis Borges – que acaba prisioneiro da sua própria capacidade – não é possível e saudável lembrar-se de tudo. Existe uma ocorrência de seleção dos acontecimentos marcantes, das coisas vividas, para que os processos sociais da memória e da reflexão possam ser entendidos.

As diferentes sociedades humanas selecionam do seu patrimônio afetivo, social, cultural, o que se julga relevante e representativo dos seus valores, tradições, formas de organização, a imagem que têm de si para as futuras gerações, construindo monumentos/documentos que possam, ao serem vistos lembrar-se das identidades, individuais ou coletivas, que conferem uma memória ao grupo, outorgando-lhe sentimento de pertencimento a esse mesmo grupo. Esses construtos da identidade são partilhados, transmitidos e reproduzidos ao longo do tempo.

3.1 Narrativas (não) lineares

De acordo com os registros existentes, a região onde agora se localiza Muqui foi inicialmente ocupada por índios Tupis, conhecidos como Puris, e abrigou, durante a economia aurífera do século XVIII, inúmeras trilhas de tropeiros, que antes as usavam para a travessia de produtos até a capital da província do Espírito Santo e, posteriormente, para a ocupação das terras devolutas, mais próximas ao litoral. A mistura do modo de vida dos tropeiros com a cultura indígena, associada aos costumes das etnias e dos sertanistas que formavam as novas bandeiras (junto a negros forros, portugueses, libaneses, cristãos novos e pessoas de outras culturas), deixaram profundas marcas culturais que se refletem na culinária, no artesanato, nas expressões da arte popular em geral, bem como nas manifestações religiosas, como a Folia de Reis e o Caxambu – existentes, ainda hoje, nos entremorros, os quais são tidos também como *terra de reis* (CAPAI, 2012).

Foi esta paragem que, em 1850, atraiu um membro de uma das mais importantes famílias de barões do café do Rio de Janeiro, José Pinheiro Werneck, da família Werneck. A literatura atribui a ele os primeiros movimentos da ocupação de Muqui, que ocorreram por conta da sua localização estratégica – a proximidade com os estados do Rio de Janeiro e deMinas Gerais – e também por apresentar uma qualidade de terra adequada ao plantio do café, fato importante diante do esgotamento de terras férteis no Vale do Paraíba e na Zona da Mata

mineira, mais ou menos na década de 1850. Sendo assim, a família Werneck se estabeleceu às margens do Ribeirão Sumidouro e batizou sua fazenda como Fazenda Santa Tereza do Sumidouro, numa dupla homenagem, à esposa de Werneck e aos recursos naturais da região.A implantação da sede desenvolveu-se entre o vale do Rio Muqui do Norte, o Morro do Cruzeiro e Morro do Maturino e, à medida que o núcleo urbano se desenvolvia, estruturava-se o eixo de Boa Esperança, caminho condutor para diversas fazendas da região.

Durante os áureos tempos da economia do café, ainda no século XIX, uma elite rural enriquecida com o cultivo e o comércio do grão investiu o capital adquirido nos negócios em conforto e bem-estar, que se refletiam principalmente na construção de luxuosas residências, decoradas com mobiliário e outros objetos de fino gosto, no núcleo urbano conhecido originalmente como Arraial dos Lagartos – denominação alterada mais tarde para São João do Muqui, Vila de Muqui e, por fim, Muqui. Ocorreu, então, a pavimentação das ruas, a construção das calçadas e a introdução de espaços verdes (praças, jardins, canteiros) na cidade.

Em 1929, com a crise na Bolsa de Valores de Nova Iorque, que duraria mais alguns anos e causaria reflexos praticamente no mundo todo, Muqui sofreu uma queda econômica da qual, segundo consenso de seus habitantes, jamais conseguiu se recuperar, deixando para trás o passado glorioso a respeito do qual restaram alguns testemunhos.

Mediante o abandono e o desânimo dos grandes fazendeiros que, lentamente, deixaram a cidade, Muqui –em seu traçado de poucas ruas e poucas praças, dentro dos limites estabelecidos por João Jacinto da Silva, em 1863, no mapa inicial da cidade –, com seus poucos habitantes, precisou encontrar outros meios para se refazer economicamente. Foi nesse contexto, e como reflexo de um momento cultural cuja inclinação voltava-se para o resgate de valores relacionados ao patrimônio cultural, que uma parcela da população letrada de Muqui, auxiliada por intelectuais e técnicos das áreas de arquitetura e história e por agentes do patrimônio cultural, iniciou uma série de ações que objetivavam recuperar o esplendor perdido da cidade. O intuito dessas ações era fortalecer a identidade de Muqui, e elas se guiavam pela intenção dos agentes da época, que insistiam na importância desses bens culturais como documentos da história e da arquitetura e, também, como fonte econômica de Muqui.[42]

O que essas pessoas consideraram como sendo Patrimônio Cultural? Que valores e critérios culturais esses sujeitos sociais atribuíram ao patrimônio cultural da cidade? A

[42]As Normas de Quito, de 1967 colocam o turismo cultural como o meio através do qual seria possível reverter a degradação das áreas históricas da América Latina e preservar o patrimônio edificado. A Carta apresenta ainda as vantagens econômicas e sociais da implantação desta atividade, que constituiu-se na principal fonte de renda para muitos lugares. Medida prevista a partir da reunião realizada em Quito em 1967 (OEA, 1967).

construção das representações sobre o que é o patrimônio cultural de um grupo é feita a partir de uma disputa simbólica para eleger e representar personagens, lugares, saberes e obras, tendo como resultado a fixação dos elementos com os quais os membros da cidade deverão se identificar e ser reconhecidos. O quê e quais valores serão reverenciados é parte de um processo lento, gradual e raramente consensual, como revela o estudo de caso de Muqui.

A primeira referência a Muqui como patrimônio cultural surgiu em 1987, quando um grupo de moradores, liderados pela intelectual da cidade Ney Rambalducci, organizou um abaixo-assinado solicitando ao Estado, através do Conselho Estadual de Cultura (CEC), medidas de preservação às "memórias culturais da cidade". No ano de 1989, a questão Muqui conquistou o apoio de intelectuais de grande peso na cena cultural do Espírito Santo, como é o caso do jornalista, escritor, dramaturgo, documentarista e crítico de cinema Amylton de Almeida (1946-1995), que assim se manifestou:

> É lamentável que a preocupação cultural dos moradores da cidade de Muqui tenha ficado tanto tempo sem uma resposta por parte deste Conselho. O processo constitui-se basicamente de um abaixo-assinado e de fotografias de possível área a ser tombada. Seria caso de solicitar à Câmera de Patrimônio que procurasse informar-se urgentemente do interesse dos moradores e maiores dados e detalhes para que o assunto seja levado a plenário. (ALMEIDA, 1989)

A.A., como costumava assinar seus textos, destacou-se pela excelência de sua crítica cinematográfica, publicada durante 23 anos no *Caderno Dois*, do jornal *A Gazeta*. No decorrer das décadas de 1960, 1970 e 1980 integrou, por dois mandatos, o Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo. Sua colocação era muito pertinente, pois apesar de o tombamento ser um ato administrativo que, como tal, segue as formalidades exigidas pela legislação e verifica se o bem em pauta interessa ao patrimônio cultural do país e/ou região, visando ao interesse coletivo, a decisão final sobre o processo cabe ao órgão de preservação, e sobre ela pesam muitas variáveis que, no fim, determinam se um bem será tombado ou não.

Ao enviar o abaixo-assinado intitulado "Para preservar as memórias culturais de Muqui", Ney Rambalducci deixava subentendido ao que ela estava se referindo no documento. A observação dos fatos históricos que se sucederam a esse ato revela que não havia, até o momento, um consenso sobre o que eram as memórias culturais de Muqui para todos os envolvidos no processo. Enquanto o grupo de Muqui, liderado por Rambalducci, apresentava seu patrimônio cultural com fotografias anexadas ao processo, distante dali, em Vitória, apesar da decisão favorável à abertura do processo, o Conselho Estadual de Cultura ainda se mostrava

indeciso quanto às ações a serem empreendidas, o que o levou a requerer uma opinião acadêmica sobre o assunto.

Foi nesse contexto que, logo depois de instaurado no CEC, o processo de nº 02/87 foi arquivado. As opiniões sobre o que teria justificado esse arquivamento são controversas. Para Rambalducci, a medida foi tomada pela então presidente do Conselho, Anna Bernardes da Silveira Rocha, para atender aos desejos do prefeito municipal de Muqui na época, Pedro José Mendonça, que se posicionava contra o tombamento.

Já para o ex-conselheiro Clério José Borges de Sant'Anna, em entrevista concedida à pesquisadora em 2014,[43] o ex-prefeito da cidade e a ex-presidente do conselho são isentos de qualquer responsabilidade, sendo o problema por ele atribuído ao caráter de descompromisso e voluntariado da equipe que presidiu o primeiro mandado do Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo. Clério Borges exerceu a função de Conselheiro Titular do Conselho Estadual de Cultura de 4 de janeiro de 1989 a 18 de fevereiro de 1993, compondo a segunda equipe a presidir o CEC. Depois, ainda participou como conselheiro suplente e como colaborador até o ano 2000.

Segundo o entrevistado, até 1989 não existiam critérios definidos sobre a forma de escolha de quem iria compor o Conselho Estadual de Cultura. Conforme seu depoimento, após iniciado o processo administrativo para pedidos de tombamento, a presidente indicava e convidava uma pessoa do ramo artístico e cultural – os "medalhões" – para examinar e dar seu parecer sobre o assunto: "[...] antes, o Conselho Estadual de Cultura era composto de figuras da literatura, do campo das artes, né, então eram aqueles chamados 'medalhões', os medalhões que eram convidados pra fazer parte do Conselho Estadual de Cultura".

Os *medalhões* que exerceram os papéis de Conselheiros da Cultura diferiam muito dos *militantes* que cumpriram o mesmo papel, denominação dada à geração de Conselheiros que atuou entre os anos de 1989 e1993. Segundo Borges, apesar de todos esses terem exercido o cargo de forma voluntária, os primeiros não se opunham às restrições que havia ao cargo, como a recorrente falta de recursos econômicos para realizar as viagens necessárias ao exercício das atividades; diante dessas barreiras, o grupo permanecia à mercê do sistema, impossibilitando a continuidade dos processos de tombamento.

É preciso considerar que, diante do que vinha acontecendo, a legitimidade do movimento pelo "tombamento de Muqui" não foi posta à prova. Pelo contrário. Apesar da posição da presidente Anna Bernardes de postergar o tombamento, ela solicita respostas e

[43] Entrevista concedida à pesquisadora em 24 de junho de 2014.

providências ao então prefeito de Muqui, Pedro José Mendonça, como demonstram dois ofícios emitidos pelo CEC, datados dos dias 28 de janeiro e 11 de março de 1987.[44]

Denominamos aqui de "primeira fase" aquela que se caracteriza como o pontapé inicial para as discussões que seriam travadas até o efetivo tombamento de Muqui, em 1999, e que durou de 1987 a 1989, deixando como herança a questão levantada pelo abaixo-assinado encabeçado por Ney Rambalducci: como ela seria resolvida? Até o fim da primeira fase ninguém tinha a resposta. A legislação estadual para o tombamento era recente, e estava sendo recentemente norteada pela nova Constituição Federal, de 1988. Era preciso se adequar a esse novo panorama e inventar novas respostas para as questões atinentes à temática do patrimônio cultural.

A discussão sobre a preservação das memórias culturais de Muqui é retomada apenas na década de 1990, após a nomeação de novos membros para o Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo e, principalmente, após a contratação de dois técnicos pela prefeitura de Muqui que tomaram a dianteira nesse processo de reconhecimento para preservar um patrimônio que estava na *eminência da perda* (GONÇALVES, 1996)devido ao processo de modernização urbana e à crescente migração dos moradores da zona rural para a área urbana, os quais passaram a ser percebidos como uma ameaça à memória e à identidade da cidade.

Paralelamente ao apelo midiático e/ou marketing da necessidade de patrimonialização do acervo arquitetônico de Muqui nos jornais da região, trabalhavam agentes e especialistas do patrimônio cultural. Nos bastidores, executavam inventários e ações de educação patrimonial; buscavam medidas de restauração e conservação, financiamentos, e outros meios de promover a sustentabilidade do bem em pauta; denunciavam e fiscalizavam obras irregulares que pudessem comprometer a integridade dos bens culturais. Vale destacar que essas ações buscavam sensibilizar moradores e órgãos públicos de preservação para a importância das "memórias culturais de Muqui" e para a importância de transformá-las em patrimônio cultural, completando assim seu processo de patrimonialização.

A seguir, e apresentado esse contexto, são analisadas as narrativas em defesa da preservação do patrimônio cultural de Muqui, assinadas pelos agentes patrimoniais que atuaram no município no período entre os anos de 1990 e 2012. Percebe-se que os meios de comunicação do Espírito Santo acompanharam as transformações das elaborações de sentidos sobre o valor patrimonial de Muqui, atribuídas por esses especialistas.

[44] Ofício 24/87 – CEC/SEDU, emitido no dia 28 de janeiro de 1987, e Ofício 69/87 – CEC/SEDU, emitido no dia 11 de março de 1987. Documentos disponíveis no acervo do Iphan/ES.

O panorama de indecisão que tomou conta da "primeira fase" tem seu fim, portanto, com a nova eleição dos conselheiros. Na história da patrimonialização da cidade de Muqui, a década que se seguiu – 1990 a 2000 – constituiu-se como marco referencial de estratégias diversas para o estabelecimento de uma política hegemônica de preservação do patrimônio cultural: a inserção de novos agentes do patrimônio, a incorporação de novos discursos através do entrelaçamento das *maquinarias discursivas* (PÊCHEUX, 2001) e o aperfeiçoamento das técnicas de *coerção social* (DURKHEIM, 1970) que culminaram no que atualmente pode ser visto na elaboração das diretrizes do desenvolvimento da cidade histórica e turística.

Para Durkheim (1970), a consciência coletiva e os valores do grupo são transmitidos de geração a geração por meio da educação e também por outras formas de coerção social. Inicialmente, a tática empreendida por Rambalducci na formalização dos valores atribuídos à importância do casario junto à sociedade foi o "boca a boca". De morador em morador, a autora conquistou as assinaturas para o primeiro abaixo-assinado.Atualmente, além da transmissão oral desse valor, que continua acontecendo, também se constata a projeção cinematográfica de Muqui, por meio de festivais de cinema e de filmes que tomam a própria cidade histórica e turística como tema. Consequência do trabalho inicial das vozes que interpretavam esse território no início desse processo, o valor patrimonial da cidade continua a ser transmitido, agora, através de longas e curtas cinematográficos, como os filmes *O Palhaço Menino*(2012)e *Pássaros de Papel* (2014), ambos de Leo Alves, cineasta que utiliza a cidade como cenário principal de suas criações artísticas.

Outro aspecto a ser assinalado no processo de entendimento das formações discursivas em e sobre Muqui é a questão da representatividade do passado. Como já se levantou, o ponto de vista de Hobsbawm e Ranger a respeito das tradições inventadasse articula diretamente com a tentativa de legitimação da tradição por meio do estabelecimento de continuidade em relação aum passado histórico apropriado. Segundo os autores, "o passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo" (HOBSBAWM; RANGER, 2012, p. 13). Entre os diversos marcos de ocupação do espaço e seus remanescentes (como os Puris, migrantes e imigrantes, por exemplo),o grupo à frente do movimento de preservação da cidade de Muqui optou por estabelecer como central o recorte histórico que definiu serem os casarões – erigidos entre as décadas de 1920 e 1950, durante o auge da economia do café na cidade – os substratos materiais das memórias culturais muquienses, aqueles objetos físicos que iriam encarnar a memória e a identidade de Muqui, postulados como sagrados e protegidos. Define-se, dessa forma, qual é a representação de passado que se queria preservar como patrimônio cultural. Afinal, as nomeações simbólicas dos

objetos, móveis e imóveis, fazem com que eles se transformem em referenciais coletivos na construção diária de uma memória e de uma identidade, como analisa Mariza Santos (1996).

Durante adécada de 1990 a 2000, diversos agentes patrimoniais foram inseridos no processo, de forma a atribuir novos sentidos aos remanescentes materiais da experiência histórica cafeeira. Entre esses agentes, cujas visões sobre Muqui serão trabalhadas neste capítulo, considera-se Clério Borges como sendo o primeiro agente preservacionista a atribuir valor ao patrimônio cultural de Muqui. Justifica-se essa escolha após se perceber que sua visita à Muqui, em caráter oficial, nos dias 16 e 17 de janeiro de 1990, caracterizou-se como um discurso instaurador de algo novo nas políticas públicas de Muqui.

Como vimos anteriormente, após sua instauração o processo nº 02/87 permaneceu engavetado no Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo até a nomeação dos novos membros do órgão, em 1989 – *os militantes*. Sob a presidência de Marien Calixte, que tratou de dar continuidade à questão de Muqui, o conselheiro titular do CEC, o senhor Clério José Borges de Sant'Anna, foi enviado à cidade para proferir palestras sobre o assunto tombamento e suas fases de implementação, além de, é claro, levar para Vitória suas impressões sobre o futuro sítio a ser possivelmente tombado.

Segundo seu relatório de visita, o *tour* aos bens imóveis de interesse da comunidade só ocorreu no dia seguinte à sua chegada, quando foi acompanhado porum funcionário da prefeitura que o guiou em uma visita a "61 imóveis de valor histórico e cultural de Muqui",os quais foram relacionadosem um mapa anexado ao relatório (ANEXO I). Segundo Clério Borges, foram constatadas as seguintes questões:

> 1 - A comunidade e a prefeitura desejam a preservação dos imóveis culturais da cidade. 2- A cidade possui inúmeras casas de importância histórica e cultural. Precisam ser preservadas de forma urgente.Nas visitas às casas, foi verificado que muitos imóveis estão descaracterizados. Alguns foram totalmente modificados por dentro, só tendo a fachada principal em original.[45]

Essas impressões foram complementadas pelo autor após sua chegada à Vitória. Intitulado "Resguardar e Preservar as memórias culturais de Muqui", o formulário para parecer relatava o histórico de Muqui – a partir da chegada do fluminense José Pinheiro de Souza Werneckno sopé da Serra dos Pirineus, passando pela criação do arraial denominado "Arraial dos Lagartos", cujo nome resistiu até 1902, data da inauguração dos serviços da Estrada de

[45] Relatório de Visita do Conselheiro Clério José Borges de Sant' Anna ao município de Muqui, em janeiro de 1990. Documento disponível no acervo do Iphan/ES.

Ferro Leopoldina, quando então surgiu o nome Muqui –e reafirmava o discurso preservacionista que pairava em Muqui, reforçando os pontos de destaque do passado da cidade e do que se constituía como sendo seu patrimônio cultural. Nessa primeira visita realizada pelo CEC, em 1990, Muqui é avaliada e reconhecida como contendo "inúmeras casas de importância histórica e cultural".

A narrativa preservacionista do conselheiro Clério Borges, construída em conjunto com aqueles que participaram da reunião durante sua visita àcidade, parece se enquadrar na tendência das ações destinadas a preservar os patrimônios a partir do conceito de *cidade-documento,*considerando o valor do patrimônio a partir daquilo que as cidades podem propiciar de conhecimento sobre a história, a partir da leitura da morfologia urbana. Segundo Lia Motta (2012), desde o início da década de 1980 passaram a ser desenvolvidos trabalhos levando em consideração esse novo conceito, e acreditamos ser possível enquadrar o caso de Muqui nesse rol. O tombamento dos imóveis já levantados pelo município se fazia necessário, pois eles se constituiam como vestígios de uma história de Muqui, do recorte temporal, dos referenciais da identidade e memória dos seus produtores e usuários, conforme o título e a narrativa construída no parecer. (ANEXO C)

Para Lia Motta, o conceito que se adotou pedia novas medidas metodológicas: "a leitura da cidade, para sua compreensão como documento de história urbana, requeria a reunião de informações e sua sistematização em escala necessária à leitura conjunta das várias dimensões da forma urbana e do seu processo de produção ao longo do tempo"(MOTTA, 2012, p. 257). Acreditava-se que esse conhecimento era condição para a valorização das cidades como documento e para a definição de critérios urbanísticos de preservação tecnicamente embasados e justificados.

Foi a falta desses argumentos que justificou o "banho de água fria" sobre aqueles que aguardavam ansiosamente pela resposta favorável ao tombamento por parte da Câmara do Patrimônio Histórico e Cultural, em 1993, a qual optou por negar o pedido. Segundo os relatores que avaliaram o processo de tombamento n.º02/87, "no que se refere à classificação de imóveis a serem preservados, [o processo] demonstra falta de fundamentação histórica e arquitetônica", esclarecendo a necessidade de

> [...] reproduzir a parte teórica do trabalho (estudos da evolução econômica, histórica e arquitetônica, propostas de legislação urbana e de criação do Conselho Municipal de Cultura e, ainda, acervo fotográfico antigo e atual) e de reelaboração da parte gráfica a partir dos rascunhos existentes (plantas da cidade com levantamentos sobre datas de construções, estados de

> conservação, implantação, integração, etc., e as plantas de cruzamento desses dados e delimitação de zonas e grasis de proteção).[46]

A complexidade que, a partir daí,assentou-se sobre o processo de tombamento, acabou exigindo a contratação e a consultoria de técnicos aptos a corresponder a essa nova proposta de produção de conhecimento para o efetivo tombamento. É nesse momento que entram em cena dois importantes agentes preservacionistas, já mencionados: um técnico em arquitetura e outro em turismo, ambos de fora da cidade, com reconhecidos trabalhos na área. Nesse momento se estabelece uma nova fase para o processo de tombamento de Muqui, com a inserção de novos valores e critérios de trabalho.

Na introdução de sua dissertação de Mestrado, intitulada *Arquitetura urbana do café em Muqui-ES*, Genildo Coelho Hautequestt Filho, o arquiteto em questão, declara:

> Com a experiência de vários anos de trabalho empírico na gestão do patrimônio arquitetônico e urbano de Muqui, onde fomos responsáveis pelos estudos que subsidiaram o tombamento municipal, pudemos perceber a construção de uma identidade de época, técnica e de funcionamento do patrimônio arquitetônico remanescente na cidade, com claros reflexos na identidade atual da comunidade muquiense, que tem no preservacionismo uma de suas principais características. (HAUTEQUESTT FILHO, 2011, p. 24).

O arquiteto registra o movimento de produção discursiva de Muqui, que a instituía paulatinamente como cidade patrimônio cultural. Nas narrativas preservacionistas desses dois especialistas, o patrimônio de Muqui passa também pela valorização das qualidades estéticas e estilísticas dos imóveis, sendo a partir desse momento "núcleo de preciosa arquitetura eclética",[47] um produto a ser consumido a partir da atividade turística, uma das alternativas que Hautequestt Filho indicou à Prefeitura Municipal ou ao Governo do Estado para viabilização da sustentabilidade socioeconômica do Sítio Histórico.[48]

A história do grupo responsável por um importante movimento de preservação da cultura de Muqui é assim documentada por Hautequestt Filho (2011, p. 24):

---

[46] Folha 45 do Processo do tombamento de Muqui, n.º 02/87. Documento disponível no Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo.

[47] Declaração de Maria Beatriz F. Abaurre, que nesse momento era a nova presidente do CEC, conforme se observa na folha 47 do Processo n. 02/87, supramencionado.

[48] Relatório de Vistoria Técnica, realizado nos dias 01 e 02 de junho de 1999, contendo três páginas de autoria de GenildoHautequestt. Este documento pode ser consultado na pasta sobre Muqui, existente na Superintendência Do Iphan no Espírito Santo, em Vitória.

> Foi a demolição de um dos mais significativos imóveis do centro da cidade, apesar do protesto da população local, que provocou o interesse da comunidade pelo tombamento estadual do centro histórico como forma de manutenção de seu patrimônio no ano de 1988. No entanto, passados onze anos, como o processo de tombamento ainda não havia sido concluído pelo Conselho Estadual de Cultura, órgão vinculado ao Governo do Estado do Espírito Santo, no mês de maio de 1999, a comunidade local com o apoio da Prefeitura Municipal, tomou para si a responsabilidade da preservação de seu patrimônio através do tombamento municipal e do estabelecimento de um modelo de gestão local.

Hautequestt e membros do Conselho Municipal de Cultura (CMC) de Muqui consideram-se herdeiros do movimento de valorização do sítio histórico de Muqui e pioneiros na gestão do patrimônio cultural na cidade, organizados, segundo o autor, diante da falta de interesse de outros órgãos de preservação. Membro ativo durante essa gestão, Hautequestt Filho estabelece o discurso fundador:

> Como já dissemos, embora já existam no Brasil diversos autores que estudam com muita propriedade o período em questão e a arquitetura dele resultante, reafirmamos que, até o momento, nenhuma investigação sobre esse tema específico foi feita na cidade de Muqui. A maioria dos estudos até então realizados, ou possuem uma abordagem estritamente histórica ou fazem uma crítica ao modelo de gestão adotado pelo município, levando em consideração o processo de turistificação pelo qual a cidade tem passado, dentre eles podemos destacar Pimentel e Português. O único estudo que aborda o tema que estudaremos é o que realizamos em 1999 (Inventário do Patrimônio Cultural do Sítio Histórico de Muqui), que necessita de maior aprofundamento e de uma série de correções em seus rumos – a que ora nos propomos (HAUTEQUESTT FILHO, 2006, p. 28).

Nesse trecho, Hautequestt Filho renega todo o trabalho realizado por outros órgãos preservacionistas, inclusive os levantamentos do próprio Iphan, em uma tentativa de valorização do próprio trabalho em detrimento de outros. Isso ocorre devido aos conflitos entre aqueles que reivindicam a invenção da preservação de Muqui ou o protagonismo nesse processo. Lendo essa citação, percebe-se que o autor desqualifica qualquer iniciativa relativa à preservação de Muqui a não ser a realizada por ele.

Aumentando o foco sobre Muqui, que passava a ser assunto constante na agenda cultural e de patrimônio cultural dos conselhos estadual e municipal, aumentavam também as atribuições e estudos sobre o casario, estreitando o estilo que se queria preservar –o eclético – e engrossando o nível de atuação e de importância dos técnicos. Para Foucault (2009), isso se torna possível devido ao lugar de fala institucional em que o agente está inserido, ou seja,

através das projeções de imagens que o legitimam, o arquiteto, em nosso caso, passa a ocupar determinado lugar na sociedade.

No final do ano de 1999 foi criada a "Comissão Pró-Tombamento", responsável pela gerência do processo de tombamento municipal, formada por membros da comunidade local, que após várias discussões encaminhou ao legislativo municipal o ante-projeto de lei que foi posteriormente transformado na lei nº 070/99, Lei do Tombamento Histórico e Artístico de Muqui. Como consequência desse trabalho foram criados o Conselho Municipal de Cultura (E) e o Conselho Municipal de Turismo (F), além da Lei de Tombamento Municipal (G) – lembremos que em âmbito estadual o processo de tomabamento estava em andamento nesse momento.

Com o objetivo de subsidiar o tombamento municipal do Sítio Histórico de Muqui, foi desenvolvido,por membros doConselho Municipal de Cultura e funcionários da Secretaria Municipal de Cultura,o inventário de seu patrimônio cultural. Esse inventário tem sua base nas edificações situadas na área urbana, apontadas como primeiro elemento a ser preservado.

Os significados atribuídos até aquele momento, diante do conjunto de informações produzidas, das mudanças e transformações (inclusive a mudança na Constituição) das análises técnicas, daadministração dos bens culturais edoalcance das políticas públicas, foram sintetizados no Tombamento Municipal do Sítio Histórico de Muqui, que, segundo documento, tinha como objetivo preservar a imagem urbana da cidade de Muqui que se consolidaraao longo dos anos. Para isso, foi definido um perímetro de tombamento mais amplo, compreendendo também alguns locais da cidade que já tinham sofrido grandes descaracterizações.

O acervo patrimonializado se referia exclusivamente ao estilo eclético, não fazendo nenhuma referência objetiva ao café. Esse tombamento tratou o café apenas como uma fonte econômica para a sua produção, não havendo uma articulação direta entre os bens que foram efetivamente patrimonializados e o café. No entanto, o que se percebe revendo a história do município e o processo de patrimonialização é que, ao assinalar alguns bens culturais como sendo representantes de uma história/memória que se quer preservar, esse valor memorial não está vinculado exclusivamente ao casario eclético: ele se estende também à zona rural, abrangendo as fazendas com todas as suas instalações e tradições culturais, ainda que nesse momento elas não tenham sido contempladas com o tombamento.

Figura 9 – "Muqui oficializa tombamento"



bad. O Estado

Vitória (ES), segunda-feira, 21 de agosto de 2000 - 15

A GAZETA

Rosângela Venturi

Memória

A assinatura do tombamento de imóveis ocorreu no sábado à tarde

Muqui oficializa tombamento

Muqui – Revitalizar a economia do município, com base no seu potencial turístico. Este é o principal desafio da comunidade e do Poder Público de Muqui, concluída a primeira etapa do processo de tombamento do sítio histórico. A avaliação é do presidente do Conselho Municipal de Cultura (CMC), Cyro Lettieri, que defende também a garantia de incentivos fiscais para os proprietários dos 178 imóveis tombados, como forma de assegurar a preservação do casario.

A solenidade de assinatura do tombamento foi realizada na noite de sábado, na Praça Geraldo Viana, em frente à Igreja Matriz de São João. A luta pela garantia legal da preservação dos velhos prédios de Muqui, contudo, remonta ao ano de 1987. Naquela ocasião houve a primeira tentativa de formalizar o reconhecimento oficial do valor histórico e cultural do casario. Por iniciativa da professora Ney Rambalducci, um grupo de moradores encaminhou ao Conselho Estadual de Cultura(CEC) um abaixo-assinado propondo o tombamento.

Proprietária de um dos imóveis tombados e que constam nos roteiros de visitação, Ney disse que vê com muita alegria a conclusão da primeira etapa e que tem esperança de que Muqui volte a crescer e recuperar sua importância econômica.

Como membro do Conselho de Cultura, entretanto, ela disse estar consciente de que é preciso buscar meios para que o tombamento, de fato, traga benefícios para a comunidade. "Não adianta tombar e deixar para lá, pois assim correremos o risco de ver nosso patrimônio se acabar", alerta, endossando as palavras de Lettieri.

Essa é também a avaliação do arquiteto Genildo Hauttequest Filho que assessorou o Conselho.Ele manifestou preocupação em relação à continuidade do processo. "O tombamento deve ser visto como a primeira etapa de um projeto amplo de revitalização econômica do município. A sociedade e o Poder Público precisam estar conscientes disso e se mobilizar para que essa revitalização ocorra de fato", disse. A sustentabilidade do sítio histórico depende da implementação de projetos turísticos, conforme destaca.

Na zona urbana foram identificados 561 imóveis passíveis de tombamento, em cinco diferentes níveis, diferenciados conforme o interesse arquitetônico, histórico e cultural. São construções erguidas ao longo das três primeiras décadas do século XX, representativas da arquitetura eclética e de um período de pujança econômica sustentada pela atividade cafeeira. As 178 edificações tombadas nessa etapa pertencem aos quatro primeiros níveis. O levantamento na zona rural não foi concluído. O Conselho de Cultura decidiu realizar o tombamento por etapas em virtude das dificuldades em notificar todos os proprietários.

O Conselho pretende apresentar ao Poder Público proposta de isenção total do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano(IPTU) para os imóveis tombados e redução da alíquota do Imposto sobre Serviços(ISS) de 4,5% para 2% para aqueles imóveis onde já funciona algum tipo de comércio. Embora o estado geral de conservação do casario seja considerado bom, há necessidade de intervenções em várias casas. Ao todo foram listadas 266, das quais 20 apontadas como prioritárias para restauração.

A residência da dona de casa Marta Maria Rodrigues dos Santos, 59, há pelo menos 30 morando no mesmo local está incluída na relação. A justificativa está nas pinturas internas e na importância arquitetônica e artística: A varanda conserva azulejos com pinturas de paisagem do Rio de Janeiro, sem a imagem do Cristo Redentor.

A construção data das duas primeiras décadas. Nas duas salas, as paredes são cobertas por pinturas em estêncil, os forros são trabalhados e chama a atenção uma faixa pintada entre o teto e as paredes, o chamado roda-forro, com imagens de anjos.

Fonte: *A Gazeta*, Vitória, 21 ago. 2000. Acervo Iphan/ES.

A proteção decorrente do tombamento municipal, que segundo a Lei Municipal n.º 089/2000 é estabelecida em níveis, abrange não só as edificações mastoda a extensão dos lotes sobre os quais estão construídas. Os poucos lotes vagos localizados no perímetro do tombamento também estão protegidos, juntamente com as edificações que não possuem interesse de preservação. Foi definido que o entorno a ser preservado obedecerá aos seguintes limites:

a) Morro do Estádio Municipal João Vieira da Fraga –Morro localizado aos fundos do Estádio Municipal João Vieira da Fraga, situado na Rua Humberto Bertassoni, início da Rodovia Muqui *x* Cachoeiro.Tem em sua cota máxima, 300 metros acima do nível do mar, o ponto ondese inicia a linha imaginária que irá delimitar o entorno do perímetro do tombamento. Como primeiro ponto referencial, parte do cume desse morro, localizado a nordeste do Jardim Público, centro do perímetro do tombamento, a linha que delimita o entorno deste perímetro, descendo até a cota de número 240, em direção ao pé do Morro do Matadouro, voltando a subir até o cume deste morro na cota 360.
b) Morro do Matadouro –É o local onde está situada a maior área verde ainda preservada no interior do perímetro urbano, localizando-se ao norte do Jardim Público. No segundo ponto referencial, a linha que delimita o entorno do perímetro do tombamento parte da cota 360 no cume do Morro do Matadouro, descendo em direção ao Córrego do Justino (ou Sabiá). Na cota 240, subindo novamente em direçao ao cume do Morro do Goiabão, cota 420.
c) Morro do Goiabão –Situado ao norte do Jardim Público, o morro apresenta um grave problema de erosão, ocasionado, inicialmente, por uma tromba d'água, e agravado pela ocupação irregular do local, aliadaao cultivo incorreto do solo. O terceiro ponto referencial, a linha imaginária que delimita o entorno do perímetro do tombamento, parte do cume do Morro do Goiabão, descendo em direção ao Rio Claro, na cota 240, que é o maior afluente do Rio Muqui do Norte, encontrando-se com ele no bairro Entre Morros, subindo novamente até o cume do Morro da Torre de Televisão, na cota 640.
d) Morro da Torre de Televisão –Localizado a noroeste do Jardim Público, tomamos como quarto ponto referencial o Morro da Torre de Televisão, que recebe esse nome por ter sido implantadaem seu cume uma torre para transmissão de sinais das emissoras de televisão. A linha imaginária que delimita o entorno do perímetro do tombamento parte do cume do Morro da Torre de Televisão, cota 640, descendo em direção ao Rio Muqui do Norte, no bairro Entre Morros, na cota 460.
e) Pedra do Entre Morros –Quinto ponto referencial, essa elevação de formação granítica localiza-se no Bairro Entre Morros, a oeste do Jardim Público. A linha imaginária que delimita o entorno do perímetro do tombamento parte do cume da Pedra do Entre Morros, na cota 460, descendo em direção ao Córrego do Pedro Lima, cota 340, que nasce na propriedade de Pedro Lima, desembocando no Córrego Boa Esperança, na altura da confluência da Rua José Galdino Coimbra com a Rua Joaquim Afonso, no

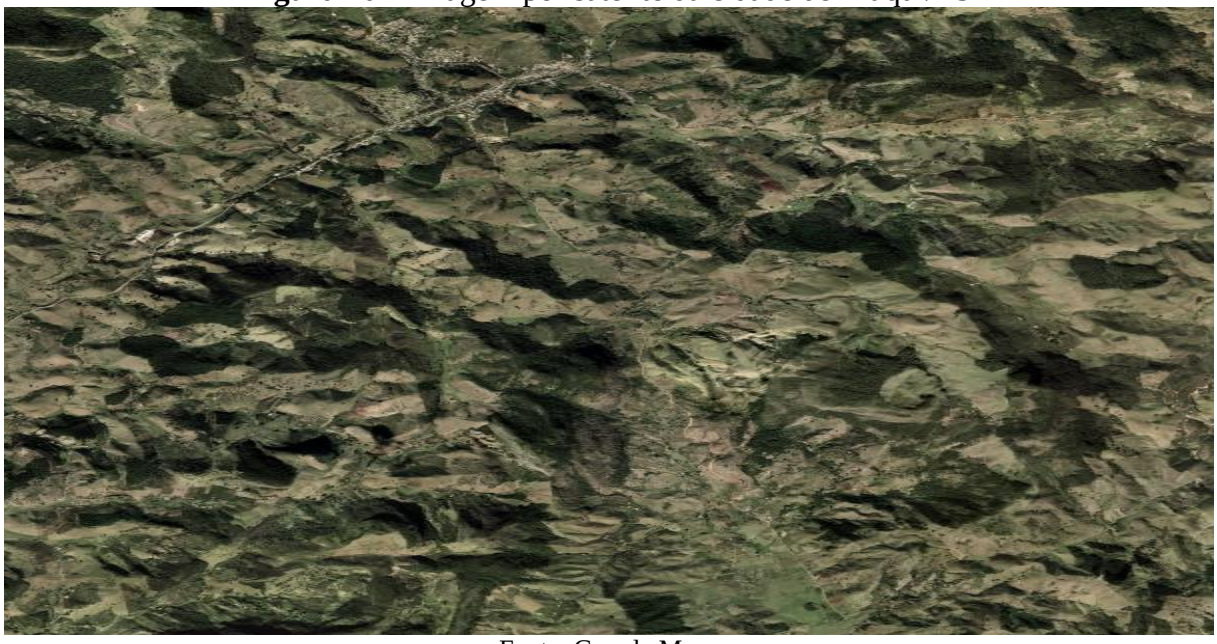
bairro Boa Esperança, subindo novamente até o cume da Pedra da Boa Esperança, cota 580.

f) Pedra da Boa Esperança –Sexto ponto referencial, localizada a sudoeste do Jardim Público, é detentora de um inestimável potencial cenográfico e paisagístico, tendo ao fundo a Serra da Morubia. A linha imaginária que delimita o entorno do perímetro do tombamento parte do cume da Pedra da Boa Esperança, na cota 580, descendo até a cota 260, em direção ao Córrego da Boa Esperança, que nasce na Serra da Morubia, voltando a subir até oPico da Serra do Colange, na cota 769.

g) Pico da Serra do Colange –Na mais bela e imponente serra localizada no município de Muqui, localiza-se o Pico da Serra do Colange, a sudeste do Jardim Público. Do sétimo ponto referencial parte a linha imaginária que delimita o entorno do perímetro do tombamento, da cota 769, no Pico da Serra do Colange, descendo até a cota 420, e subindo, discretamente, em direção à Pedra de São Francisco, na cota 428.

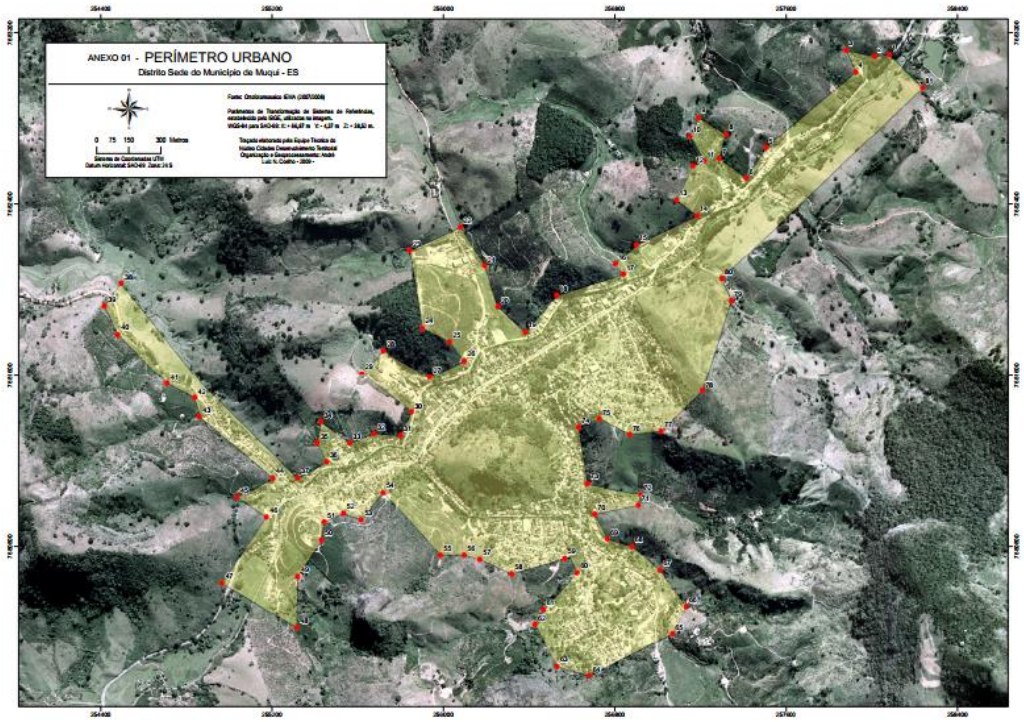
h) Pedra São Francisco –Oitavo e último ponto referencial, localiza-se a sudeste do Jardim Público. Da cota 428, na Pedra de São Francisco, parte alinha imaginária que delimita o entorno do perímetro do tombamento, descendo em direção ao Rio Muqui do Norte, na cota 220, voltando a subir até o cume do Morro do Estádio Municipal João Vieira da Fraga, situado na Rua Humberto Bertassoni, início da Rodovia Muqui *x* Cachoeiro, que tem em sua cota máxima a 300 metros acima do nível do mar, onde inicia a linha imaginária.

Figura 10 – Imagem por satélite da cidade de Muqui/ES



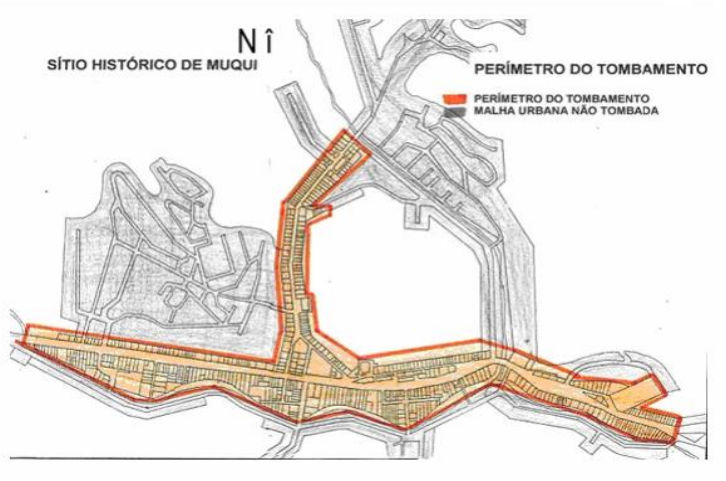
Fonte: Google Maps

Figura 11 – Imagem do Desenho Urbano de Muqui mostrando o perímetro do tombamento de Muqui.



Fonte: Secretaria Municipal de Muqui

Figura 12 – Croqui do Desenho Urbano de Muqui mostrando o perímetro do tombamento de Muqui.



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Muqui

Vale destacar que as representações sobre o patrimônio cultural de Muqui presentes no processo de patrimônio cultural parecem ter sido eficazes para sensibilizar os moradores para a importância de sua preservação. Por conseguinte, diante do uso de categorias como

passado, cultura e tradição para construir a identidade da cidade de Muqui e das complexidades do exercício de preservação do patrimônio cultural e das políticas a ele relacionadas, o olhar precursor sobre o patrimônio cultural de Muqui foi ganhando novo caráter. Nesse processo, rapidamente passaram a associar-se outros significados ao tombamento de Muqui, como se perceberá a seguir.

A falta de recursos, por exemplo, parecia pôr em perigo todo o trabalho realizado até o momento e deixava antever um possível obstáculo para a preservação do Sítio Histórico de Muqui. Tal assunto não passou despercebido na solenidade de assinatura do tombamento, a qual se realizou no dia 19 de agosto de 2000, um sábado, na Praça Geraldo Viana. Na ocasião, a professora Ney Rambalducci, autora do abaixo-assinado, em entrevista à correspondente do jornal *A Gazeta* enviada a Muqui para cobrir a programação da solenidade, Rosângela Venturi, assim afirmou:

> Não adianta tombar e deixar pra lá, pois assim correremos o risco de ver nosso patrimônio se acabar [...]. O tombamento deve ser visto como a primeira etapa de um projeto amplo de revitalização econômica do município. A sociedade e o Poder Público precisam estar conscientes disso e se mobilizar para que essa revitalização ocorra de fato. A sustentabilidade do sítio histórico depende da implementação de projetos turísticos. (VENTURI, 2000, p. 2)

A solenidade teve amostra de desenhos em grafite do casario da cidade, sarau no Parque das Lavadeiras, apresentação da Banda Lira 24 de Junho e de grupos de Folia de Reis, Bois Pintadinhos, Jaraguá e quadrilhas, e ensejava a incorporação de uma categoria que se tornaria fundamental para a compreensão das ações de preservação do patrimônio cultural: o turismo cultural.

Em outro artigo para o jornal *A Gazeta*, a mesma jornalista perpetua as considerações do então Secretário de Turismo, Pedro Matteine, sobre o assunto: “Até bem pouco tempo não sabíamos do nosso potencial turístico”, afirmava o secretário. Segundo Venturi, Matteine observou que já havia preocupação em preservar o patrimônio arquitetônico, mas sem a vinculação direta com projetos envolvendo o turismo cultural, “na sua avaliação, insistir nessa área é uma questão de sobrevivência, uma vez que a prosperidade gerada pela atividade cafeeira é coisa do passado” (VENTURI, 1999).

Se até esse momento a ação de preservação do sítio histórico de Muqui ainda não compreendia o turismo cultural, desse ponto em diante a questão torna-se ponto fulcral, e tal mudança encontrava apoio em muitas opiniões a ela favoráveis, como podemos perceber nas

palavras de Pedro Matteine, que ao conceder a entrevista era Secretário Estadual de Turismo e já vislumbrava a produção de uma cidade turística.

Nessa perspectiva, o acordo entre a preservação do patrimônio cultural de Muqui e o turismo passou a ser visto como determinante à conservação dos bens imóveis – a qual estava marcada por uma previsão de aumento de gastos –e serviria ainda como fonte alternativa de renda para o município. Os usos do patrimônio cultural em chave econômica aparecem pela primeira vez nas reflexões presentes nas Cartas de Veneza (Icomos-Unesco, 1964) e nas Normas de Quito (OEA, 1967). Nelas, são apresentadas propostas para a utilização econômica do patrimônio, tendo em vista o panorama de transformação de áreas de poucos recursos financeiros em países da América Latina. A valorização do bem patrimonial associava-se, definitivamente, ao desenvolvimento econômico e social como formas viáveis de sustentabilidade de patrimônios culturais. Passa-se, assim, a uma política de valorização do bem histórico para que este cumpra novas funções, oriundas do processo de visitação, e, consequentemente, de incentivo ao investimento e à associação do capital privado, visto como necessário para uma proteção duradoura. Porém, espera-se que, para desenvolver tal papel, seja elaborado um plano de desenvolvimento regional que contemple a relação com o turismo e o plano de desenvolvimento das cidades.

No Brasil, tal ação desdobra-se no Compromisso de Brasília, de 1970. Esse Encontro de Governadores, prefeitos e autoridades da área de cultura, de todos os níveis, reforça o papel do Estado na proteção dos bens culturais e atribui às universidades a pesquisa histórica e a elaboração de inventários dos bens regionais. No ano seguinte realiza-se o Compromisso de Salvador, que recomenda a criação de leis para ampliar as ações e usos dos bens tombados, reformulando o conceito de ambiência pela proteção eficaz paisagística, arquitetônica e cultural. Nele, aborda-se o turismo e destaca-se a necessidade de planejar a condição ideal de utilização e divulgação. Recomenda-se, ainda, que “os órgãos responsáveis pela política de turismo estudem medidas que facilitem a implantação de pousadas, com utilização preferencial de imóveis tombados” (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971).

As diferentes respostas que passavam a surgir em relação aos discursos patrimoniais preconizavam conceitos e ideias que, durante longo tempo, continuaram a atuar de forma determinante nas políticas públicas de Muqui. Nesse contexto, integra-se à questão patrimonial o desenvolvimento do turismo na cidade, manifestando-se em três ações ocorridas em 1999: a extensão do Projeto “Cama e Café”, um programa de hospedagem, para Muqui; a criação do Conselho Municipal de Turismo; e a criação do Fundo Municipal do Desenvolvimento do Turismo (Fundetur).

Figura 13 – Muqui busca recursos para sítio histórico.



Muqui busca recursos para sítio histórico

A previsão é de que sejam investidos no programa R$ 23 milhões no prazo de 10 anos

ROSÂNGELA VENTURI

Cachoeiro – Viabilizar a captação de recursos para recuperar o patrimônio histórico de Muqui e elaborar projetos para a revitalização do Sítio Histórico. Com esse objetivo foi assinado, nesta semana, um convênio entre a Prefeitura e a Fundação Corredor Centroleste. A proposta, segundo o secretário municipal de Turismo, Pedro Matteine, é definir mecanismos para garantir a sustentabilidade turística da cidade após a conclusão do tombamento.

O Programa de Revitalização do Sítio Histórico prevê investimentos de R$ 23 milhões, ao longo de 10 anos. O plano foi elaborado pelo arquiteto Genildo Hauttequest Filho e pela especialista em Turismo, Joelma Consuelo, que assessoram o Conselho Municipal de Cultura no processo de tombamento.

Muqui possui 561 imóveis cadastrados, para tombamento em cinco níveis de importância distintos. Depois de concluído o processo, o que deve ocorrer em julho, a cidade concentrará 76,74% dos imóveis tombados no Estado.

Turismo

O objetivo principal do programa é dar início ao processo de revitalização econômica, cultural e social, propiciando o desenvolvimento do turismo e a conseqüente geração de emprego e renda. Para tanto, existe a necessidade de mobilizar parcerias, visando ao desencadeamento de um processo de preservação sustentável a médio e longo prazos. "Isso vai beneficiar os outros municípios da região", destaca Joelma.

Entre as metas específicas estão a de transformar Muqui no principal pólo de atração turística do Estado na modalidade do turismo histórico-cultural, além de desenvolver e consolidar outras modalidades turísticas complementares como o ecoturismo, o agroturismo, o turismo rural e o turismo de aventura.

Também fazem parte das metas a preservação do casario representativo da arquitetura eclética do começo do século XX e a viabilização de quatro roteiros de visitação turística no perímetro do tombamento, a implantação do projeto Cama e Café, bem como a reurbanização e requalificação do espaço urbano, do centro histórico à periferia.

Genildo Hauttequestt Filho informou que o programa prevê intervenções no Sítio Histórico, em oito etapas distintas. Ele explica que o objetivo é otimizar os trabalhos e viabilizar a captação dos recursos necessários.

"A primeira etapa tem o objetivo de deflagrar o processo de revitalização na cidade. Por isso as intervenções foram distribuídas por todo o perímetro do tombamento", destaca. Os investimentos previstos para essa fase totalizam R$2,5 milhões e o prazo de execução é de 24 meses.

Circuito

Joelma destaca que o modelo de plano turístico proposto para Muqui prioriza a hospedagem em residências, o incentivo ao artesanato, a profissionalização do folclore do município e a captação de médios e grandes investimentos privados.

"A idéia é criar um circuito histórico, tendo como base o município de Muqui", disse. Esse circuito será integrado aos municípios do Consórcio do Caparaó e o Consórcio Radioativo, segundo observou, acrescentando que essa integração vai gerar emprego e renda.

Garantia

"O tombamento por si só não vai alterar a situação de estagnação econômica do município", alerta. Joelma salienta que é fundamental garantir a sustentabilidade econômica do Sítio Histórico, o que poderá ser feito por meio do turismo.

Mas isso depende da revitalização. Para tanto, estão sendo programados investimentos na qualificação da mão-de-obra local e na divulgação do potencial da região.

Fonte: Reportagem reproduzida em razão da visão de gestores do patrimônio de Muqui que apontavam o turismo como medida de preservação do patrimônio cultural da cidade .Acervo Iphan/ES.

A discussão do papel da cultura e do patrimônio cultural na construção de sociedades sustentáveis e a relativa à sustentabilidade do próprio bem cultural perpassa também a busca por um modelo de gestão descentralizado mais eficaz. Já se tornou consenso que não é mais possível considerar qualquer questão de preservação cultural senão em termos de pactos, de implantação e do desenvolvimento dos sistemas de cultura emsuas esferas municipal, estadual e nacional.

Tal estratégia de mobilização passa também a ser utilizada no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural de Muqui. Além dos círculos cultivados até o momento com o Estado do Espírito Santo, a parceria com o Iphan passa a ser contemplada para a continuidade dos trabalhos. O primeiro contato com a instituição surge através de um convite realizado por Hautequestt Filho, então Coordenador de Memória e Patrimônio Histórico da Secretaria de Esporte e Cultura do Espírito Santo (Seces), à superintendente do Iphan/ES em Vitória, em 1999.

A parceria com o Iphan se efetiva, pois, no mesmo ano do Tombamento de Muqui, com a ida da arquiteta do Iphan, Maristela Santos, em companhia da arquiteta do CEC, Cora Augusta, ao município. Ao retornar, Santos descreve com detalhes suas observações e levanta uma série de critérios e providências para a viabilização do tombamento a nível estadual. Na verdade, o documento por ela produzido elenca uma série de questões que vão desde análise externa (proximidade com rodovias, tráfico de drogas, crise econômica nacional, insegurança pública e outros) à proposta de um cronograma de trabalho. A partir desse momento, apesar de o Iphan se colocar como interlocutor no processo de patrimonialização de Muqui, que não passou mais despercebido aos seus olhos, a intenção de realizar a proteção de seu patrimônio não fica muito clara e é marcada por ações descontínuas.

Não há, atualmente, dúvidas sobre o fato de que o estabelecimento de acordos compartilhados entre as esferas federal, estadual e municipal e, ainda mais, compartilhados com a sociedade, é essencial para o campo da proteção do patrimônio cultural, e que com a soma desses esforços torna-se possível a criação de formas mais transparentes de construção de políticas públicas. Todavia, tal sistema ainda carece de mecanismos de articulação, de desenvolvimento de metas e de uma política de cultura de longo prazo, “uma política capaz de definir as estruturas que integram esse sistema e suas respectivas atribuições, competências e responsabilidades e que realmente permitirá um desenrolar e um desenvolver mais efetivo das políticas públicas de cultura do nosso país” (SANT’ANA, 2009, p. 8).

Com a demanda econômica do turismo e os diversos levantamentos realizados pela turismóloga e pelo arquiteto, o valor de cidade histórica, arquitetônica e turística é reafirmado

em Muqui, culminando na criação do título de maior *Sítio Histórico do Espírito Santo.*E as narrativas acerca de Muqui não deixam dúvidas em relação a isso: chegar a Muqui é "como estar em um cenário do início do século XX. Com sua belíssima arquitetura, herdada da aristocracia cafeeira, a cidade é um colírio para os olhos. Muqui é o maior sítio histórico do Espírito Santo, com 200 imóveis tombados, alguns deles abertos à visitação".[49] As narrativas sobre a cidade instigam a construção da memória de um passado e de uma história, e facilmente são percebidas em slogans e fôlderes que circulam, de maneira massiva, pelo território nacional. Como exemplo, trazemos alguns prospectos da cidade por nós recolhidos e apresentamos, nas figuras a seguir, as narrativas que veiculam.

Figura 14 –"Muqui de portas abertas: cultura, vida, arte e monumentos. 100 anos fazendo história"



Fonte:Cartaz produzido em razão da Caminhada Centenária, realizada em Muqui em 13 de outubro de 2012

[49] Texto sobre Muqui reproduzido nos folhetos de divulgação da Rota dos Vales e do Café. Disponível em: http://www.cachoeiro.es.gov.br/rotadosvales/Cidades/Muqui.htm Acesso em 25 de janeiro de 2015 as 16 horas

Figura 15 - “Muqui de portas abertas: aqui a cultura é quem dá boas vindas”



Fonte: Com o slogan “Aqui a Cultura é quem dá boas vindas” o ‘Muqui de Portas Abertas’, teve mais uma edição em Setembro de 2012.

Figura 16 – “Muquí de portas abertas: saraus de piano nas residências”



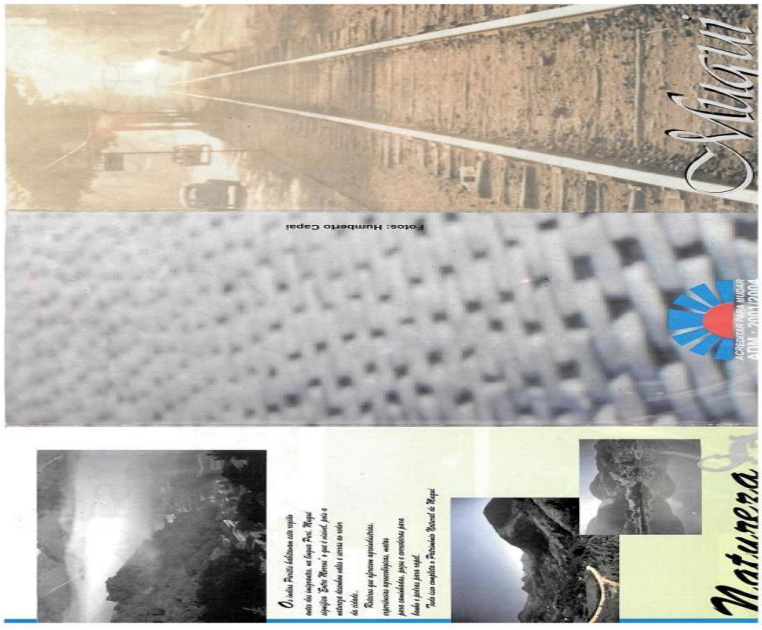
Fonte: Cartaz reproduzido em razão do projeto “Muqui de Portas Abertas” do ano de 2010.

Figura 17 – "Rota dos Vales e do Café: muita história para ser contada"



Fonte: Cartaz produzido em razão da divulgação da rota turística " Rota dos Vales e do Café" promovido pelo Governo do Estado do Espírito Santo[50]

Figura 18 – Folheto Roteiro Cultural de Muqui – Parte da frente.



Fonte: Folheto produzido em razão da divulgação do turismo em Muqui.

[50]O turismo no Espírito Santo vem sendo organizado em rotas turísticas. Para ver mais: http://www.descubraoespiritosanto.es.gov.br/index.php?id=/rotas/rotas.lista.php

Figura 19 – Parte de trás do Folheto Roteiro Cultural de Muqui



Fonte: Folheto produzido em razão da divulgação do turismo em Muqui.

Muqui, como deixa claro na narrativa que articula em sua fala-propaganda, constrói-se com o objetivo de atrair turistas curiosos em saber como era a vida no passado histórico e cultural da região, em conhecer os modos como viviam e trafegavam seus habitantes, em compreender os movimentos econômicos e culturais que a estruturaram. Faz-se de Muqui, com suas ruas de paralelepípedos e a resistência de uma profissão rara como a do calceteiro, o lugar exato para vivenciar como "era a vida antigamente". Uma cidade parada no tempo para quem visita o "maior sítio histórico do Espírito Santo", onde é possível admirar, fotografar e desenhar antigos e belos casarões dos séculos XIX e XX. Muqui funciona, nesse contexto, como

a cidade ideal para a realização do desejo de conhecer uma genuína arquitetura preservada no tempo.

Ao ressaltar seu passado glorioso, a diversidade de estilos arquitetônicos preservados que caracteriza seu devir histórico, o telhado da cor marrom ou "cor de telha", como dizem os moradores, suas ruas de paralelepípedo, a Igreja, entre outros elementos, reativa-se e reinterpreta-se um repertório de referências simbólicas suscetíveis de serem empregadas como recursos patrimoniais. É a construção de uma representação que seleciona alguns elementos e deixa outros de lado. A essa ação impositiva Bourdieu (1989) chama "violência simbólica".

Em relação ao próprio tema "café", os levantamentos arquitetônicos realizados até então por Genildo Hautequestt e posteriores, como por exemplo, a do Iphan, pouco destaca os armazéns do café dentro da estrutura urbana de Muqui. Eles possuem uma tipologia diferente da arquitetura residencial dos senhores enriquecidos. Esses antigos galpões do café, apesar de estarem dentro da poligonal de Tombamento municipal e estadual, são pouco valorizados como objeto de preservação.

Em 2009, a fachada de um armazém erguido há mais de 60 anos, na área central da cidade, desabou durante uma reforma para funcionar um moderno supermercado. No Inventário do Patrimônio Cultural de Muqui, realizado no ano de 1999 - documento que subsidiou o tombamento municipal do sítio histórico-, o antigo armazém é identificado como nível um, portanto, passível de tombamento. O mesmo imóvel também foi identificado como passível de tombamento federal no dossiê realizado pelo IPHAN. No entanto, o prédio não foi tombado.

O caso foi comunicado ao Conselho Estadual de Cultura (CEC) e ao município. Como resposta[51], o diretor de Turismo da prefeitura, Cláudio José Macedo Furtado, garantiu que a prefeitura iria intensificar a fiscalização para evitar mais prejuízos. A orientação para quem pretende fazer intervenção em imóvel tombado ou no entorno do sítio histórico é apresentar projeto à prefeitura. A aprovação ou não depende de análise do Conselho Municipal de Cultura.

[51] Fonte: http://defender.org.br/noticias/nacional/demolicoes-ameacam-sitio-historico-de-muqui/?print=pdf

Figura 20 – Fachada do armazém alterada em 2009.



Fonte: Acervo pessoal de Heder Jofre Prucoli.

Outra estrutura que teve seus usos preteridos pelo gestor de patrimônio e que pela consequência da falta de uma discussão a respeito teve suas características todas modificadas foi o antigo armazém da família Brito, modificado primeiramente para atender a Cooperativa Cafesul e posteriormente vendido para ser um salão de festa. Atualmente, o antigo galpão abriga uma igreja, cujas necessidades de funcionamento requerem uma estrutura diversa a de um local para estocagem de café.

Figura 21 – Galpão usado para armazenamento de café nos séculos XIX e XX , atualmente uma igreja. Parte da Frente (1)



Fonte:Acervo Pessoal de Heder Jofre Prucoli, 2015.

Figura 22 – Foto da parte lateral do galpão, atualmente igreja.



Fonte: Acervo pessoal de Heder Jofre Prucoli, 2015.

Figura 23 – Parte de trás do galpão de café.



Fonte: Acervo Pessoal de Heder Jofre Prucoli

Abaixo, reproduzem-se imagens de antigos armazéns de café, cujas informações são poucas. Sabe-se que fazem parte da poligonal de tombamento municipal e estadual e que eram propriedades Silvio Furtado:

Figura 24 – Armazém de Café com a fachada alterada.



Fonte: Acervo Pessoal de Heder Jofre Prucoli,2015.

Figura 25 – Armazém de café



Fonte: Acervo pessoal de Heder Jofre Prucoli.

As estruturas laborais não são valorizadas nesta valorização da cultura do café, apenas a arquitetura residencial e religiosa construída com os recursos advindos do cultivo do café. Tampouco todos os atores envolvidos neste processo, pois somente os objetos mais elaborados da estrutura urbana foram considerados no discurso e na prática de patrimonialização.

Diferente estado de conservação se encontram residências, casarões e palacetes, como são chamados pelos moradores de Muqui, cujas imagens são reproduzidas a seguir:

Figura 26 – Palacete e Igreja Matriz de Muqui



Fonte: Secretaria Municipal de Muqui

Figura 27 – Residência em Muqui com pinturas conservadas



Fonte: Secretaria Municipal de Muqui

A imagem de Muqui como “cidade histórica” é uma representação que veio se configurando há pelo menos uma década, e seu reconhecimento como tal não se justifica apenas pelo fato de a cidade conservar em sua estrutura urbana construções dos séculos XIX e XX, ou pela vontade de preservar essas construções como remanescentes do passado, cujos valores seriam supostamente intrínsecos aos objetos. A ideia de patrimônio cultural pressupõe a existência ou o reconhecimento de valores que tanto são instituídos pelos técnicos dos órgãos de preservação quanto legitimados pelos discursos da historiografia tradicional sobre determinados locais, grupos e bens e também pelo imaginário coletivo.

A cidade de Muqui somente passou a ter visibilidade como bem cultural a partir da ampliação do conceito de Patrimônio Cultural. Sendo uma cidade do século XIX, Muqui ficou à margem da concepção adotada até então, que, durante longo período, privilegiou o barroco e o colonial, elementos que não se fazem presentes em Muqui que buscou construir sua autoimagem como cidade moderna; no entanto, independentemente da esfera nacional, gerou-se no município uma demanda pela proteção do seu passado, o que não era uma especificidade local.

Nesse processo de composição do campo da memória, as narrativas produzidas sobre Muqui nos folhetos publicitários, banners e rotas turísticas, que servem para divulgação da cidade na mídia e para a própria transmissão feita pelo turista, são mecanismos fundamentais. Como sistemas de classificação e atribuição de valor do patrimônio cultural de Muqui, essas narrativas implicam em determinadas formas de uso e apropriação da cidade. Consideramos que elas cumprem a função de orientar o olhar do morador ou de quem vem à cidade, de oferecer uma seleção dos locais que merecem atenção, dos adjetivos para descrevê-los, possibilitando, na maioria das vezes, um prazer apenas de reconhecimento *in loco*. É em torno, portanto, dessas narrativas, da forma como Muqui é apresentada nos meios de divulgação, que nos foi possível pensar sobre os modos de vida no “maior sítio histórico do Espírito Santo”.

CONCLUSÃO

O caso de Muqui evidencia que a identidade de um lugar não é algo dado: o "maior sítio histórico do Espírito Santo" é uma invenção que vem sendo organizada há muitas décadas. O espaço, o território e o ambiente urbano são efeitos de significação, resultados de um discurso, objetos de uma produção. Na invenção de Muqui, poder público e setor privado, entre outros interesses, se articulam, concorrem e rivalizam para o esquadrinhamento do espaço, viabilizando a produção do maior sítio histórico do Estado. O turismo, a mídia, os negócios, enfim, uma rede de interesses se cria e atualiza uma imagem da cidade, do lugar, da própria vida, tanto para os moradores quanto para os turistas.

Ao formular questões sobre a memória e declarar Muqui como uma cidade histórica, acaba-se por atribuir territorialidade à história que se quer perpetuar. Foram determinadas memórias, determinados personagens da cidade e determinados conflitos em torno dela que a transformaram em um "lugar de memória", isto é, em um lugar onde há vontade de memória, lugar em que o tempo e a mudança já se perpetuaram e em que, a partir do momento em que não há mais memória, a história se encarrega de manter a celebração, a tradição: "Os lugares de memória são, antes de tudo, restos", já afirmava Pierre Nora(1993, p. 12).

O que mais chamou nossa atenção ao longo de todo esse processo, e que procuramos destacar ao longo da análise apresentada, foi a candência de um tópico da história do Brasil: o período cafeeiro. Esse tema foi capaz de mobilizar paixões, opiniões e também esforços políticos na trajetória do Iphan. O que acontece em Muqui é, também, uma apropriação política que tem por finalidade a modificação de uma realidade por meio da apropriação de um conteúdo da história, que se torna muito vivo e importante no presente, numa prospecção dessa história com relação ao passado.

Como analisa Michel Foucault (2009), a depender dos espaços do enunciado e de suas finalidades – que devem ser tomados como plenamente históricos, isto é, vinculados às especificidades temporais de sua formação –, o passado adquire diferentes formas. No processo de patrimonialização de Muqui explicita-se, nesse sentido, a posição a favor do tombamento, a qual pode ser expressada sinteticamente nos seguintes tópicos:

1) O Município de Muqui foi criado em 22 de outubro de 1912, através da Lei n.º 826, com o nome de São João do Muqui, sendo seu território desmembrado de Cachoeiro de Itapemirim.
2) O fluminense José Pinheiro de Souza Werneck é considerado o pioneiro da colonização de terras da região, tendo erguido a Sede de sua fazenda no Sopé da Serra dos Pirineus.
3) O tombamento dos imóveis é necessário como forma de se resguardar as memórias culturais da cidade e do Estado.
4) A importância cultural e artística do Sítio Histórico de Muqui é grande, para o Estado do Espírito Santo, face ao seu casario de arquitetura eclética.

Os tópicos 1, 2 e 3 constam do processo de tombamento estadual,[52] e o tópico 4é um trecho da resolução n.º 006/99, do Conselho Estadual de Cultura, que determina prioridade ao estudo do tombamento de Muqui pelos membros do Colegiado (ANEXO D). Analisando cada tópico, é possível afirmar que eles necessariamente falam a favor do tombamento? Vejamos. O primeiro se refere à criação do município de Muqui, em 1912: essa mesma lei confirmou a criação do distrito sede do novo município, cuja instalação se verificou a 1º de novembro de 1912. O segundo ponto trata do primeiro registro de compras de terra na circunferência da Serra dos Pirineus, pertencente ao município. Se considerarmos esses dois tópicos, não há polêmica nenhuma, ou qualquer marca discursiva favorável ao tombamento; os eventos, e inclusive o proprietário anterior das terras de Werneck, são bastante citados em vários outros estudos históricos já produzidos.

Entretanto, já no terceiro tópico, quando o autor do Parecer opta pela utilização do verbo intransitivo "necessitar" – e quem necessita, necessita de algo –, ele promove o direcionamento de uma determinada lógica de pensamento: somente o tombamento de imóveis seria necessário para resguardar as memórias culturais da cidade e do Estado. A priori, nada contradiz o enunciado no que tange à clareza da mensagem expressa, mas é preciso estarmos atentos à relação que se estabelece entre o verbo e seus respectivos complementos.

Arquitetura eclética: o quarto tópico, como abordado anteriormente, expressa o valor cambiante sobre esse estilo artístico, cuja notoriedade o configurava como o preferido de uma burguesia triunfante ao longo do século XIX e, posteriormente, até os anos 20 do século XX. Historicamente, encontra-se, como também já mencionamos, uma contraposição violenta

[52] Processo n.º 002/87, folha 24.

à arquitetura eclética por parte dos dirigentes do Iphan, tendo esta permanecido por muito tempo à margem das políticas de preservação do patrimônio cultural.

Desse modo, evidencia-se que a história se torna polêmica a depender dos objetivos de evocação de narrativa que dela se faz. Ou seja, dizer que a municipalidade de Muqui e a consideração dos moradores toma Werneck como sendo o pioneiro da cidade não causa, em si, nenhuma polêmica: isso irá depender do modo como se fala, da finalidade com que se fala. E, nesses processos discursivos, a valorização de alguns fatos da historiografia em detrimento de outros pode levar a uma distorção histórica com finalidade exclusivamente política, criando uma história redutiva e fazendo *tábula rasa do passado*(CHESNEAUX, 1995).

A finalidade do estudo historiográfico e do historiador, no entanto, busca diferir da defesa de uma verdade. Ao se procurar entender determinado fato, o qual não pode ser recuperado de maneira absoluta a não ser por meio dos rastros e vestígios que dele se tem no presente, o que se procura é uma aproximação com a identificação de uma realidade capaz de explicá-la. No entanto, não há como escapar à potencialidade política e, eventualmente, explosiva, do estudo da história.

O período cafeeiro no Brasil deixou heranças, e não há nenhuma dúvida com relação a isso, como prova o apelo que discussões acerca da temática têm. Se fosse uma questão irrelevante, ou seja, se o processo econômico do café tivesse findado no século XX ou em algum outro ponto da história, não haveria polêmica em torno do assunto. O pedido de tombamento analisado mostra a atualidade do tema do café justamente pelo fato de este ter deixado uma herança importante na história do Brasil.

O Espírito Santo se torna territorialmente definido no processo de transição do Estado imperial para a Primeira República (1889-1930), contribuindo para isso a formação social e econômica que se constituiu no quadro político do início do período republicano, com o processo de ocupação na segunda metade do século XIX tendo sido conduzido através da expansão da lavoura cafeeira (ALMADA, 1984). Mas o Espírito Santo não manteve as mesmas características do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, fontes anteriores da grande produção do grão: o estado reenquadrou a lavoura cafeeira, levando-a a um patamar de produtividade mais rentável do que o que vinha sendo conseguido no sistema de *plantation*. Engendrou novas formas sociais, com base no uso da mão-de-obra escrava, praticada em longa medida, e do imigrante europeu.

Como, então, mediante essas diferenças, provar a existência de uma herança do café na identidade espírito-santense? Como dar concretude a um tema que suscita tantos “pais fundadores”? Foi nesse sentido que recorremos às narrativas a favor do processo de

tombamento de Muqui, sempre ressaltando, no entanto, que elas não são absolutas, não possuem valor em si mesmas: importa o modo como elas são proferidas, em que ambiente, em que contexto e com que objetivo. Para todos os efeitos, essas narrativas são atuais, bem como o fenômeno histórico ao qual elas se referem.

Em palestra proferida na abertura do XI Encontro Estadual de História, no Rio Grande do Sul, em 2012, Ulpiano Bezerra de Menezes afirmou que é necessário rever as formas de avaliação dos bens culturais, partindo-se da perspectiva dos sujeitos que operam esses bens e não dos objetos, assim como dos valores das próprias comunidades e não somente dos critérios de especialistas do patrimônio. Márcia Chuva (2011), por seu turno, afirma que o patrimônio – dentre os tantos usos que dele são feitos, social, política e economicamente – é também um documento histórico a ser preservado, visando à produção de conhecimento sobre as sociedades humanas. Ambas as visões reforçam a importância de se pesquisar, detidamente, os processos de patrimonialização, com o intuito de se perceber sua historicidade e as formas pelas quais eles se afirmam nas comunidades em que se inserem. Afinal, nem sempre a prática de preservação do patrimônio foi compreendida através dessa lente do trabalho da memória: por muito tempo os objetos patrimonializados foram vistos como possuidores de um valor intrínseco que deveria ser apenas desvendado.

Para concluir esta dissertação, não poderíamos deixar de mencionar um tema bastante atual na gestão do patrimônio cultural, o "pacto de gestão": historicamente, o Iphan sempre agiu de forma isolada, em fases mais ou menos agudas, mantendo assim certa distância em relação aos parâmetros de identificação e de tombamento de bens culturais nas esferas estaduais e municipais. No entanto, a partir do momento que a instituição se abre ao entendimento e ao debate de diferentes critérios e interesses, quando procura fomentar o apoio aos municípios, como bem indica o caso do tombamento de Muqui e o convite para sua participação na primeira versão do Programa das Cidades Históricas, o Iphan acaba por encontrar colaboradores que lhe auxiliam na estruturação e no fortalecimento do compromisso e da responsabilidade com a questão cultural.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. Recife: FJN/Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *A escravidão na história econômica social do Espírito Santo (1850-1888)*. 1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravismo e transição:* o Espirito Santo (1850- 1888). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALMEIDA, A. M. L. Famílias de Elite: Parentela, Riqueza e Poder no Século XIX. Artigo Científico, Vassouras: Universidade Severino Sombra. 2010.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de.A defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o Sphan*: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: MinC/Fundação Pró-Memória, 1987.

ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado*. Estratégias para a construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ATHAYDE, Antonio. A história do Contestado. IN: Revista do IHGES. Vitória, n.14, dez.1941, pp. 3-5.

BAUER, Letícia. *O arquiteto e o zelador*: patrimônio cultural, história e memória. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BARRETOS, Carlos. Introdução. IN: "Revista do Instituto Histórico e Geográfico". Vitória, n.13, maio.1941.

BITTENCOURT, Gabriel. Literatura e História, Historiografia Capixaba: Bibliografia da 1ª República. Vitória: IHGES, 1984.

BITTENCOURT, Gabriel. *Café e modernização*: o Espírito Santo no séculoXIX. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1987.

BITTENCOURT, Gabriel. *Espírito Santo*: um painel da nossa história. Vitória:Imprensa Oficial/ES, 2002.

BITTENCOURT, Gabriel. Pesquisa da História do Espírito Santo e o IHGES. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 60, p. 65-100, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: BORGES, Jorge Luis. *Prosa Completa*. Ed.Bruguera: Barcelona, 1979.pgs.477-484. Disponível em: http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/funes.htm acesso em 02 de Março de 2013 às 15h. 57m.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. IN: A escrita da história: novas perspectivas, SP:Unesp, 1992.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Edital de seleção do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan 2012*. Brasília: IPHAN, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2099. Acesso em 29 dez. 2014.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. O estudo do projeto de Moniz Freire (1892-1896) como contribuição ao desenvolvimento do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n.57, 2003.

CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção do imaginário social. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-111, 1994.

CAPAI, Humberto. Muqui, Terra de Reis.Vitória: Usina de Imagem, 2012.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?*São Paulo: Ática, 1995.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006a.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul./dez. 2003.

CHUVA, Márcia R. R. *Os arquitetos da memória*: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. Entre vestígios do passado e interpretações da História. Introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil. In: CUREAU, S.; KISHI, S; SOARES,I. (Org.).*Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 37-49.

COMPROMISSO de Brasília. Abril de 1970. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240. Acesso em 03 jan. 2015.

COMPROMISSO de Salvador. Outubro de 1971. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=241. Acesso em 03 jan. 2015.

DURKHEIM, Émile. Sociologia e filosofia. São Paulo: Forense, 1970.

FERREIRA, Gilton Luís. **Um desejo chamado metrópole**. A modernização urbana de Vitória no limiar do século XX. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2009.FISCHER, Rosa M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, n. 114, p. 197-223, 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do Discurso*: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola, 2013. p. 123-151.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Referências Culturais*: base para as novas políticas do Patrimônio. 2000. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3305.Acesso em 10 jun. 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Minc/Iphan,1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda:* os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 2002.

GROSSELLI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café*: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

HAUTEQUESTT FILHO, Genildo Coelho. Arquitetura Urbana do Café em Muqui/ES. Dissertação (MESTRADO). Programa de Pós-Graduação em Artes. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2011.

HAUTEQUESTT FILHO, Genildo Coelho. O Patrimônio Intangível como substrato para a preservação do Sítio Histórico de Muqui. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação*, Recife, v. 1, n. 2, p. 41-44, mar. 2006. Disponível em: http://www.restaurabr.org/arc/arc02pdf/09patrimoniointangivel.pdf. Acesso em 16 dez. 2014.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era Das Revoluções*. Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.).*A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ICOMOS. Carta de Veneza (1964). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236. Acesso em 04 jan. 2014.

ICOMOS. Declaração do México (1985). In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Caderno de Documentos, n. 3. Brasília: IPHAN, 1995. p. 311-319. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255. Acesso em 19 dez. 2014.

ICOMOS. Carta de Quito (1967). In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Caderno de Documentos, n. 3. Brasília: IPHAN, 1995. p. 311-319. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255. Acesso em 19 dez. 2014.

IPHAN. *Espírito Santo*: Patrimônio Cultural do Brasil. [S.l.]: IPHAN, [s.d.].

LE GOFF, Jaques. Memória; Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jaques.*História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 419-476.

LUCENA, Adriana. Migração italiana no Espírito Santo: ocupação territorial e herança cultural. In:IPHAN. *Patrimônio*: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Iphan/COPEDOC, 2007. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4216.Acesso em 05 ago.2014.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado.IN: Revista Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 178-186.

MELO,Leda. Uma cidade perdida: São João Marcos e seu destombamento. IN: XIV Encontro Regional da ANPUH – Rio de Janeiro, 2010.Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276740452_ARQUIVO_ArtigoparaAnpuh-S.J.M.pdf

MENDONÇA, Paulo Henriques de. *Muqui – Cidade Menina*, 1850-1989. Vitória: Sagraf Artes Gráficas Ltda, 1989.

MOTTA, Lia. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. IN: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2012, pp. 249 – 280. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239 Acesso em 25 de Janeiro de 2015 ás 15 horas.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Org). *Inventários de Identificação*. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Vitória, n. 57, p. 185-206, 2003.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. *Por um inventário dos sentidos*: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. IN: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. Vitalidade e permanência na Historiografia Capixaba. In: OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Espírito Santo*. Vitória: Coleção Canaã, 2008.p. 21-34.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Adaptado do mapa de Curt Nimuendajú, 1944. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OEA. *Normas de Quito*. Reunião sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Quito, nov./dez. 1967. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4677. Acesso em 03 jan. 2015.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é Patrimônio*: um guia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. *O processo de regeneração cultural de São João Marcos*.IN: V FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU, 5, 2011, Foz do Iguaçu. Disponível em: http://festivaldeturismodascataratas.com/wp-content/uploads/2014/01/4.-O-PROCESSO-DE-REGENERA%C3%87%C3%83O-CULTURAL-DE-S%C3%83O-JO%C3%83O-MARCOS.pdf. Acesso em 22 dez. 2014.

ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento linguístico*. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.p. 311-318.

PESSOTI, Luciene. Arquitetura cafeeira do sul do Espírito Santo: o casario histórico de Muqui. *III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*.Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-PCI-048_PESSOTTI.pdf. Acesso em 16 dez. 2014.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRATS, Llorenç. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 1997.

RAMBALDUCCI, Ney Costa.*Muqui, passado de glória, futuro de esperança*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1991.

REIS, José Carlos. O surgimento da Escola dos Annales e o seu programa.IN: Escola dos Annales – a inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

RICOEUR, Paul. *O si mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1997.

RICOEUR, Paul. A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. *Arquipélago*, n. 7, p. 177-194, 2000. Disponível em: http://metafisica.no.sapo.pt/ricoeur.html. Acesso em 16 dez. 2014.

RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Caracteres y origen. Madrid: Visor Distribuciones,1987.

ROTA DO CAFÉ. Turismo. Disponível em:http://www.es.gov.br/site/turismo/rota_vale_cafe.aspx. Acesso em 12 mar. 2014.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 96-105, 1996.

SAIA, Luis. Notas preliminares sobre a fazenda Pau D'Alho (história, restauração e projeto de aproveitamento). *Revista de História*, São Paulo, n. 102, p. 614, 1975.

SALVALAIO, Renata Cerqueira de Nascimento. *Política Oficial de Preservação em Vitória*: análise de uma trajetória (1990-2000). 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2008.

SANT'ANA, Daniel.O desafio de implantar um sistema nacional de cultura. In: IPHAN. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural*: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto/MG, 2009. Brasília, DF: Iphan, 2012.p. 11-24.

SANT'ANNA, Márcia. Algumas notas e considerações sobre a restauração de sítios Históricos Urbanos. In: CADERNOS técnicos n. 1.Brasília: Grupo Tarefa/Programa MONUMENTA/BID, 2000.

SANT'ANNA, Márcia. Da cidade – monumento à cidade documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação (MESTRADO) em arquitetura e urbanismo. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1995.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia Sphan. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-95, 1996.

SECULT. *Arquitetura.*Vitória: Secult, 2009.

SILVA, Marta Zorzal. *Espírito Santo*: Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/SPDC, 1995.

SIMONATO, Juliana Sabino.*Fazenda Santa Helena*: escravidão, bastardia e poder. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SOUZA NETO, Edilberto Moreira de; ZANOTTI, Pollyanna Demoner. *O café no Espírito Santo, no Brasil e no mundo*. Vitória: [s.n.], 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. História. Disponível em: http://www.historia.ufes.br acessado em 25 de março de 2014.

VASCONCELLOS, João Gualberto. Trajetória política ou desafios. In: BITTENCOURT, Gabriel. Espírito Santo: um painel da nossa história. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002.

VENTURI, Rosângela. Muqui aposta no Sítio Histórico para turismo cultural. *A Gazeta*, Vitória, 1999.

VENTURI, Rosângela. Muqui vai tombar sítio histórico amanhã. *A Gazeta*, Vitória, 2000.

ZANOTTI, PollyannaDemoner; SOUSA NETO, Edilberto Moreira de. *História do café no Espírito Santo, no Brasil e no mundo*. 2005. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/21132678/Historia-do-Cafe-no-Espirito-Santo-no-Brasil-e-no-Mundo. Acesso em 30 dez. 2014.

WIKIPÉDIA. John Ruskin. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/john_Tuskin Acesso em 30 de setembro de 2014.

ANEXO A

Ofício, quando é de um órgão para um outro órgão

OF 024/2005

Muqui, 2 de fevereiro de 2006

Ilma. Sra. Carolina Abreu
Diretora do IPHAN - ES

Ilma. Sra. Diretora,

A cidade de Muqui, sul do estado do Espírito Santo possui um valioso patrimônio arquitetônico e urbano ainda conservado, que abrange um singular período da história brasileira conhecido como ciclo do café; que em nossa região iniciou-se em 1850, com a abertura das primeiras fazendas, intensificou-se a partir de 1902, com a chegada da Ferrovia Leopoldina, tendo mais um período de apogeu na década de 50 do século XX, e passando pelo atual ciclo de desenvolvimento econômico fomentado pela agricultura, pecuária e turismo.

Em função do novo dinamismo econômico pelo qual a cidade vem passando muitos desses remanescentes, embora protegidos por legislação municipal específica dês de o ano de 1999 (186 imóveis no total), tem sofrido mutilamentos.

Embora esse colegiado esteja cumprindo seu papel de órgão fiscalizador, e a municipalidade mantenha em seu quadro funcional um profissional capacitado para prestar orientação técnica tanto ao Conselho Municipal de Cultura, como aos proprietários dos imóveis localizados no centro histórico, temos enfrentado diversos problemas relacionados a preservação de nosso patrimônio. Em discussão em nossas últimas reuniões chegamos a conclusão que necessitamos do apoio e reconhecimento de uma instância superior de gestão do patrimônio cultural, sendo o IPHAN nossa melhor referência.

Nosso sítio histórico possui um processo de tombamento estadual, aberto dês de o ano de 1987 sob o nº 02/87-CEC. No entanto até a presente data não temos uma resposta definitiva daquele órgão que hoje encontra-se desativado (relatório anexo).

Gostaríamos, pelo exposto, de solicitar a esse Instituto a abertura do processo de tombamento federal do Sítio Histórico de Muqui.

Solicitamos também a urgente vistoria técnica ao sítio arqueológico localizado na localidade de Fortuna, descoberto no ano de 2002 e vistoriado pelo arqueólogo Celso Perota com datação de 1200 anos, conforme relatório anexo.

Certos de podermos contar com a valiosa atenção desse Instituto,

Cordialmente,

Maria Luiza Copo Lima
Presidente
Conselho Municipal de Cultura

ANEXO B

LISTA DAS FONTES

a) Abertura do processo de tombamento no dia 07 de Janeiro de 1987, a partir de um abaixo assinado da comunidade contendo 88 assinaturas na gestão da Presidente Anna Bernardes da Silveira Rocha

b) Primeira visita técnica a cidade nos dias 16 e 17 de Janeiro de 1990 realizada pelo conselheiro Clério José Borges de Sant'Anna na gestão do Presidente MarienCalixte que identifica 61 imóveis passíveis de tombamento, conforme relatório da visita

c) Parecer favorável ao tombamento dado pelo conselheiro Clério José Borges de Sant'Anna datado de 18 de janeiro de 1990

d) Parecer da Câmara de Patrimônio Histórico e Cultural datado de 3 de Fevereiro de 1993

e) Retomada do processo de tombamento em 26 de Outubro de 1998 a partir da solicitação do Coordenador de Memória e Patrimônio Cultural e Natural da Secretaria de Estado da Cultura e Esportes ,Genildo Coelho Hautequestt Filho, na gestão da Presidente Maria Beatriz F. Abaurre

f) Visita do Conselho Estadual de Cultura e Coordenação de Memória e Patrimônio Cultural e Natural da Secretaria de Estado da Cultura e Esportes à cidade de Muqui, em 08 de Maio de 1999

g) Visita técnica do Coordenador de Memória e Patrimônio Cultural e Natural da Secretaria de Estado da Cultura e Esportes do arquiteto Genildo Coelho Hautequestt Filho e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) à cidade de Muqui nos dias 1 e 2 de Julho de 1999, conforme Relatório de Vistoria Técnica que define as "providências para a viabilização do Tombamento"

h) Ofício da presidente Maria Beatriz F. Abaurre ao Secretário de Turismo e ao prefeiro municipal de Muqui comunicando a intenção do Conselho Estadual de Cultura de, após o tombamento estadual, solicitar ao IPHAN o tombamento federal da cidade de Muqui

i) Visita do Conselho Estadual de Cultura à cidade de Muqui a convite da prefeitura municipal que aconteceu no dia 25 de Setembro de 1999,

j) Aprovação pelo Conselho Estadual de Cultura da Resolução nº 006/99 CEC, determinando que os novos membros do CES, biênio 1999/2001, deverão priorizar o tombamento do Sítio Histórico de Muqui,

k) Lei nº 067/99 da Prefeitura Municipal de Muqui que cria o Conselho Municipal de Cultura

l) Lei nº 070/99 da Prefeitura Municipal de Muqui que dispõe sobre o Tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Muqui, (Anexo 12);

m) Lei n 089/2000 da Prefeitura Municipal de Muqui que altera e inclui dispositivos na Lei nº 070/99,

n) Memorando do IPHAN nº 049/06, relatando a todas as Superintendências os assuntos tratados na Reunião Técnica: Sítios Históricos Urbanos: Inventários, critérios de Intervenção e normas de Preservação

o) Memorando do IPHAN nº 257/06 para a Superintendente do IPHAN no ES do documento e as conclusões para guiar as regionais nos trabalhos de inventários, memorando intitulada "Técnica sobre Inventários",

p) Mapa Estratégico do IPHAN a partir de 2006 (Ampliação dos Tombamentos e constituição de uma Rede de Proteção do Patrimônio: Linhas Temáticas para Inventários de Conhecimento),

q) Projeto Básico do IPHAN/ES nº 014/2007 para contratação de empresa prestadora de serviços para realização de Levantamento Histórico e Diagnósticos Urbanístico e Arquitetônico do Sítio Histórico de Muqui, em 29 de Outubro de 2007

r) Ofício do Conselho Estadual de Cultura (CEC) informando aos proprietários de imóveis em Muqui do andamento do processo de tombamento e a proibição de qualquer tipo de mutilação e/ou destruição, em 17 de Novembro de 2009,

s) Plano de Ação Sítio Histórico de Muqui da Prefeitura Municipal de Muqui, divulgado em 2010,

t) *Resolução CEC* nº 002/*2012* que aprova o Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico do Município de *Muqui*, Estado do Espírito Santo

u) *Plano Básico do IPHAN, projeto "Inventário de Fazendas Rurais do Sul do Espírito Santo",*

v) Plano Básico do IPHAN para o "Desenvolvimento do Inventário Nacional das Referencias Culturais- INRC nos municípios de Muqui e Mimoso do Sul ambos no sul do ES", divulgado em Diário Oficial no dia 06 de Setembro de 2012.

Todas essas fontes podem ser consultadas no arquivo Muqui localizado na Superintedência do IPHANdo Espírito Santo.

w) Rota dos Vales e do Café, programa de incentivo do turismo criado pelo Governo de Estado do Espírito Santo, em 2009 (Anexo 23);

x) Muqui de Portas Abertas, Programa de Preservação de Sítios Históricos criação do Governo Municipal de Muqui em Parceria com o Consórcio de Desenvolvimento da Região dos Vales e do Café (Anexo 24);

y) Programa “Cama e Café” criação do Governo Municipal de Muqui em parceria com a Associação de Economia Solidaria de *Muqui (Agroart) (Anexo 25);*

z) Consórcio Turístico Rota Sul, criado pelos Governos Municipais de diversas cidades em apoio ao desenvolvimento do turismo (Anexo 26).

CEC - Fls. n.º 06/87

SECRETRIA DE ESTADO DA EDUCÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

Vitória, 28 de janeiro de 1987.

OF. Nº 24/87-CEC/SEDU.

DA: Presidente do Conselho Estadual de Cultura
AO: Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de Muqui
SR. PEDRO JOSÉ SALVADOR
MUQUI -ES

Senhor Prefeito,

Comunicamos pelo presente que em reunião plenária deste Colegiado, realizada em 06 de janeiro próximo passado, foi apresentado um abaixo-assinado de moradores de Muqui, no no qual solicitam providências de Muqui resguardar e preservar as memórias culturais desse município.

Foi instaurado processo que tomou o nº 02/87-CEC e na oportunidade encaminhamos legislação estadual referente à tombamento.

Cordiais Saudações

ANNA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE CUTLURA

CEC/SEDU
JSS/MDD

CEC - Fls. n.º 06

SECRETRIA DE ESTADO DA EDUCÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

Vitória, 28 de janeiro de 1987.

OF. Nº 24/87-CEC/SEDU.

DA: Presidente do Conselho Estadual de Cultura
AO: Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de Muqui
SR. PEDRO JOSÉ SALVADOR
MUQUI -ES

Senhor Prefeito,

Comunicamos pelo presente que em reunião plenária deste Colegiado, realizada em 06 de janeiro próximo passado, foi apresentado um abaixo-assinado de moradores de Muqui, no no qual solicitam providências para resguardar e preservar as memórias culturais desse município.

Foi instaurado processo que tomou o nº 02/87-CEC e na oportunidade encaminhamos legislação estadual referente à tombamento.

Cordiais Saudações

ANNA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE CUTLURA

CEC/SEDU
JSS/MDD

CEC - Fls n.º 07

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

Vitória, 11 de março de 1987.

OF. Nº 69/87-CEC/SEDU.

DA: Presidente do Conselho Estadual de Cultura
AO: MD. Prefeito Municipal de Muqui
Sr. Pedro José Mendonça
MUQUI - ES

Senhor Prefeito,

Em atendimento ao of. nº 022/87-GP, enviamos em anexo fotocópia do Processo 02/87-CEC que se refere a abaixo assinado de moradores dessa cidade solicitando resguardo e preservação das memórias culturais dessa região.

No aguardo da resposta de V. Exa., aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e apreço.

Atenciosamente

ANNA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

ANEXO C

CEC - Fls. n.º 24

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

PROCESSO Nº 02/87 CEC

FORMULÁRIO PARA PARECER

CÂMARA:

RELATOR (a): Cons. Clério José Borges de Sant'Anna

PROPONENTE: Abaixo Assinado da Comunidade de MUQUI

ASSUNTO: Resguardar e Preservar as Memórias de MUQUI

Senhor Presidente,

O Município de Muqui foi criado em 22 de Outubro de 1912, através da Lei Nº 826, com o nome de São João do Muqui, sendo o seu território desmembrado de Cachoeiro de Itapemirim. A 5 de Julho de 1923 foi a sede do Município elevado à Categoría de cidade, enquanto o Decreto - Lei Estadual Nº 15.177, de 31 de Dezembro de 1943, determinou que o distrito e o Município de São João do Muqui tivessem seu nome reduzido para Muqui. A Co - marca foi criada por decreto-lei estadual datado de 24 de Junho de 1954, porém só foi instalada a 24 de Agosto do ano seguinte. Muqui conta com uma área territorial de 317 quilômetros quadrados, representando 0,70 por cento da área total do Estado.

Um Fluminense José Pinheiro de Souza Werneck é considerado o pioneiro da colonização de terras da região, tendo erguido a Sede de sua fazenda no Sope da Serra dos Pirimeus. Em 1852 chegaram à região os irmãos Antônio e Manuel Cândido dos Santos que construiram as fazendas "Providência" e "Alpes".

A primeira denominação dada ao local foi "Arraial" dos Lagartos", que resistiu até 1902, data da inauguração do início dos serviços da Estrata de Ferro Leopoldina, quando então surgiu o nome Muqui. Durante certo tempo chamou-se São João do Muqui , como homenagem ao Padroeiro São João Batista.

CEC - Fls. n.º 25

CONT.

PARECER Nº.	PROCESSO Nº. 02/87 - CEC	FLS Nº. 02

A Sede do Município está numa altitude de 239 metros do nível do mar e o clima é quente. Apresenta as seguinte coordenadas geográficas: 20º 54' 00'' de latitude Sul e 41º 22' 30'' de longitude Oeste de Greenwich. O rio Muqui do Norte banha a Cidade sede e é o princïpal curso d'água do Município.

Muqui é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina, possibilitando a comunicação com Vitória e Rio de Janeiro. O trem de passageiros foi desativado, funcionando apenas o de transporte de cargas . Os trilhos da Estrata de Ferro passam na rua principal da cidade.

A maioria das casas da sede são de grande importância histórica-Cultural. Sua preservação é solicitada pelas autoridades Municipais e pela Comunidade.

O tombamento dos imóveis é necessário como forma de se resguardar as memórias Culturais da cidade e do Estado. Nas fazendas da região existem casas de grande importância histórica Cultural e tivemos conhecimento de que alguns moradores da região possuem, inclusive, peças do tempo da escravidão.

Manifesto-me favorável ao Tombamento e solicito à Câmara de Patrimônio Histórico-Cultural que se promuncie com urgência, cadastrando o que fôr preciso e Tombando de imediato os imóveis, alguns dos quais, na iminência de serem destruidos por novos proprietários, sem consciência da importância de se preservar a memória de um povo.

Há necessidade contudo, que ao ser estabelecido o tombamento, seja bem definido quem cuidará da preservação e recuperação dos imóveis, para que o bem tombado não venha logo depois a ruir. Os próprios proprietários poderiam cuidar da preservação e recuperação dos imóveis. Mas, quando os mesmos não dispusserem de recursos? Quem seria responsável pela preservação? Cabe à Câmara de Patrimônio Histórico e Cultural definir.

Vitória, 18 de Janeiro de 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI N.º 067/99.

"Cria o Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MUQUI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Faço saber que a Câmara Municipal de Muqui aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1.º - O Conselho Municipal de Cultura – CMC, que é por esta lei criado, integra a Secretaria municipal de Educação e Cultura, tem suas competências e estrutura estabelecida nesta Lei.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2.º - O CMC tem como atribuições:

a) Formular a Política municipal de Cultura, acompanhar sua execução realizada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e avaliar permanentemente seus resultados;
b) Apreciar os planos de trabalho, a proposta orçamentária, os projetos, a programação artístico-cultural e os relatórios da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
c) Articular-se com órgãos internacionais, federais, estaduais, municipais bem como entidades privadas a fim de assegurar a coordenação das diretrizes de sua ação;
d) Exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Ministério da Cultura e Secretaria de Estado da Cultura e as resultantes de convênios com órgãos públicos e/ou entidades privadas
e) Reconhecer instituições culturais para efeito de recebimento de auxílios e subvenções municipais, bem como, quando solicitado, para recebimento de doações, patrocínios e investimentos;
f) Decidir sobre os planos de cooperação entre o Poder Público e as instituições culturais com vistas à execução da Política Municipal de Cultura;
g) Promover a valorização, a defesa e conservação dos bens culturais e naturais do município;
h) Emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhe sejam submetidos;
i) Baixar atos e resoluções pertinentes a sua área de atuação;
j) Manter permanentemente intercâmbio com os demais Conselhos de Cultura (municipais, estadual e federal);
k) Elaborar seu regimento interno a ser aprovado por ato do Prefeito Municipal.

Art. 3.º - O CMC será constituído por um plenário e comissões instituídas por tempo determinado para o desempenho de tarefas específicas.

Art. 4.º - Integram o plenário do CMC:

Um Conselheiro Titular e respectivo suplente, representante de cada uma das seguintes áreas cultural e natural:
a) Artes Cênicas e Cinéticas;
b) Artes Musicais;
c) Artes Plásticas;
d) Folclore e Artesanato;
e) Literatura;
f) Patrimônio Cultural e natural.

II. Um Conselheiro Titular e respectivo suplente do Poder Executivo Municipal.
III. Um Conselheiro Titular e respectivo suplente do Poder Legislativo Municipal.
§ 1.º - O Conselheiro Suplente terá assento no Plenário com direito a voto na ausência do seu titular.
§ 2.º - para feito desta lei entende-se como:
a) Artes culturais – as atividades desenvolvidas no âmbito das artes cênicas (teatro, dança, circo, ópera), musicais, plásticas, cinéticas (cinema, vídeo), folclore e artesanato, literatura e patrimônio histórico;
b) Área natural – as atividades desenvolvidas no Âmbito da preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida.

IV. Um Conselheiro Titular do Ministério Público.

Art. 5.º - Os conselheiros terão o mandato de um ano, permitida a recondução por duas vezes.
Parágrafo único – Em caso de vaga, a designação do substituto será para completar o mandato substituído.

Art. 6.º - O CMC terá o Presidente, o vice-presidente e o Secretário eleitos entre seus próprios membros, na forma estabelecida em seu regimento interno.

Art. 7.º - O Secretário Municipal de Educação e Cultura será membro nato do CMC, porém se[illegible] direito a votar e ser votado para cargos eletivos, sendo substituído em suas faltas e impedimentos por servidor daquele departamento por ele indicado.

DA OBRIGAÇÃO

Art. 8.º - Cada membro das áreas que compõem o plenário e respectivo suplente, serão escolhidos através de assembléia, convocada pelo CMC, com a participação de entidades respectivas de cada área cultural.

Art. 9.º - A Assembléia referida no parágrafo anterior, deverá compor um lista dupla, que será encaminhada pelo CMC ao Secretário Municipal de Educação e Cultura para designação pelo Prefeito Municipal do Conselho titular.
Parágrafo único – os demais integrantes da lista dupla passam a suplentes e colaboradores do CMC.

Art. 10 – Os representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal no plenário do CMC, serão de livre escolha do Prefeito e da Câmara Municipal, dentre personalidades eminentes da Cultura Municipal.

Art. 11 – As cominações serão criadas pelo Presidente do CMC, devendo o ato de criação indicar o objetivo e o prazo de duração.

Art. 12 – O plenário do CMC reunir-se á em caráter ordinário uma vez por mês, em sua sede, e extraordinariamente, no máximo três vezes por mês, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§1.º - As reuniões poderão ser realizadas fora da sede de CMC sempre que por razões superiores de conveniência técnica ou da política cultural assim o exigirem.

§2.º - O plenário do CMC reunir-se á com a presença mínima da metade de mais um de seus integrantes, sendo que as deliberações serão tomadas pelo resultado da votação da metade e mais um dos presentes.

§3.º - Dependerão do voto de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros que compõem o Plenário, as proposições referentes aos seguintes assuntos:

a) Alteração do regimento do conselho;
b) Aprovação do plano municipal de cultura;
c) Revisão de pareceres, anteriormente aprovados pelo plenário.

§4.º - As sessões do CMC serão públicas, salvo decisão contrária, em caso de 2/3 (dois terços) do Plenário.

Art. 13 – É facultativo ao presidente do CMC convidar dirigentes de órgãos públicos e personalidades das Ciências, Letras e Artes para debater matérias de sua especialização submetidas a Plenário ou Comissões.

Art. 14 – Caberá a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sem prejuízo das demais competências que lhe são legalmente conferidas, proporcionar suporte técnico e administrativo ao Plenário e Comissões do CMC.

SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 15 – Os servidores administrativos do CMC serão realizados por uma Secretaria Geral composta por servidores cedidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 16 – Compete à Secretaria Geral do CMC:

I. Proporcionar suporte administrativo e técnico ao CMC;
II. Coordenar as atividades necessárias à correta implementação da Política Cultural do Município;
III. Avaliar sistematicamente e elaborar relatório trimestral e anual sobre o desempenho das ações decorrentes da execução da política cultural do Município;
IV. Coordenar à elaboração e propor para discussão e aprovação do CMC a Política Municipal de Cultura;
V. Exercer outros encargos que lhe foram conferidos pelo plenário do CMC.

Parágrafo único – Fica o Poder Executivo autorizado a criar um cargo em comissão do Secretário Geral do CMC.

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 17 – Fica criado o fundo Municipal de Cultura, com o objetivo de reunir os recursos gerados e captados pelas diversas áreas de atuação, através de rubricas especiais.

Parágrafo único – o poder executivo municipal regulamentará o Fundo Municipal de Cultura através de Lei específica.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 18 – As medidas complementares de caráter administrativo e orçamentário indispensável ao pleno cumprimento desta Lei serão adotadas pelo Poder Executivo.

Art. 19 – É considerada de relevante interesse público a função de membro do CMC e seu exercício tem prioridade sobre qualquer outro cargo público do qual o Conselheiro seja titular.

Art. 20 – No prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei, fica o atual conselho Municipal de Cultura responsável pela convocação das Assembléias e adoção de providências para composição do Conselho.

Art. 21 – O regimento Interno do CMC deverá ser elaborado no prazo de 60 (sessenta) dias contar da data de posse dos membros do CMC, composta na forma desta lei.

Art. 22 – Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 23 – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Muqui-ES, 06 de outubro de 1999.

Gilberto Mofate Vicente
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

002/87
CEC - Fls. n.º 065

PROJETO DE LEI N.º ...../99.

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MUQUI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Faço saber que a Câmara Municipal de Muqui aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Turismo - CONTUR, que tem a finalidade de promover o desenvolvimento turístico e econômico do Município de Muqui/ES, sendo órgão auxiliador do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Turismo será composto por representantes dos órgãos e/ou instituições abaixo relacionadas:
a) 02 representantes do Poder Público Municipal;
b) 02 representantes do Poder Legislativo Municipal;
c) 02 representantes do Comércio e Indústria do Município de Muqui/ES;
d) 02 representantes da Rede Hoteleira do Município de Muqui/ES;
e) 02 representantes de Bares e Restaurantes do Município de Muqui/ES;
f) 02 representantes escolhidos entre as Associações dos Moradores do Município de Muqui/ES;
g) 02 representantes do Artesanato e Gastronomia do Município de Muqui/ES;
h) 02 representantes das Igrejas do Município de Muqui/ES;
i) 02 representantes das Escolas do Município de Muqui/ES;
j) 02 representantes do Patrimônio Natural do Município de Muqui/ES;
k) 02 representantes das Propriedades Rural do Município de Muqui/ES;
l) 02 representantes do segmento de Entretenimento e Lazer do Município de Muqui/ES;
m) 02 representantes da Literatura e Folclore do Município de Muqui/ES.

§ 1.º - As decisões do conselho Municipal de Turismo, serão tomadas em maioria simples de seus membros, respeitando o quorum mínimo de 1/3 (um terço).

§ 2.º - O Presidente do Conselho Municipal de Turismo será eleito pelos representantes dos órgãos e/ou entidades descritas no "caput" deste artigo, observando-se, ainda, o disposto no § 1.º do presente artigo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Municipal de Turismo-CONTUR de que trata o "caput" do artigo 1.º, as seguintes atribuições:

I. Proceder e estimular estudos sobre problemas de interesse do Município no que tange ao desenvolvimento do turismo;
II. *Analisar e julgar projetos direcionados ao desenvolvimento do turismo como* mercado de serviços e trabalhos no município de Muqui/ES;
III. Trazer subsídios visando o disciplinamento do Município de Muqui/ES;
IV. Receber reclamações e sugestões, sobre elas fazendo análise, para em seguida

002/87
Fls. n.º 066

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

V. Tratar todas comunidades, bairros, localidades e distritos, sem qualquer distinção, a fim de proporcionar um melhor desempenho dos serviços turísticos local;
VI. Analisar, apreciar e emitir parecer, com a finalidade de subsidiar o chefe do Poder Público Municipal, quando solicitado pelo mesmo, no que tange ao pedido de cadastramento de veículos, aeronaves e aerobarcos na categoria de aluguel turístico;
VII. Ser gestor junto as pessoas jurídicas do direito privado, para captar meios de patrocinar campanhas visando a divulgação do turismo no Município de Muqui/ES;
VIII. Intervir quando necessário para a captação de investimento para o setor turístico no Município de Muqui/ES.

Art. 4º - Os membros do Conselho Municipal de Turismo, serão indicados por órgãos e/ou entidades que representarem e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, para um mandato de dois anos.

Parágrafo único - Os membros do Conselho de Turismo do Município de Muqui, não serão remunerados.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Turismo, no prazo de 90 (noventa) dias elaborará seu regimento interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 6º - O chefe do Poder Executivo Municipal, regulamentará a presente lei, através de decreto no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Muqui-ES, 09 de setembro de 1999.

Gilberto Mófate Vicente
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI N.° 070/99.*

"Dispõe sobre o Tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Muqui e dá outras providências.".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MUQUI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Faço saber que a Câmara Municipal de Muqui aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.° - Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Muqui, o acervo de bens móveis e imóveis existentes em seu território e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História quer por seu excepcional valor arquitetônico ou etnográfico, bibliográfico ou científico .

§ 1.° – Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio Histórico e Artístico do Município de Muqui depois de inscritos separadamente ou agrupadamente num dos 04 (quatro) livros do Tombo do Conselho Municipal de Cultura, na forma desta Lei .

§ 2.° – Equipara-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamentos os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciado pela indústria humana.

Art. 2.° - A presente Lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno, salvo o Estado e a União.

- Art. 2º com redação determinada pela Lei nº 089, de 20 de novembro de 2000.

Art. 3.° - No Conselho Municipal de Cultura existirão quatro Livros de Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o Art. 1.°, a Lei a saber:

I - Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico e Científico para as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2.° do artigo 1.° desta Lei .
II - Livro de Tombo Histórico, para as coisas de interesse histórico, arquivos e as obras de arte histórica.
III - Livro de Tombo das Belas Artes, para as coisas da arte erudita.
IV - Livro do Tombo das Artes Aplicadas, para as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas.

§ 1.° - Cada um dos Livros de Tombo poderá Ter vários volumes.
§ 2.° - Os bens que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas I, II, III e IV do presente artigo serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente Lei.

Art. 4.° – Quando pertencerem à União os bens de valor histórico ou artístico, serão cientificado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para efeitos de tombamento pelo Órgão Federal .

Art. 5.° – Quando pertencerem ao Estado os bens de valor histórico ou artístico, serão cientificados ao Conselho Estadual de Cultura, para efeitos de tombamento pelo Órgão Estadual.

Art. 6.° - O Tombamento da coisa pertencente à pessoa natural ou pessoa juridica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 7.° - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artistico municipal, a juizo do Conselho Municipal de Cultura, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, a notificação que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo .

Art. 8.° - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar à anuir à inscrição da coisa.

Art 9.° – As coisas tombadas, que pertençam ao Estado ou ao Município, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas entre pessoas de direito público interno, após ouvido o Conselho Municipal de Cultura.

Art. 10 – A alienabilidade das obras históricas ou artisticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente Lei .

Art. 11 - O tombamento dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do Conselho Municipal de Cultura, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais de registro de imóveis e averbação ao lado da transcrição do dominio.

§ 1.° – No caso de transferencia de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2.° – A transferência deve ser comunicada pelo adquirinte, e o deslocamento pelo proprietário ao Conselho Municipal de Cultura, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 12 – Os bens móveis inscritos nos libvros de tombo, na forma do art. 3.°, terão sua transferência de propriedade ou deslocamento comunicada, dentro de 30 (trinta) dias, ao conselho municipal de cultura, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

Art. 13 – A coisa tombada não poderá sair do Estado senão por curto prazo, sem transferência de dominio para fim de intercâmbio cultural, a juizo do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 14 – No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Conselho Municipal de Cultura, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor da coisa.

Art. 4.° – Quando pertencerem à União os bens de valor histórico ou artístico, serão cientificado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para efeitos de tombamento pelo Órgão Federal .

Art. 5.° – Quando pertencerem ao Estado os bens de valor histórico ou artístico, serão cientificados ao Conselho Estadual de Cultura, para efeitos de tombamento pelo Órgão Estadual.

Art. 6.° - O Tombamento da coisa pertencente à pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 7.° - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico municipal, a juízo do Conselho Municipal de Cultura, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, a notificação que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo .

Art. 8.° - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar à anuir à inscrição da coisa.

Art. 9.° – As coisas tombadas, que pertençam ao Estado ou ao Município, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas entre pessoas de direito público interno, após ouvido o Conselho Municipal de Cultura.

Art. 10 – A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente Lei .

Art. 11 - O tombamento dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do Conselho Municipal de Cultura, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais de registro de imóveis e averbação ao lado da transcrição do domínio.

§ 1.° – No caso de transferencia de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2.° – A transferência deve ser comunicada pelo adquirinte, e o deslocamento pelo proprietário ao Conselho Municipal de Cultura, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 12 – Os bens móveis inscritos nos libvros de tombo, na forma do art. 3.°, terão sua transferência de propriedade ou deslocamento comunicada, dentro de 30 (trinta) dias, ao conselho municipal de cultura, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

Art. 13 – A coisa tombada não poderá sair do Estado senão por curto prazo, sem transferência de dominio para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 14 – No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Conselho Municipal de Cultura, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor da coisa.

Art. 15 – A coisa tombada não poderá em caso nenhum, ser destruída, demolida ou mutilada, nem sem prévia autorização especial do Conselho Municipal de Cultura, ser reparada, pintada ou restaurada, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da coisa.

Art. 16 – Sem prévia autorização do Conselho municipal de Cultura, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se nesta a multa de 50% (cinqüenta por cento) do valor do mesmo objeto.

Art. 17 – O proprietário da coisa tombada que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requer, levará ao conhecimento do Conselho Municipal de Cultura a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.
§ 1.º - Recebida a comunicação e consideradas necessárias as obras, o Conselho Municipal de Cultura oficiará ao Secretário de Educação e Cultura para efeitos de execução de reparos ou desapropriação da coisa.
§ 2.º - A falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

Art. 18 – A coisa tombada fica sujeita à vigilância permanente do Conselho Municipal de Cultura e, que poderá inspecioná-la sempre que for julgado conveniente, não podendo o respectivo proprietário ou responsável criar obstáculos à inspeção sob pena de multa de 2 (dois) salários mínimos.

Art. 19 – Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1.º desta Lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional, para fins penais.

Art. 20 – O Conselho Municipal de Cultura manterá entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do Patrimônio Histórico e Artístico do Município.

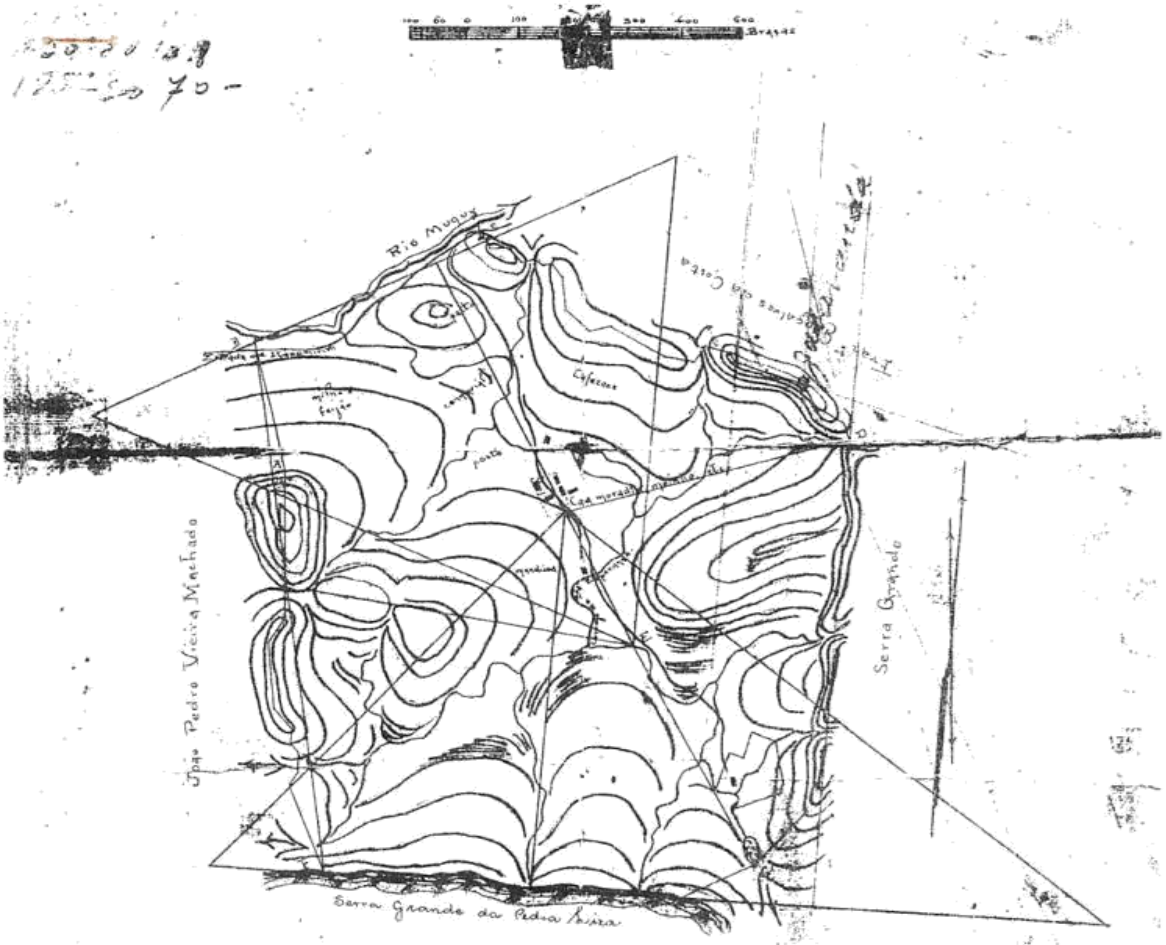
Art. 21 – Os negociantes de antiguidades de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Conselho Municipal de Cultura, cumprindo-lhes, outrossim, apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Art. 22 – O Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias baixará o regulamento desta Lei.

Art. 23 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Muqui-ES, 06 de outubro de 1999.

Gilberto Mofate Vicente
Prefeito Municipal



Mappa

de uma posse de terras no
lugar denominado

"Boa Esperança"

do lado de sul do rio MUQUI
pertencente a

João Jacintho da Silva.

Levantado nos dias 27, 29, 30 de Abril e 1 e 2 de Maio
de 1863.

em que se procedeu a legitimação pelo Juiz Commissario o

Engenheiro civil [illegible] elio Fralon.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 089/2000.

"Altera e inclui dispositivos na Lei nº 070/99 (Lei do Tombamento) e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MUQUI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Câmara Municipal de Muqui aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 2º da Lei nº 070/99 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º - A presente Lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno, salvo o Estado e a União."

Art. 2º - O art. 9º da Lei nº 070/99 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 9º - As coisas tombadas que pertençam ao Município, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas entre pessoas de direito público interno, depois de ouvido o Conselho Municipal de Cultura"

Art. 3º - Ficam incluídos os parágrafos 1º e 2º ao artigo 15, com a seguinte redação:
"Art. 15 – .....
.....

§ 1º - Os projetos das obras no Sítio Histórico de Muqui deverão ser encaminhados à apreciação do Conselho Municipal de Cultura, através da Prefeitura Municipal de Muqui (Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos), com os seguintes elementos:

a) planta de situação e localização, com endereço completo;
b) plantas baixas, cortes e fachadas, com especificação de revestimentos externos, pintura, desenhos de esquadrias e da cobertura;
c) fachadas voltadas para as vias públicas, acompanhadas dos desenhos das fachadas das edificações vizinhas;
d) em caso de reforma, usar as convenções: amarelo – a demolir; vermelho – a construir;
e) fotos abrangendo o terreno e seu entorno imediato;
f) projeto elaborado de acordo com os códigos municipais vigentes e, atendendo as exigências específicas para o local;
g) definição do uso da futura edificação;
h) identificação do registro e do endereço do responsável técnico;
i) cópia da anotação de responsabilidade técnica – "ART";
j) largura da calçada frontal existente.

§ 2° - Aprovado o projeto, deverão ser enviadas à Prefeitura Municipal de Muqui, 4 (quatro) cópias para serem carimbadas, sendo que a 1ª cópia será arquivada na Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas, a 2ª cópia será arquivada no Conselho Municipal de Cultura e a 3ª e 4ª cópias serão entregues ao proprietário do imóvel.

Art. 4° - O art. 18 da Lei nº 070/99 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 18 – A coisa tombada ficará sujeita à vigilância permanente do Conselho Municipal de Cultura que poderá inspeciona-la sempre que for julgado conveniente, após notificação prévia de 48 horas do legítimo proprietário ou responsável".

Parágrafo único – Depois de notificado, o proprietário ou responsável que criar obstáculos à inspeção ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 280 UFIR."

Art. 5° - Fica incluído o parágrafo único ao artigo 19, com a seguinte redação:
"Art. 19 – .....
.....

Parágrafo único - O grau de proteção e intervenção nos imóveis do Sítio Histórico de Muqui será definido pelos seguintes critérios, de acordo com os seguintes níveis":
I – Nível 1 – Nível de proteção rigorosa. Corresponde às edificações que possuem importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano. Os aspectos originais de sua composição deverão ser mantidos, admitindo-se, porém, intervenções como:

- ***a) serão admitidas intervenções internas como a demolição e construção de paredes, abertura e fechamento de vãos, substituição de esquadrias, substituição das instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas e telefônicas, reformas e adaptações em banheiros e cozinhas, substituição de pisos, substituição de forros e pintura;***
- ***b) cômodos que possuam pinturas especiais com stêncil ou painéis, deverão ter seu aspecto original mantidos, os forros e os pisos poderão ser substituídos por modelos idênticos aos originais;***
- ***c) na reforma dos telhados deverão ser mantidos os aspectos originais da cobertura e o tipo de telha utilizado. A estrutura de sustentação da cobertura poderá ser integralmente substituída;***
- ***d) serão permitidas intervenções externas como a pintura das alvenarias e das esquadrias, reforma das esquadrias, desde que sejam preservados os modelos originais, retirada de marquises e recomposição dos elementos decorativos das fachadas;***
- ***e) a construção de anexos ou acréscimos à edificação original deverá preservar as fachadas voltadas para as vias públicas e para os jardins frontais ou laterais. Serão permitidos acréscimos ou anexos nos fundos dos lotes desde que estes não ultrapassem a altura do imóvel e que não interfiram visualmente na edificação tombada e nem em sua vizinhança imediata.***

II – Nível 2 – Nível de proteção rigorosa. Corresponde às edificações que possuem importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano, as quais sofreram, no decorrer do tempo, alterações que as desfiguraram, sendo passíveis de restauração que restitua sua composição original Os aspectos originais de sua composição deverão ser mantidos, admitindo-se, porém, intervenções como:

a) serão admitidas intervenções internas como a demolição e construção de paredes, abertura e fechamento de vãos, substituição de esquadrias, substituição das instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas e telefônicas, reformas e adaptações em banheiros e cozinhas, substituição de pisos, substituição de forros e pintura;

b) cômodos que possuam pinturas especiais com stêncil ou painéis, deverão ter seu aspecto original mantidos, os forros e os pisos poderão ser substituídos por modelos idênticos aos originais;

c) na reforma dos telhados deverão ser mantidos os aspectos originais da cobertura e o tipo de telha utilizado. A estrutura de sustentação da cobertura poderá ser integralmente substituída;

d) serão permitidas intervenções externas como a pintura das alvenarias e das esquadrias, reforma das esquadrias, desde que sejam preservados os modelos originais, retirada de marquises e recomposição dos elementos decorativos das fachadas;

e) a construção de anexos ou acréscimos à edificação original deverá preservar as fachadas voltadas para as vias públicas e para os jardins frontais ou laterais. Serão permitidos acréscimos ou anexos nos fundos dos lotes desde que estes não ultrapassem a altura do imóvel e que não interfiram visualmente na edificação tombada e nem em sua vizinhança imediata.

III – Nível 3 – Nível de proteção média. Corresponde às edificações que possuem importância histórica e/ou arquitetônica pouco relevantes para o conjunto urbano. A edificação deverá ter suas fachadas e volumetrias mantidas, admitindo-se intervenções como:

a) serão admitidas intervenções internas como a demolição e construção de paredes, abertura e fechamento de vãos, substituição de esquadrias, substituição das instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas e telefônicas, reformas e adaptações em banheiros e cozinhas, substituição de pisos, substituição de forros e pintura;

b) na reforma dos telhados deverão ser mantidos os aspectos originais da cobertura e o tipo de telha utilizado. A estrutura de sustentação da cobertura poderá ser integralmente substituída;

c) serão permitidas intervenções externas como a pintura das alvenarias e das esquadrias, reforma das esquadrias, desde que sejam preservados os modelos originais, retirada de marquises e recomposição dos elementos decorativos das fachadas;

d) a construção de anexos ou acréscimos à edificação original deverá preservar as fachadas voltadas para as vias públicas e para os jardins frontais ou laterais. Serão permitidos acréscimos ou anexos nos fundos dos lotes desde que estes não ultrapassem a altura do imóvel e que não interfiram visualmente na edificação tombada e nem em sua vizinhança imediata.

IV – Nível 4 – Nível de proteção média. Corresponde às edificações que possuem importância histórica e/ou arquitetônica pouco relevantes para o conjunto urbano, as quais sofreram, no decorrer do tempo, alterações que a desfiguraram. Deverão ser mantidas suas fachadas e sua volumetria, admitindo-se, porém, intervenções internas ou externas, de modo a harmonizar-se ao conjunto urbano.

- *a) serão admitidas intervenções internas como a demolição e construção de paredes, abertura e fechamento de vãos, substituição de esquadrias, substituição das instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas e telefônicas, reformas e adaptações em banheiros e cozinhas, substituição de pisos, substituição de forros e pintura;*
- *b) na reforma dos telhados deverão ser mantidos os aspectos originais da cobertura e o tipo de telha utilizado. A estrutura de sustentação da cobertura poderá ser integralmente substituída;*
- *c) serão permitidas intervenções externas como a pintura das alvenarias e das esquadrias, reforma das esquadrias, desde que sejam preservados os modelos originais, retirada de marquises e recomposição dos elementos decorativos das fachadas;*
- *d) a construção de anexos ou acréscimos à edificação original deverá preservar as fachadas voltadas para as vias públicas e para os jardins frontais ou laterais. Serão permitidos acréscimos ou anexos nos fundos dos lotes desde que estes não ultrapassem a altura do imóvel e que não interfiram visualmente na edificação tombada e nem em sua vizinhança imediata.*

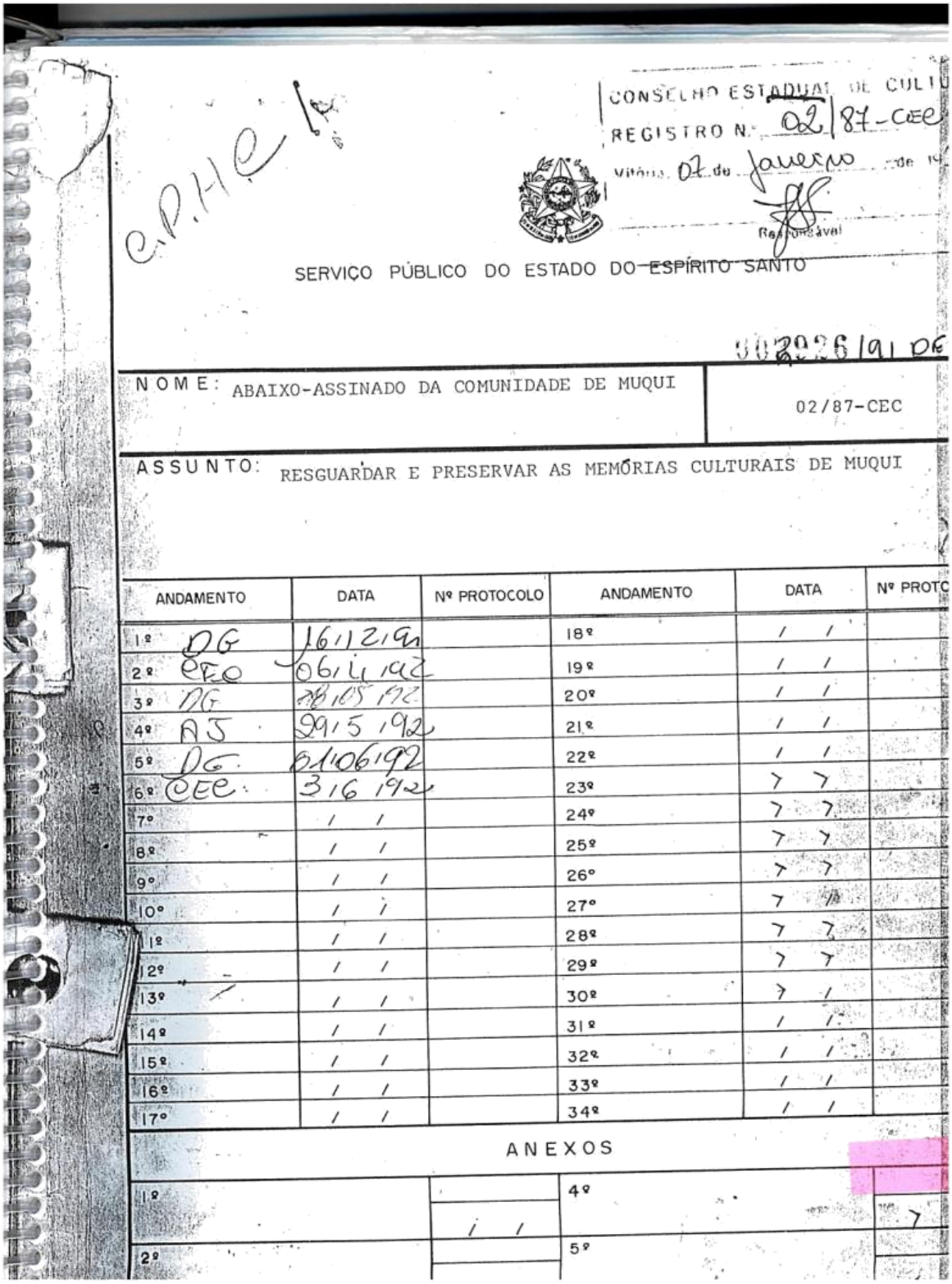
V – Nível 5 – Nível de proteção flexível. Corresponde a lotes vagos ou às edificações que poderão ser substituídas integralmente. As novas edificações deverão seguir os padrões das edificações construídas em sua vizinhança imediata.

- *a) as construções poderão ser totalmente reformadas ou demolidas;*
- *b) os lotes vagos poderão abrigar novas construções;*
- *c) novas construções não poderão interferir visualmente no conjunto arquitetônico, seguindo os padrões de sua vizinhança imediata: laterais e frontais;*
- *d) afastamentos laterais e frontais deverão seguir o padrão do Sítio Histórico, que se modifica de acordo com a localização do imóvel;*
- *e) vãos e esquadrias deverão seguir o padrão do sítio histórico, podendo contudo se valer de materiais diferentes;*
- *f) os telhados deverão utilizar preferencialmente telhas cerâmicas;*
- *g) só será permitido como gabarito máximo, no interior do perímetro do tombamento, 2 (dois) pavimentos;*
- *h) são proibidos avanços sobre as calçadas, bem como a construção de marquises.*

Art 6° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Muqui-ES, 20 de Novembro de 2000.

Gilberto Mofate Vicente
Prefeito Municipal



C.P.H.C.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
REGISTRO N.º 02/87-CEC
Vitória, 07 de janeiro de 19

Responsável

SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

002926/91 DG

NOME: ABAIXO-ASSINADO DA COMUNIDADE DE MUQUI

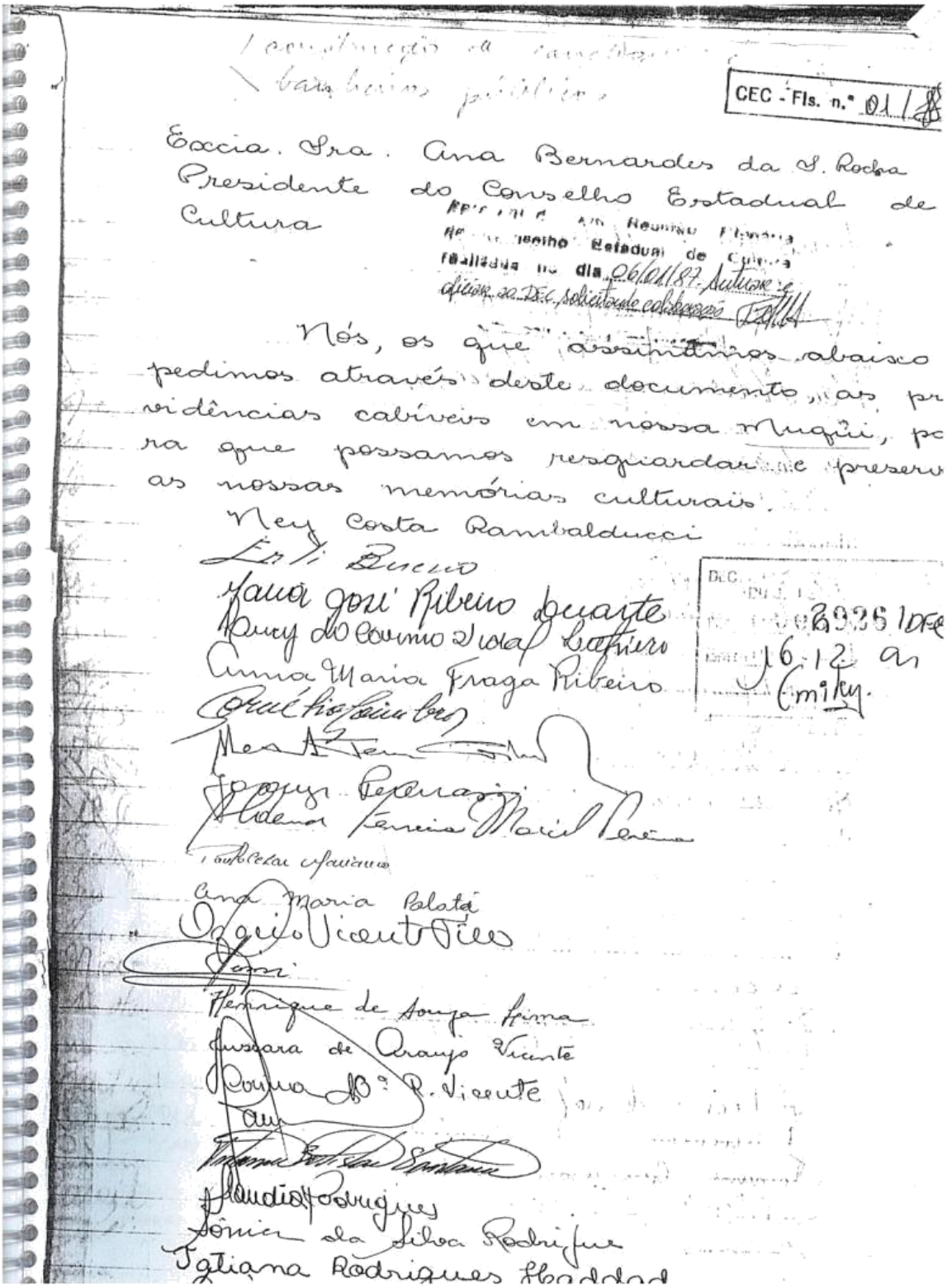
02/87-CEC

ASSUNTO: RESGUARDAR E PRESERVAR AS MEMÓRIAS CULTURAIS DE MUQUI

ANDAMENTO	DATA	Nº PROTOCOLO	ANDAMENTO	DATA	Nº PROTOCOLO
1º DG	16/12/91		18º	/ /	
2º CEC	06/1/92		19º	/ /	
3º DG	28/05/92		20º	/ /	
4º AJ	29/5/92		21º	/ /	
5º DG	01/06/92		22º	/ /	
6º CEC	3/6/92		23º	/ /	
7º	/ /		24º	/ /	
8º	/ /		25º	/ /	
9º	/ /		26º	/ /	
10º	/ /		27º	/ /	
11º	/ /		28º	/ /	
12º	/ /		29º	/ /	
13º	/ /		30º	/ /	
14º	/ /		31º	/ /	
15º	/ /		32º	/ /	
16º	/ /		33º	/ /	
17º	/ /		34º	/ /	

ANEXOS

1º	/ /	4º	
2º		5º	



Excelentíssima Senhora Ana Bernardes da S. Rocha
Presidente do Conselho Estadual de Cultura

CEC - Fls. n.º 01

Reunião Plenária
do Conselho Estadual de Cultura
realizada no dia 26/01/87. Autuse e
oficie-se. D.C. solicitando providências

Nós, os que assinamos abaixo pedimos através deste documento, as providências cabíveis em nossa Região, para que possamos resgatar e preservar as nossas memórias culturais.

Ney Costa Rambalducci
Luiz Bueno
Ana Maria Ribeiro Duarte
Mary do Carmo Rosa Cabreira
Anna Maria Fraga Ribeiro
Paulo Fonseca Lopes
Maria Helena Simões
Jorge Peixoto
Aldemar Ferreira Marcondes
Isabel Cristina Affonso
Ana Maria Polotá
Sérgio Vicente Vilas
Lessi
Henrique de Souza Lima
Luciana de Araujo Vicente
Paulo Mº P. Vicente
Ana
Maria Helena Santana
Claudio Rodrigues
Sônia da Silva Rodrigues
Tatiana Rodrigues Mendonça

DEC
Lei 8.926 10/8
16-12 as
Cmiky.

CEC - Fls. n.º 02

Valter Fraga Pontes

Janine M. Ribeiro

Albertino Mafate J. [illegible]

Antonio Grolonah

Adauto Wenceneck

Alberto Moreira Costa.

José Assad Netto

Ilustre Cadaval.

Hilton Monteiro Lobato

Wolf Argule

Paulo Belissolo de Araujo

[illegible]

Vânia Maria Pimenta Dizzos

Maria Silveira.

Ivo Duarte Cabinelo:

Gloria Dutra Lopes

Cecilia Lopes Monteiro Lobato Fraga

Iris Fernandes Pope

Michele Lopes Monteiro Lobato Galvão de São Martinho.

Nadya Dutra Lopes

Ivan Hen Lopes Monteiro Lobato Galvão de São Leandro

Mônica Lopes Monteiro Lobato Fraga

Beatriz Figueiredo Salles.

Cyro Meireles

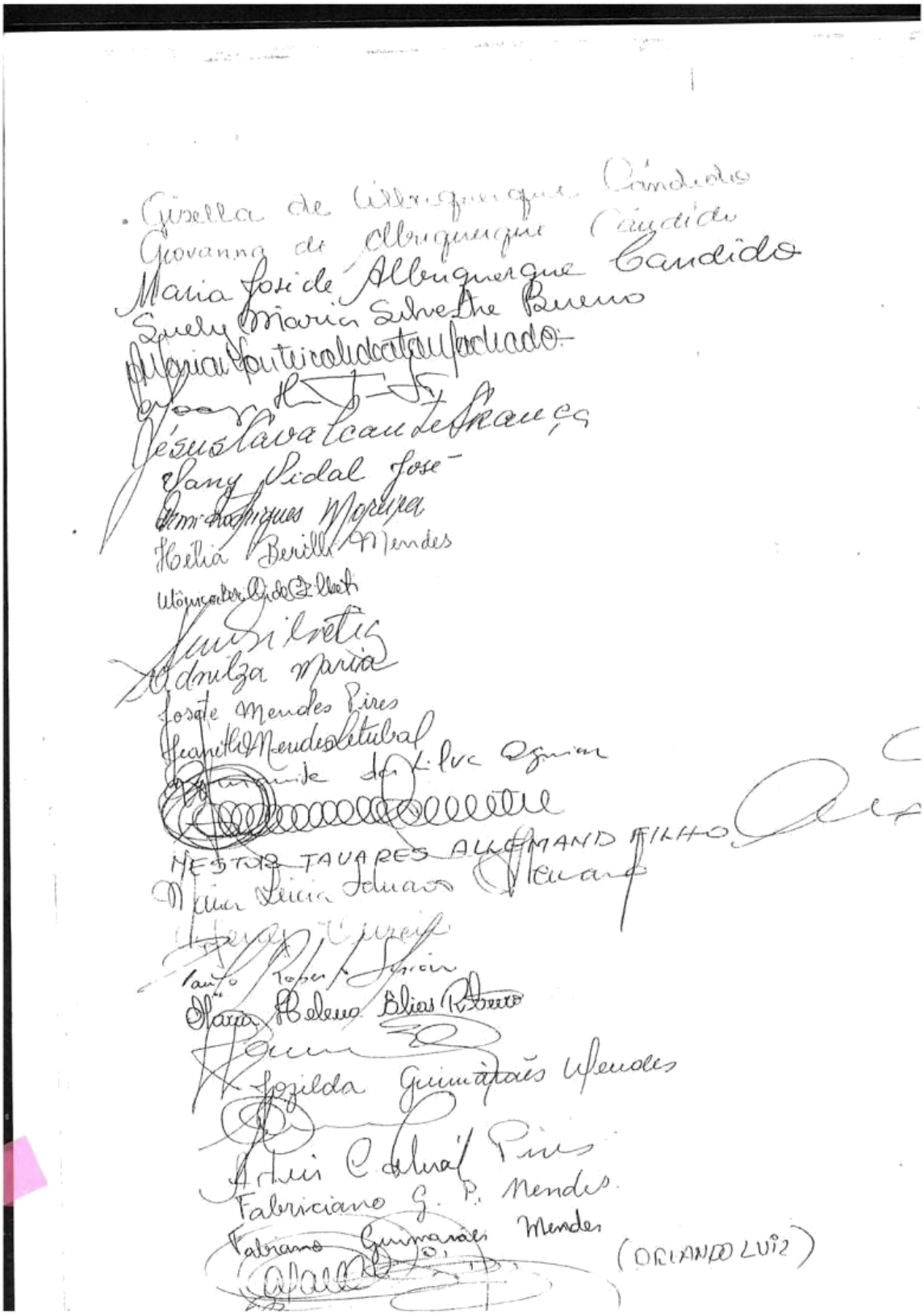
Emma Licia

Trajano e da Silva. Couto

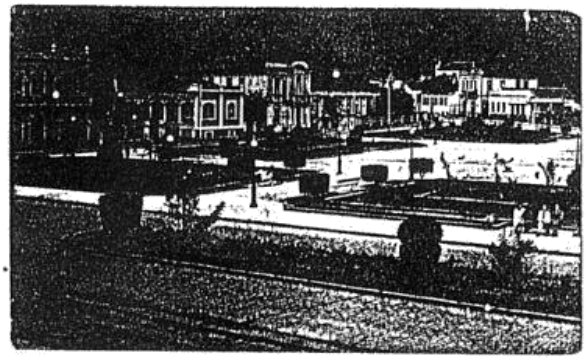
Ivan Fiães de Oliveira

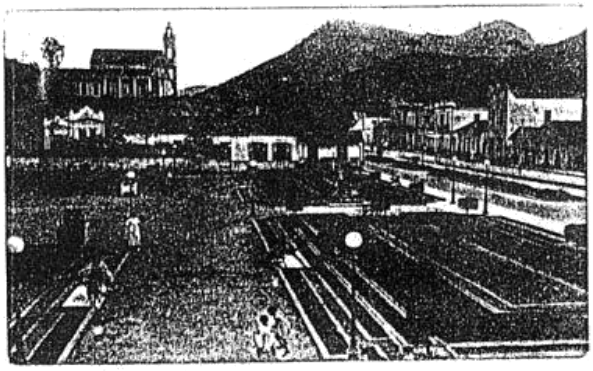
Maria Aparecida Galvão

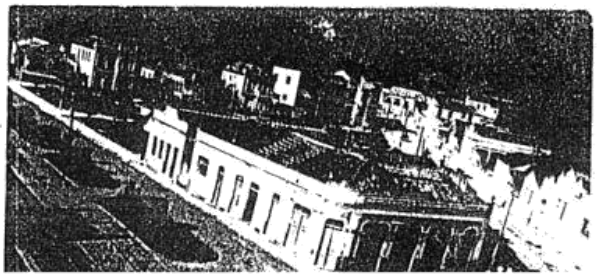
Maria Madalena Pontes Coelho



CEC - Fls. n.º 03 | 88 |







Sr. Presidente do CEC. 11/11

Atendendo à determinação de V. Sa. constante às fls. 09, informo que estive na cidade de Muqui, onde nos dias 16. 17 de Janeiro, proferi palestras na Câmara Municipal. No dia 16, basicamente para o Sr. Prefeito Municipal e Vereadores e no dia 17 para membros das Communidades do Município.

Em anexo, cópias das folhas de presenças, do Relatório de Viagem, com 61 imóveis cadastrados e identificados no MAPA DA CIDADE, bem como de uma reinvindicação da Communidade em torno da preservação do prédio da ESCOLA de Música "Manoel Vicente de Castro"

Segue amplo parecer, conforme solicitado no processo às fls. 09.

Em 18 de Janeiro de 1990

Flério José Borges de Sant'Anna
Conselheiro Titular
Área de Literatura
Secretário do CEC.

PRIMEIRA REUNIÃO

12

CÂMARA MUNICIPAL DE MUQUI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Presenças à Reunião do dia 16-1-9[illegible]
Do Conselheiro Clero José Borges.

Secretário S. J.

Harriari

Felício Mendes Fundão

Elias Pinto Coelho

Antônio Moreira Coelho

Olympio Gomes de Souza

Luiz Candido de Souza

Antonio Helio Amorim

Antonio Martins

Humberto Domingos Neves

Antonio Estevam de Souza

13

RELATÓRIO DA VISITA DO CONSELHEIRO CLÉRIO JOSÉ BORGES DE SANT'ANNA. MUQUI - ES

Dias: 16 e 17 de Janeiro de 1990 -

RELATÓRIO

O conselheiro Clério José Borges de Sant'Anna compareceu a cidade de Muqui - ES, afim de instruir Processo em tramitação no Conselho, de nº 02/87, por determinação do Presidente do CEC, em despacho constante do processo.

A saída de Vitória em ônibus da Viação Itapemirim, foi no dia 16 de Janeiro, por volta de 15h30m, com chegada em MUQUI, no horário de 19 horas, ocasião em que procedemos a um primeiro contato com o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Muqui, Gilberto Vicente, o qual nos levou até o recinto da Câmara Municipal, onde havia uma reunião. Na Câmara procedemos a uma palestra para 18 pessoas, entre as quais o Sr. Prefeito, Presidente da Câmara, Vereadores e povo em geral. Foram abordados diversos aspectos entre os quais a atuação do Conselho Estadual de Cultura, necessidade da criação de um Conselho Municipal de Cultura e Preservação dos bens culturais de Muqui. A reunião encerrou-se por volta das 22 horas.

No dia 17 pela manhã, acompanhados do funcionário da Prefeitura, Sr. ROBERTO FERNANDES CASTRO, visitamos 61 imóveis de valor histórico e cultural de Muqui. Esta atividade nos tomou todo o dia pela manhã e à tarde. Nas visitas e nas reuniões efetivadas foi constatado o seguinte:

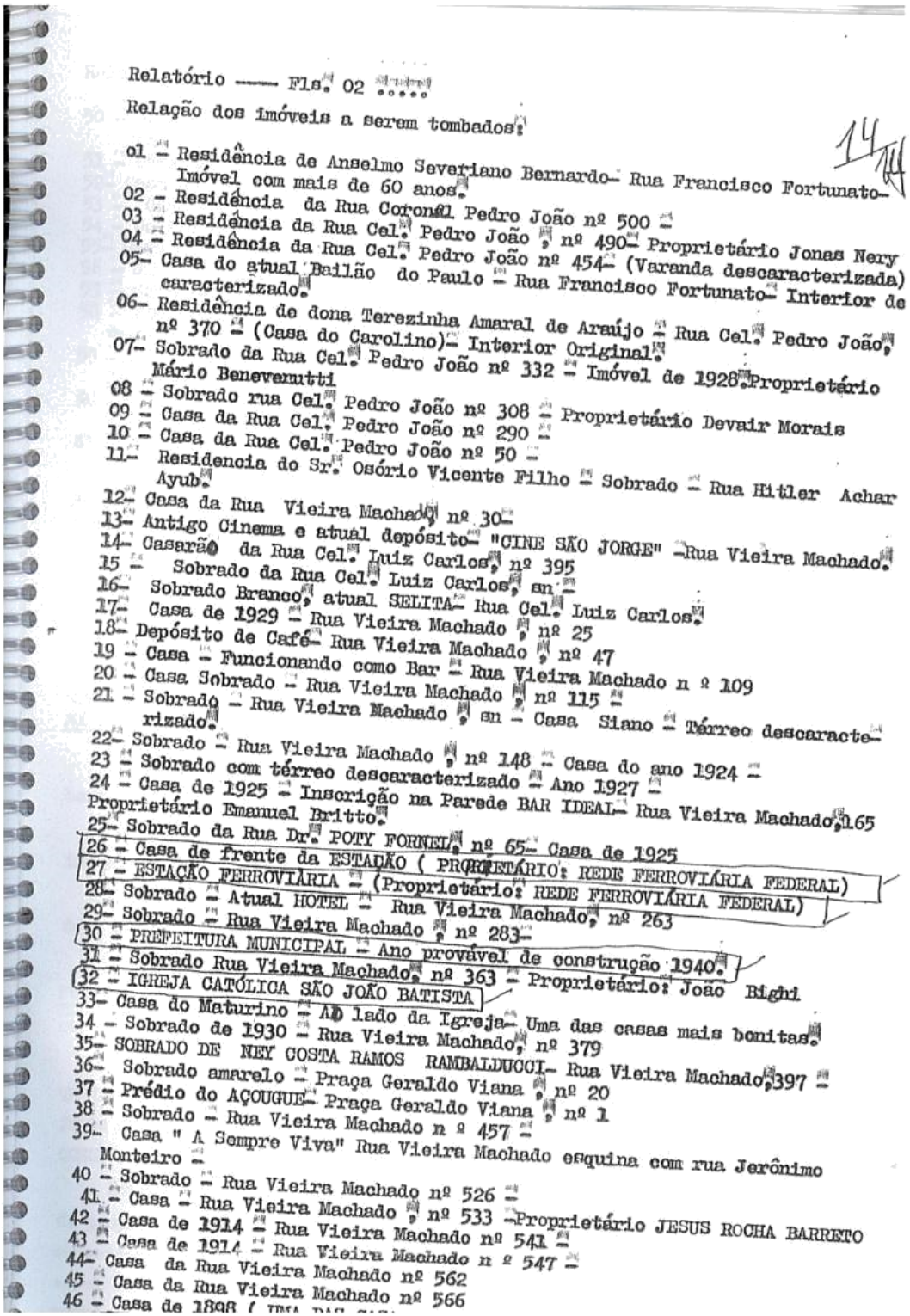
1- A COMUNIDADE E A PREFEITURA DESEJAM A PRESERVAÇÃO DOS IMÓVEIS CULTURAIS DA CIDADE.

2- A CIDADE POSSUI INÚMERAS CASAS DE IMPORTÂNCIA HISTÓRICA E CULTURAL. Precisam ser preservadas de forma urgente.

URGE UM MEMORIAL DESCRITIVO DE TODOS OS IMÓVEIS, levantamento este que pelo que se sabe já existe feito pela ARQUITETA PENHA.

Na VISITA AS PRINCIPAIS CASAS, foi verificado que muitos imóveis estão DESCARACTERIZADOS. Alguns foram totalmente modificados por dentro, só tendo a fachada principal em forma original. Na observação feita, foram considerados de importância os seguintes imóveis:

Imóveis numerados e identificados na PLANTA DA CIDADE que segue em anexo:



Relatório ——— Fls. 02

Relação dos imóveis a serem tombados:

14

01 – Residência de Anselmo Severiano Bernardo – Rua Francisco Fortunato – Imóvel com mais de 60 anos.
02 – Residência da Rua Coronel Pedro João nº 500 –
03 – Residência da Rua Cel. Pedro João, nº 490 – Proprietário Jonas Nery
04 – Residência da Rua Cel. Pedro João nº 454 – (Varanda descaracterizada)
05 – Casa do atual Bailão do Paulo – Rua Francisco Fortunato – Interior de caracterizado.
06 – Residência de dona Terezinha Amaral de Araújo – Rua Cel. Pedro João, nº 370 – (Casa do Carolino) – Interior Original.
07 – Sobrado da Rua Cel. Pedro João nº 332 – Imóvel de 1928. Proprietário Mário Benevenutti
08 – Sobrado rua Cel. Pedro João nº 308 – Proprietário Devair Morais
09 – Casa da Rua Cel. Pedro João nº 290 –
10 – Casa da Rua Cel. Pedro João nº 50 –
11 – Residencia do Sr. Osório Vicente Filho – Sobrado – Rua Hitler Achar Ayub.
12 – Casa da Rua Vieira Machado, nº 30 –
13 – Antigo Cinema e atual depósito – "CINE SÃO JORGE" – Rua Vieira Machado.
14 – Casarão da Rua Cel. Luiz Carlos, nº 395
15 – Sobrado da Rua Cel. Luiz Carlos, sn –
16 – Sobrado Branco, atual SELITA – Rua Cel. Luiz Carlos.
17 – Casa de 1929 – Rua Vieira Machado, nº 25
18 – Depósito de Café – Rua Vieira Machado, nº 47
19 – Casa – Funcionando como Bar – Rua Vieira Machado n º 109
20 – Casa Sobrado – Rua Vieira Machado, nº 115 –
21 – Sobrado – Rua Vieira Machado, sn – Casa Siano – Térreo descaracterizado.
22 – Sobrado – Rua Vieira Machado, nº 148 – Casa do ano 1924 –
23 – Sobrado com térreo descaracterizado – Ano 1927 –
24 – Casa de 1925 – Inscrição na Parede BAR IDEAL – Rua Vieira Machado, 165 Proprietário Emanuel Britto.
25 – Sobrado da Rua Dr. POTY FORNEL, nº 65 – Casa de 1925
26 – Casa de frente da ESTAÇÃO (PROPRIETÁRIO: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL)
27 – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA – (Proprietário: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL)
28 – Sobrado – Atual HOTEL – Rua Vieira Machado, nº 263
29 – Sobrado – Rua Vieira Machado, nº 283 –
30 – PREFEITURA MUNICIPAL – Ano provável de construção 1940.
31 – Sobrado Rua Vieira Machado, nº 363 – Proprietário: João Righi
32 – IGREJA CATÓLICA SÃO JOÃO BATISTA
33 – Casa do Maturino – Ao lado da Igreja – Uma das casas mais bonitas.
34 – Sobrado de 1930 – Rua Vieira Machado, nº 379
35 – SOBRADO DE NEY COSTA RAMOS RAMBALDUCCI – Rua Vieira Machado, 397 –
36 – Sobrado amarelo – Praça Geraldo Viana, nº 20
37 – Prédio do AÇOUGUE – Praça Geraldo Viana, nº 1
38 – Sobrado – Rua Vieira Machado n º 457 –
39 – Casa " A Sempre Viva" Rua Vieira Machado esquina com rua Jerônimo Monteiro –
40 – Sobrado – Rua Vieira Machado nº 526 –
41 – Casa – Rua Vieira Machado, nº 533 – Proprietário JESUS ROCHA BARRETO
42 – Casa de 1914 – Rua Vieira Machado nº 541 –
43 – Casa de 1914 – Rua Vieira Machado n º 547 –
44 – Casa da Rua Vieira Machado nº 562
45 – Casa da Rua Vieira Machado nº 566
46 – Casa de 1898 (UMA PAR

Relatório ———— Fls. 03 .....

50 - Casa de 1927 - Inscrição na Frente "DPF" - Rua Vieira Machado - Inscrição na parede nº 42-
51 - Casa da Rua Vieira Machado nº 709
52- Casa da Rua Vieira Machado nº 717 -
53 - Casa de 1926, localizada na Rua Getúlio Vargas nº 2 -
54 - Casa SOBRADO de 1925 - "VILLA VIANNA" - Avenida Getúlio Vargas, 82
55- Casa da avenida Getúlio Vargas, nº 83 -
56 - SOBRADO BRANCO, sem número, ao lado do nº 118 - Av. Getulio Vargas.
57 - Sobrado da Avenida Getúlio Vargas, nº 202
58 - IGREJA BATISTA - Data da Construção na frente do imóvel 1939 - Avenida Getúlio Vargas, sn -
59 - Casa- Av. Avides Fraga, nº 205 - Proprietário : Nicanor de Almeida Mallo -
60 - Casa da Avenida Avides Fraga nº 189- Proprietário : Herdeiros de Mauro da Silva.
61 - Residencia de José Perez Rodrigues, Na rua Assunta Tâmara - Rodovia Muqui - Mimoso. - Imóvel com mais de 60 anos.

Há na cidade outros imóveis antigos dignos de tombamento. O importante contudo é que nos imóveis acima nenhum dos proprietários com quem tivemos contato se colocou contra o TOMBAMENTO COM BEM HISTÓRICO CULTURAL. Todos foram a favor.
Após a visita às 61 residencias acima, proferimos no dia 17 de Janeiro, às 19h30m, uma PALESTRA aberta a toda a comunidade de MUQUI, divulgada antes pelo Serviço de "Alto Falantes", com a presença da COMUNIDADE e pessoas convidadas especiais. A palestra foi proferida na Câmara Municipal de Muqui em reunião presidida pelo Presidente da Câmara, Carlos Rubens Monteiro. A palestra foi iniciada às 19h30m, terminando por volta de 22,00 horas.
NA VISITA DESTACAMOS O SEGUINTE:

1- O Sr. Prefeito Municipal tem o máximo interêsse em preservar os bens e imóveis históricos do Município.

2- A população em sua maioria é conscientizada e quer a preservação dos imóveis de importância histórica-Cultural.

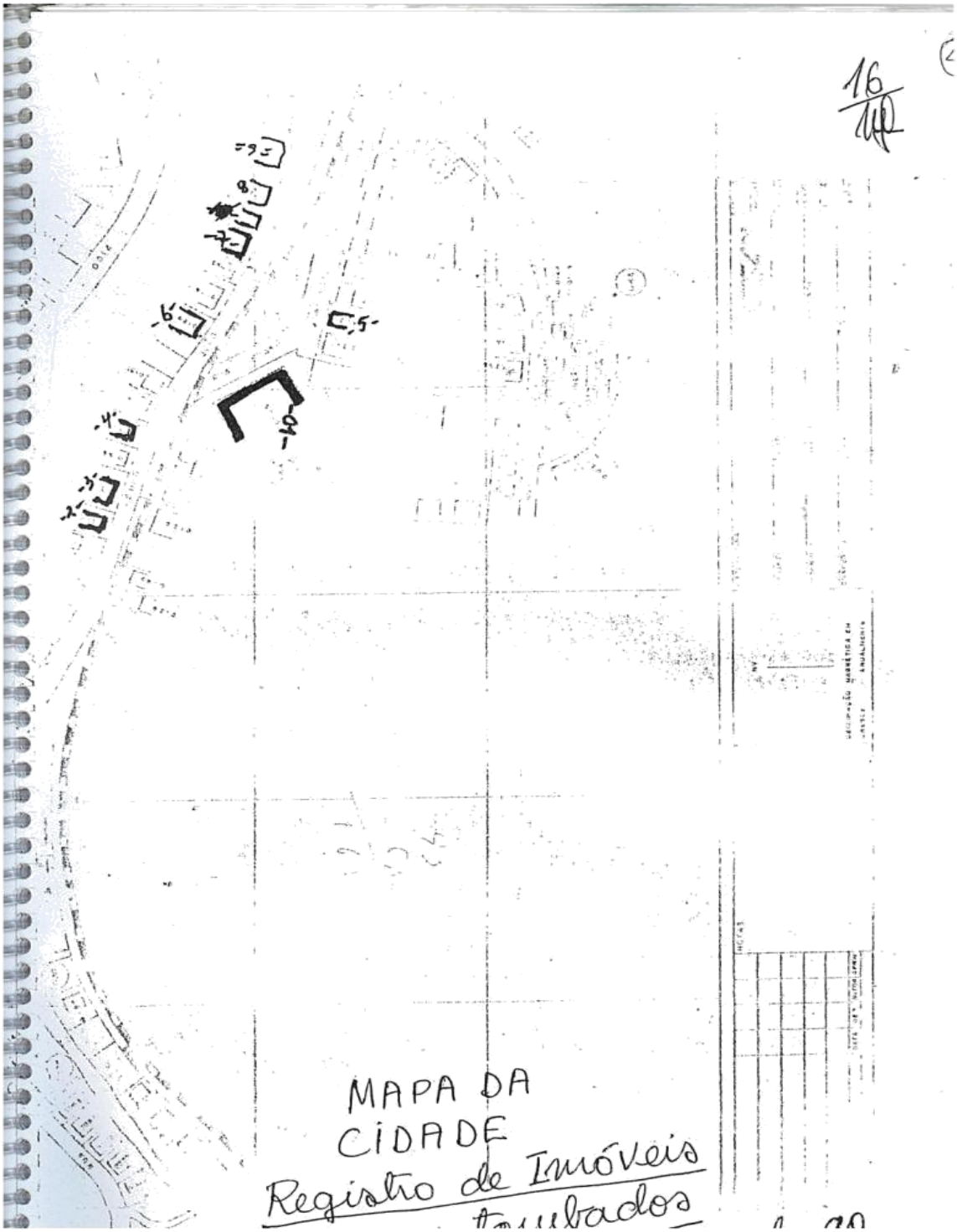
3- O Prefeito Municipal possue interêsse e pede ajuda ao Conselho Estadual de Cultura para os seguintes itens:

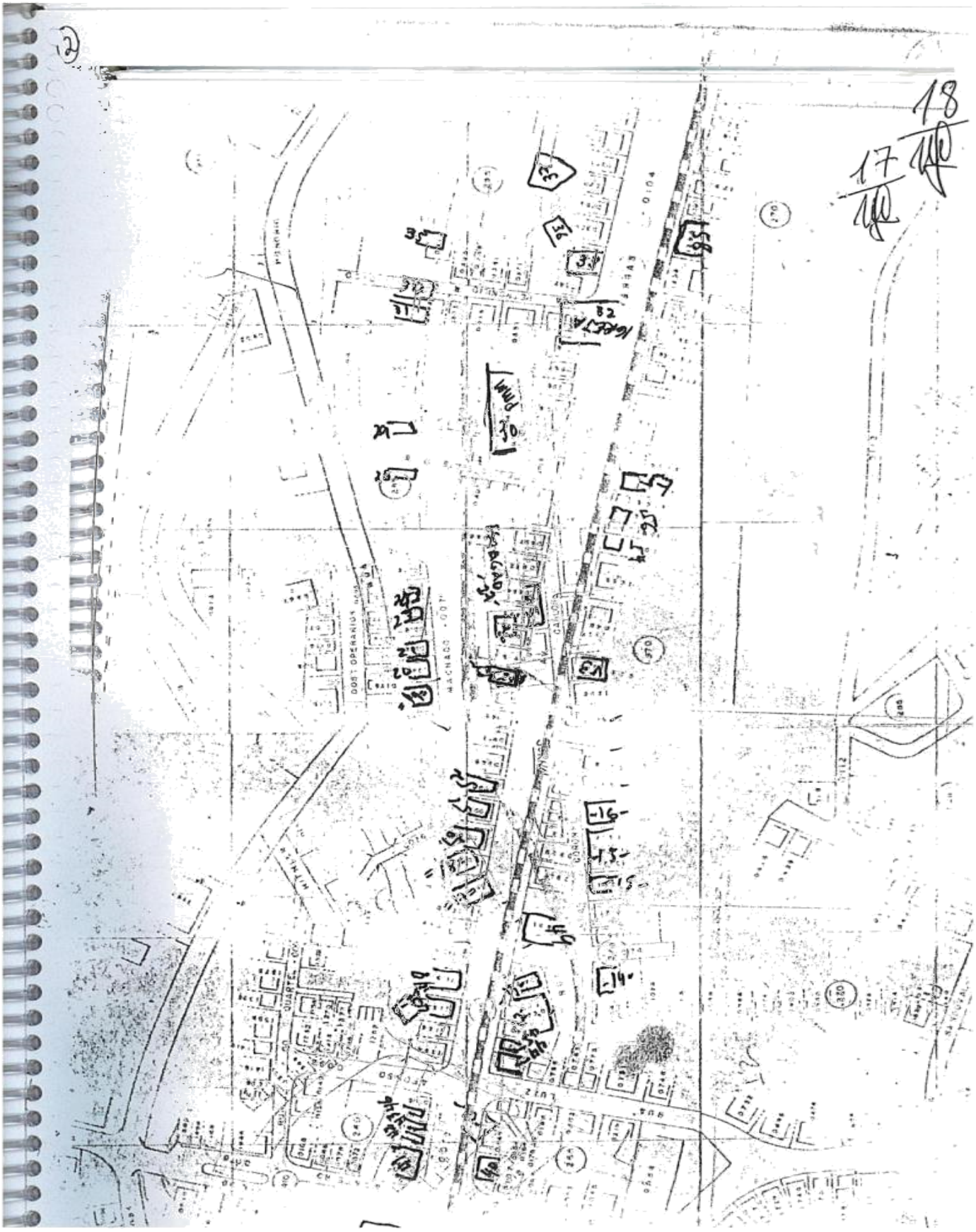
3.1- Transformação da Estação Ferroviária, da Rede Ferroviária Federal em CASA DA CULTURA, com biblioteca, mini-teatro e espaço para galeria de Artes para mostra de Artistas Plásticos do Estado.

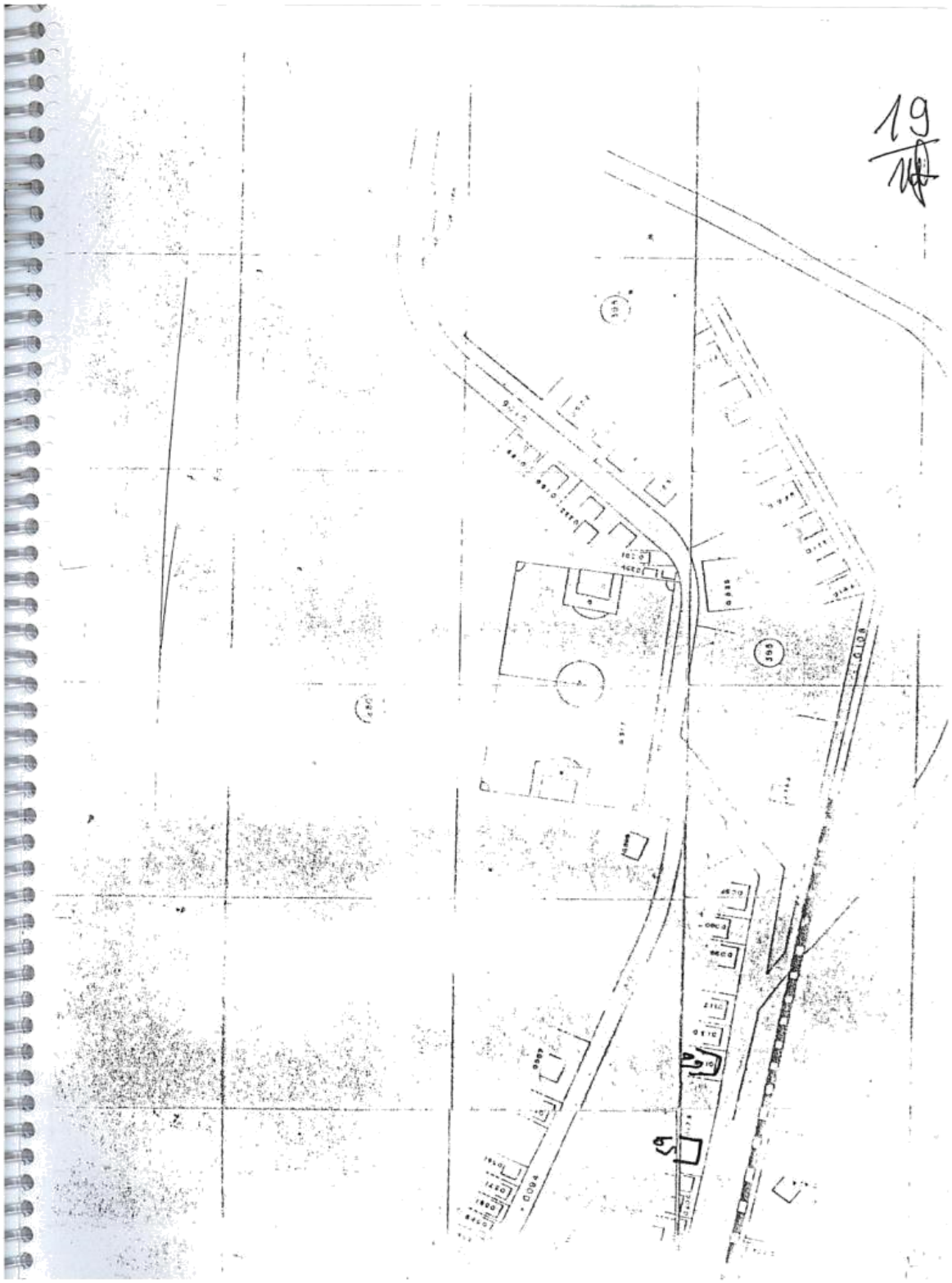
3.2- Transformar uma MATA de aproximadamente 2.000 (Dois mil) metros quadrados em RESERVA FLORESTAL. A Mata situa-se no bairro São Pedro, situada junto a rua Honório Fraga, Muqui.

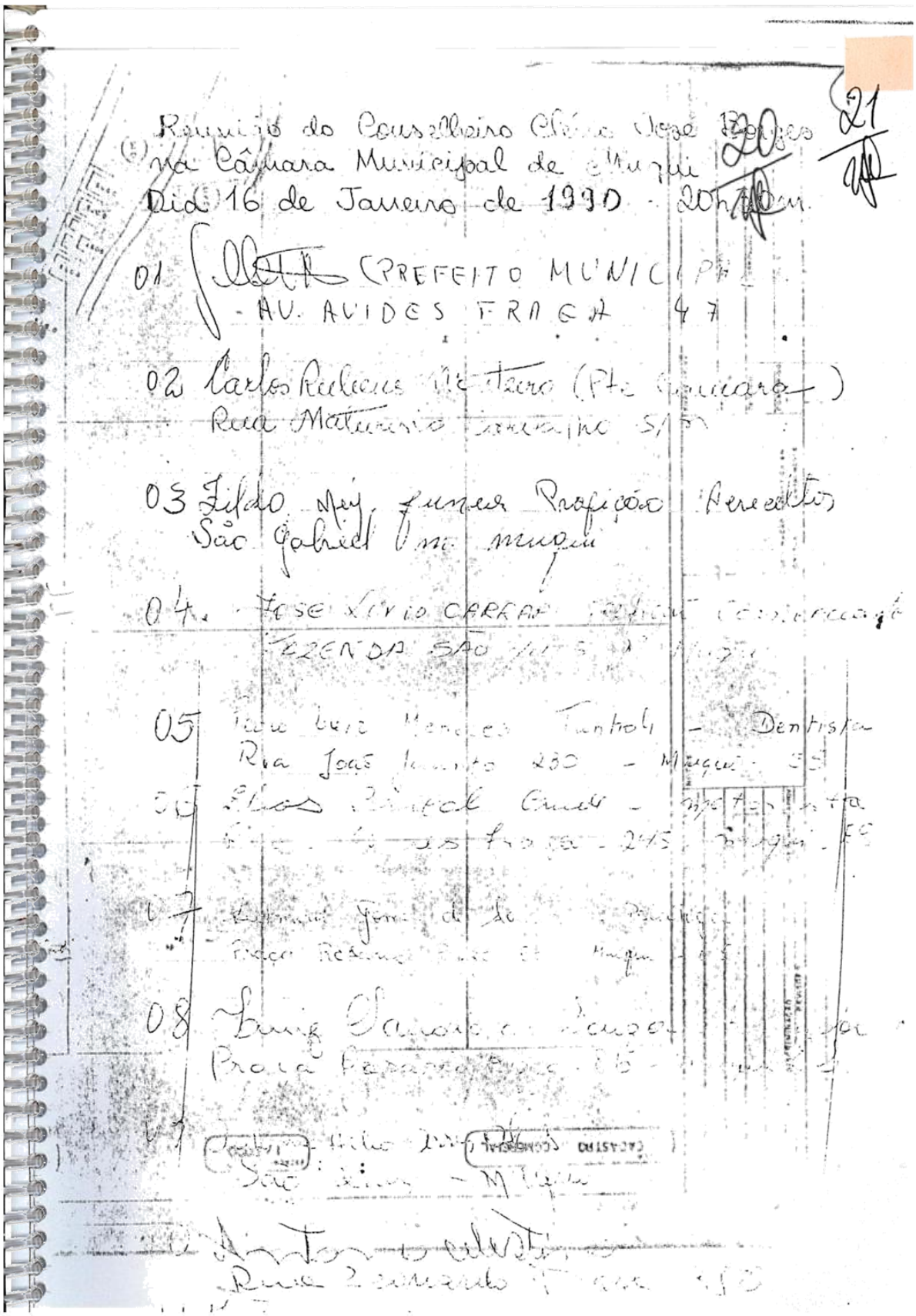
CONCLUSÃO

Estivemos no dia 17 visitando as instalações do Jornal O MUNICÍPIO, de propriedade do Dr. Dirceu Cardoso e queremos agradecer todas as atenções recebidas. Queremos agradecer também ao APOIO INESTIMÁVEL da Prefeitura Muni


16
MAPA DA
CIDADE
Registro de Imóveis
tombados


18
17
MACHADO
QUARTEL


19



Reunião do Conselheiro Clóvis José Borges na Câmara Municipal de Mangueirinha Dia 16 de Janeiro de 1990 - 20h

21

01 [illegible] (PREFEITO MUNICIPAL) - AV. AVIDES FRAGA 47

02 Carlos Roberto Ferreira (Pte Câmara) Rua Matarazzo [illegible] S/N

03 Zildo Mej. Funer Profissão Aposentado São Gabriel [illegible]

04. José Silvio CARRAR [illegible] FAZENDA SÃO [illegible]

05 [illegible] Dentista Rua João [illegible] 280 - Mangueirinha

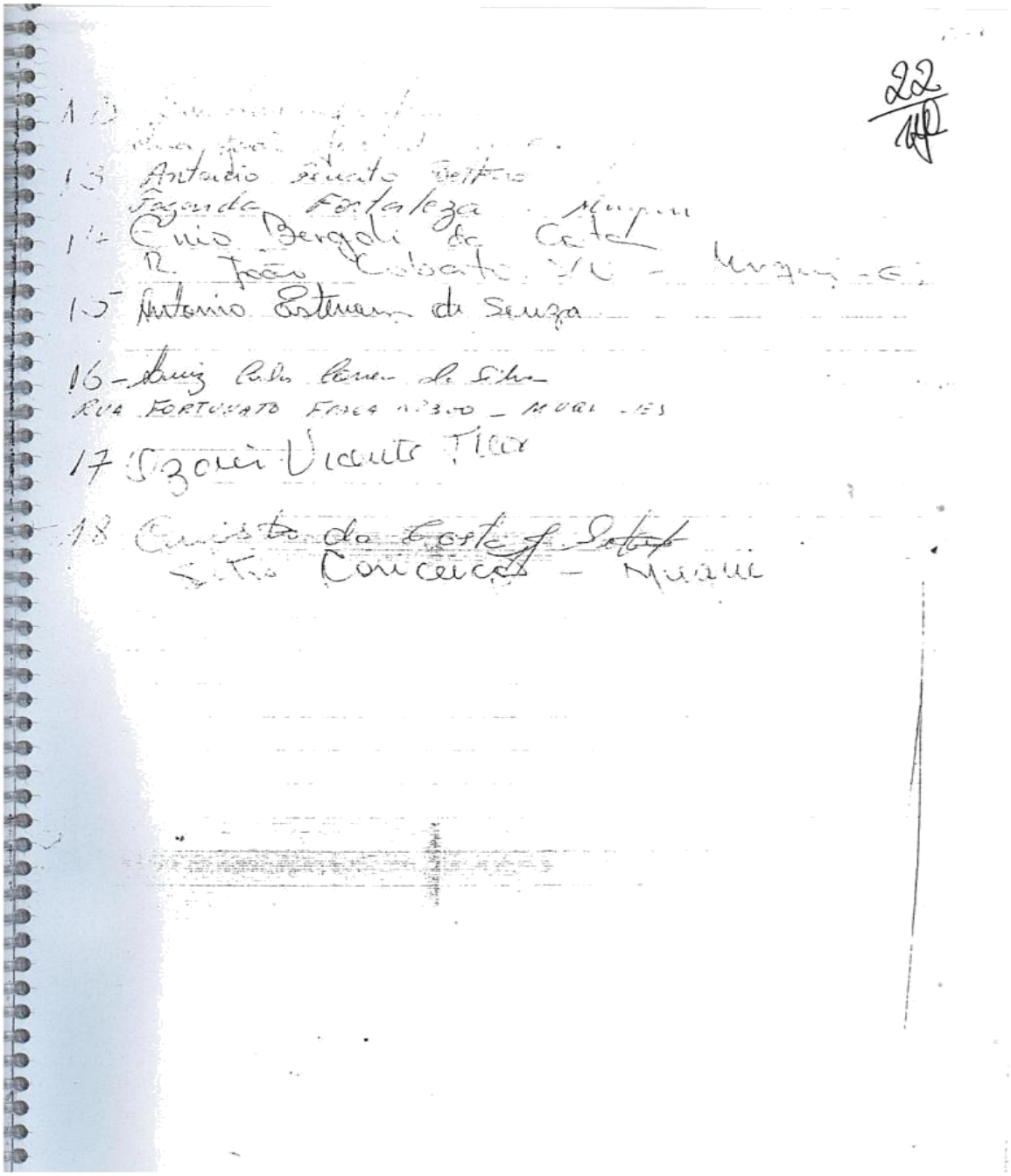
06 [illegible] Rua [illegible] 245 - Mangueirinha

07 [illegible]

08 [illegible]

09 [illegible] São [illegible] - Mangueirinha

10 [illegible]



22

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: temática
Entrevistador (es): Lorraine Oliveira Nunez
Levantamento de dados: Lorraine Oliveira Nunez
Pesquisa e elaboração do roteiro: Diva Maria Freire Figueiredo, Lorraine Oliveira Nunez, Rafael Winter Ribeiro.
Sumário: Diva Maria Freire Figueiredo, Lorraine Oliveira Nunez, Rafael Winter Ribeiro.
Técnico de gravação: Lorraine Oliveira Nunez
Local: Muqui - ES - Brasil
Data: 26 de Junho de 2014
Entrevistado: Clério José Borges Sant' Anna

Entrevista realizada no contexto da pesquisa para o Mestrado Profissionalizante em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, desenvolvido entre 2012 a 2014, pela aluna Lorraine Oliveira Nunez na unidade de Vitória/ES. A pesquisa tem a cidade de Muqui, localizada ao sul do Espírito Santo, como seu principal objeto de estudo, cujo trabalho busca estudar as interfaces do patrimônio cultural brasileiro.
A escolha do entrevistado se justificou por ele ter ocupado um lugar de destaque no processo de preservação do sítio histórico de Muqui. Clério José Borges Sant'Anna atuou como Conselheiro do CEC e conforme relatórios enviados para o então presidente do CEC Marien Calixto teria proferido as primeiras palestras e reuniões com a comunidade muquiense a respeito do Tombamento do conjunto urbano e arquitetônico de Muqui. Teria trago de uma dessas visitas o cadastro de 61 imóveis a serem Tombados, além de outras solicitações como o pedido de Tombamento do prédio da Escola de Música Manoel Vicente Castro e o pedido de preservação de uma área verde.

Temas: Conselheiro do Conselho Estadual de Cultura, Tombamento de Muqui, reuniões com os moradores de Muqui, o que é cultura, o que é patrimônio cultural.

Lorraine - Clério, como projeto de Mestrado do Iphan estou realizando uma pesquisa sobre o processo de Tombamento de Muqui e queríamos conseguir escrever essa trajetória, refazer essa história. O senhor teve um papel fundamental nesse processo: foi pelo que consta nos autos do processo, o primeiro Conselheiro do CEC a se reunir com a comunidade de Muqui em função do pedido de preservação das memórias culturais de Muqui. Gostaria que o senhor pudesse começar a entrevista relatando como você chegou ao cargo de Conselheiro do CEC.

L- O senhor poderia falar quais eram as demandas do Conselho naquela época? Além do Tombamento de Muqui, havia outros no mesmo caminho?

L- Como era o procedimento até chegar ao efetivo Tombamento? O pedido de Tombamento chegava ao Conselho e depois?

L- Quando o senhor leu o processo de Muqui estava claro que se tratava do pedido de Tombamento do casario eclético?

L- Você esteve na cidade proferindo reuniões com o prefeito, vereadores e outros membros da comunidade. Como foi feito o convite para que a população de Muqui participasse dessas reuniões?

L- Ney Rambalducci, historiadora local, foi a responsável por encabeçar o abaixo-assinado em 1987 pedindo a preservação das memórias culturais da cidade. O senhor chegou o encontrá-la?

L- Era interesse do Conselho de Cultura Tombar Muqui? Por quê?

L- O sítio histórico de Muqui acabou sendo Tombado pelo Estado somente em 2012. O senhor ficou satisfeito com o resultado? Era isso o que vocês propunham em 1990? Fariam alguma coisa diferente?

L- Existe um grande interesse do Iphan no Tombamento de Muqui. Você acha que o Tombamento ainda é uma medida de preservação e valorização das memórias culturais de Muqui?

L- Perguntar se ele conheceu a arquiteta Penha Maria.

L- Qual foi o período da sua gestão?

Pois não, o Conselho Municipal de Cultura né? Então nós temos o seguinte, é, o Governo do Estado em 1989, o Governador Marcos Mauro deu uma mudança, fez uma mudança na estrutura do Conselho Estadual de Cultura. Antes, o Conselho Estadual de Cultura era composto de figuras da literatura, do campo das artes né, então eram aqueles chamados “medalhões”, os medalhões que eram convidados pra fazer parte do Conselho Estadual de Cultura. O Governo Max Mauro, ele mudou a estrutura do Conselho Estadual de Cultura fazendo com que as entidades culturais é que se reuniam, indicavam os conselheiros, indicavam as pessoas que iriam representar os seguimentos das entidades culturais do nosso Estado. Então, por exemplo,

os artistas plásticos através das suas associações, através dos seus movimentos se reuniam e indicavam um conselheiro titular e outro suplente. A literatura reuniu a academia de letras, o clube de trovadores capixaba e outras entidades devida regulamentadas" como define Borges legalizadas e com isso eram indicados as pessoas para comporem o Conselho Estadual de Cultura. Essa prática não era usada antes do Governo Max Mauro, certo? O Governo Max Mauro democratizou a cultura dessa forma, propiciando oportunidade de que as entidades indicassem os seus representantes. Muito bem. As entidades se reuniam, eram escolhidos três nomes. E o governador fazia desses três nomes, fazia a opção pela escolha do conselheiro titular, o conselheiro suplente e o conselheiro colaborador. Então, cabia ao governador a escolha dos três nomes. Isso aconteceu então na implantação do novo Conselho Estadual de Cultura em 1989 e essa forma foi concretizada. Eu me recordo que nós nos reuníamos o Clube dos Trovadores Capixabas, a Academia de Letras "Academia Espírito Santense de Letras" e aí os nomes foram tirados, os nomes foram: o meu nome, o nome de Luiz Busato e o nome de um escritor se eu não me engando (pausa para pensar) não, não me lembro. É, não me recordo agora, eu sei que o Luiz Busato era o representante da academia de letras, eu Clério Borges representante do Clube dos Trovadores Capixaba. Os nomes foram mandados pro Governador e o Governador de livre arbítrio, de livre vontade as pessoas que iam compor o Conselho e nós tivemos a sorte de sermos escolhidos conselheiros titular, começamos a atuar né? Na eleição da primeira reunião do Conselho Estadual de Cultura foi eleito então o Presidente MarienCalixte e depois ao cargo de dois anos e depois em 1990 foi eleito novamente MarienCalixte como presidente eu figurei como vice presidente do Conselho e fui eleito também pelos meus pares vice presidente estadual de cultura .

Lorraine: Você ficou quanto tempo no cargo?

Clério aos 07 minutos e 39 segundos: Aqui tá no diploma, no diploma aqui nos mostra ó: 4 de Janeiro de 1989 a 18 de Fevereiro de 1993 como Conselheiro Titular , depois eu tive participação como conselheiro suplente e ainda como colaborador até o ano 2000, depois aí eu quis participar de outros campos na área cultural. Dessa forma que eu cheguei a Conselheiro do Conselho Estadual de Cultura, graças a democratização que fez com que as entidades devidamente legalizadas , daquelas registradas em cartórios tivessem assento ao Conselho e aí o Clube dos Trovadores Capixabas que foi fundada em 1980 , 1º de Julho de 1980 que é uma entidade de divulgação da poesia, principalmente, da trova, a trova que é uma composição poética de quatro versos com rima e sentido completo, né, a trova é uma obra de arte, literatura né, então aqui na porta da minha casa eu tenho uma trova no portão de entrada aqui de casa que diz : " Nessa casa tão singela onde mora um trovador é a mulher que manda nela porém nos

dois mandam o amor" então vocês observam que a trova tem quatro versos né , tem rima e sentido completo. Então o clube de trovadores capixaba teve a oportunidade de participar do Conselho Estadual de Cultura e com isso noisnois então participamos do Conselho.

Lorraine aos 9 minutos e 17 segundos: Senhor Clério, tinha outras demandas iguais a do Tombamento de Muqui? Existiam outros sítios históricos que também queriam o Tombamento?

Clério: Sim ,pois não , é , o processo em 1989, então quando agente começou as atividades e tal foi identificado que existiam vários processos parados, vários processos parados lá no Conselho. O consenso é que precisavam de ter movimento né? (conversa com o cinegrafista) Então existiam vários processos parados no Conselho Estadual de Cultura né, e aí o que que aconteceu, nós tivemos iniciativa dos conselheiros foi proposto né que se, foi proposto então que se procurassem dar uma estruturação, que agilizassem esses processos , que esses processos não ficassem parados , agente começava a analisar todos os processos e tudo mais, então eu me recordo bem, que existia uma proposta, que chegou no Conselho até pelo ativista cultural produtor Aurélio Carlos Marques de Moura (pausa para trocar a bateria)

Aos 12 minutos e 33 segundos, continuando: Quando agente assumiu as atividades culturais através dos seus representantes, assumiu o Conselho Estadual de Cultura, nós verificamos que existiam inúmeros processos parados, então o que que foi feito? Foi feito um mutirão, se pegou de cem , mais de cem processos que existiam, se dividiu, cada conselheiro titular ficou com um parte dos processos, então, por exemplo, destinava cinco processo pra um, cinco processo pra outro e assim por diante, né? Os Conselheiros eram mais ou menos em oito, de sete a dez mais ou menos representando vários seguimentos, literatura, musica, folclore, artesanato e assim por diante e eu como representante da literatura fiquei com a minha cota de processo pra analisar e emitir parecer. Quando eu recebi os processos verifiquei que existia o processo de Muqui, tava lá existiam outros processos também , um outro processo que eu recebi também foi a restauração da Igreja Centenária Jesuítica do São João Batista de Carapina. A Igreja estava em ruínas e haviam um pedido derestauração daquele imóvel , então o que que eu fiz? Reuni com a comunidade de Carapina , com os representantes do Município da Serra e nós iniciamos um processo para restauração da Igreja. Essa Igreja foi restaurada depois e por volta de 1983 com apoio das industrias aqui da Serra ne, muito bem, esse foi um processo, outro processo que existia era justamente o processo de Muqui, além disso existiam um outro pedido também de Tombamento das ruinas da Igreja do Queimado, de São José do Queimado e aí o pedido era do Conselheiro , do ativista cultural produtor cultural Aurelio Carlos de Moura que durante muitos anos foi presidente do Conselho Municipal de Cultura da Serra e o Aurelio fez o pedido e nos nos reunimos com o Aurelio e dissemos pra ele : - ó, tem que ter um memorial descritivo,

tem que ter um memorial descritivo pra que a obra possa ser, pra que seja iniciada o processo de Tombamento , aí nós orientamos ele e foi feito isso e Queimado foi Tombado também. Muqui, nós percebemos que havia um pedido, uma solicitação, mais não havia memorial descritivo, não havia fotos, nem nada. Que que nós fizemos? Nós propomos ao Presidente do Conselho MarienCalixte e aos demais conselheiros que Muqui necessitava de uma visita pessoal e eu me coloquei a disposição de ir ate Muqui pra fazer o levantamento aí eu me reuni , agente programou a ida até Muqui, liguei pra Câmara, avisei que – óh, nós estamos indo ai que íamos iniciar todo esse processo para o Tombamento, futuro Tombamento dos prédios conforme pedido que estava nos autos. E aí a gente foi até Muqui. Você tem outra pergunta aí?
Lorraine, aos 16 minutos e 16 segundos: Senhor Clério, você sabe me dizer por que ficou parado esses processos?
Clério: Os processos estavam parados porque justamente é como eu disse, o conselho estadual de cultura antes era um conselho formado por medalhões e o trabalho no conselho estadual de cultura sempre foi um trabalho voluntário e as pessoas não tinham muita preocupação, não são como a gente que milita na área, as vezes a pessoa era um escritor famoso e foi convidado pra ir no Conselho e ia lá e participava das reuniões e depois ia pra casa tranquilo, então não tinha aquele comprometimento cultural. Nós não. Nós os ativistas culturais a gente ingressou no Conselho pra trabalhar, pra movimentar a cultura, então essa foi a visão, então nós pegamos o processo que estavam parados até por questão de comodismo, as pessoas não não queriam até dinheiro do bolso pra fazer uma viagem pra ir se reunir com as pessoas e aí a gente se dispôs a isso, porque nós ali no conselho estávamos como representante das entidades e pra trabalhar, pra desenvolver um trabalho cultural e ai eu percebi que tinha esse processo, esse processo de Muqui e que precisava de ter um memorial descritivo , então eu resolvi eu pessoalmente ir e propus ao Conselho: - oh , eu me coloco a disposição pra ir lá. Então o conselho autorizou, MarienCalixte autorizou como presidente do Conselho a ida lá e a gente foi, e passamos o dia lá com a movimentação, conversando com as pessoas e tudo mais.
Lorraine aos 18 minutos e 09 segundos: Senhor Clério, como era o procedimento na época para chegar até o Tombamento? Já existia outros Tombamentos no Estado do Es?
Clério: Sim, sim, sim, os bens Tombados, os sítios históricos, no Estado já existia, existia ate na época um livro sobre os Tombamentos, os Tombamentos do Estado do ES, os bens Tombados do Estado do ES. O próprio Conselho de Cultura por volta de 19..antes dessa gestão nova e democrática já tinha feito um livro, uma publicação com os bens Tombados, os bens culturais Tombados do Estado do ES, então existia uma relação muito grande de bens Tombados. A Catedral Metropolitana,a própria Igreja de São João Batista de Carapina era um

bem Tombado, depois ela virou ruinas aí foi necessidade desse processo que agente se referiu de restauração da Igreja né e outros bens que estavam Tombados né.

Lorraine: Então não era uma prática nova já era..

Clério: É , a prática de Tombamento já existia, até aqueles Conselheiros que eu falei, as figuras importantes, os chamados " medalhões". Quando eu falo medalhão não tô querendo desvalorizar não, são pessoas destacadas mais que não eram, podiam até ser indicado por entidades culturais mais a conotação não era essa, eram pessoas mesmo escolhidas a dedo por alguém que indicava, o próprio governador escolhia né.

Lorraine aos 19 minutos e 50 segundos: Quando o senhor leu o processo estava claro que as memórias culturais de Muqui era o casario eclético ou quando você leu você pensou em outras coisas?

Clério: Não, não, não. Tava especificamente posta que seria o Tombamento dos casarios, dos imóveis lá né? Quando eu percebi isso , verifiquei também que faltava um memorial descritivo, a descrição da área de entorno ali , então, qual foi a minha proposta? Ir até o local, se reunir com a comunidade, como eu fiz , eu me recordo bem que foi cedido o espaço na câmara, eu fiz uma reunião com os vereadores, representantes da prefeitura.

Lorraine: Como o pessoal (comunidade) ficou sabendo da reunião?

Clério: Eu comuniquei, entendeu? A partir do momento que eu peguei o processo , vi na minha agenda a minha disponibilidade, porque na época eu era servidor público estadual, com cargo de escrivão da policia civil e mexia com a parte literária, por conta de descrever os depoimentos das pessoas, então como escrivão de polícia tinha prática de ouvir as pessoas, de tomar depoimentos e essas coisas né, além da minha pratica como poeta, como trovador, escritor, então se aliou a tudo isso né e aí como eu tirava plantão, plantões de 24 horas tinha determinados dias de folga , então dentro da minha agenda, aliás quero ressaltar que eu fui escrivão da policia durante 37 anos e recebi as três medalhas principais que existem : medalhas de bronze, ouro e prata. São as medalhas que as pessoas recebem pelos serviços prestados né por não ter punição, não ter falta de serviço e tudo mais, as medalhas que recebi como escrivão da polícia civil. Não digo que seja importante isto porque todo policial civil deve ter essas três medalhas, deve honrar a sua instituição e ter essas três medalhas , não é isso?

Dirige-se ao cinegrafista para perguntar se estava gravando.

E pede pra voltar a perguntar anterior.

Aos 22 minutos e 53 segundos: Tava bem claro , evidente, que seriam os imóveis e como eu disse, a partir do momento que eu peguei o processo , vi na minha agenda a possibilidade de ir lá, o que que eu fiz ? Avisei, pedi ao próprio conselho que , ela ligou, ela ligou pra prefeitura e

avisou: - oh, estamos mandando aí um conselheiro Clério Borges e tem um processo aí de visita aos locais pra poder a gente ver esse processo de Tombamento, esse pedido que está aqui no Conselho, então foi avisado e com isso, na hora certa, no momento certo, eu me lembro que foi a tarde, quando eu cheguei lá eu me lembro que o pessoal já estava esperando na câmara municipal, já tinha representante da câmara, da prefeitura e representantes da comunidade também que na reunião me mostraram a necessidade de que existisse realmente o Tombamento, e aí agente então fez um relatório depois esclarecendo tudo sobre isso.

Lorraine aos 24 minutos e 03 segundos: Senhor Clério, era interesse do Conselho Estadual de Cultura Tombar Muqui? E por que?

Clério: É, pro CEC e digo mais, até pra qualquer Conselho seja ele municipal ou Estadual tem sempre interesse no Tombamento dos bens históricos, porque é uma necessidade agente procurar preservar, manter um pouco da nossa historia, a gente só vai manter um pouco da nossa historia se a gente realmente procurar preservar esses monumentos antigos né, eu acho que isso é de fundamental importância. Então pro Conselho era importante eu me recordo aqui ó, tem até a primeira reunião na câmara municipal (começa a ler o relatório) onde nos temos aqui , tá aqui a data dia 16 de Janeiro de 1990 , foi no dia 16 de Janeiro de 1990 essa reunião, tá até aqui essa data (aponta para o papel) e depois tem o relatório que eu fiz.

Lorraine aos 25 minutos e 16 segundos: Essa reunião foi em 1990e o Estado acabou Tombando Muqui em 2012.Voce ficou satisfeito com o resultado, você chegou a ver, era isso mesmo que o que você imaginava.

Clério: É, os processos de Tombamento eles realmente demoram porque são analisados vários aspectos né, porque com o Tombamento dos imóveis, os proprietários precisam ser notificados de que não podem mudar a estrutura do imóvel e tudo mais, então existia algumas pessoas, a maioria estava interessada no Tombamento, outros tinham a preocupação de não poderem depois de melhorarem seu imóvel , de ampliar, ou fazer outras demandas aí de , relação a parte do imóvel né?E com isso os processos são demorados, porque tem que se ter a aprovação, a permissão aí, o aval de todas as pessoas proprietárias do imóvel, então é um processo demorado realmente , agente sente que no Brasil a conscientização da necessidade do Tombamento dos bens culturais demore mais é pratica que tem que ser dentro da legalidade né.E aí a gente fica satisfeito, feliz que um trabalho que a gente fez em Janeiro de 1990 tenha prosperado em 2012 e que tenha sido feito o Tombamento de uma cidade importante, com imóveis importantes como Muqui.

Lorraine aos 26 minutos e 55 segundos: O Iphan tem interesse pelo Tombamento de Muqui. O senhor acha o Tombamento ainda uma medida de preservação?

Clério: Não, eu acho que o Tombamento é uma medida ainda que deva ser cultuada , que deva ser mantida. O Governo Federal o Governo Estaduais, eles precisam manter esses Tombamentos mas esses Tombamentos precisam ser cercados, serem , terem um adicionamento de uma forma que faça com que esses imóveis sejam também preservados, porque as vezes ocorre de um bem ser Tombado e ocorre dele ser literalmente tomba porque não tem preservação, então eu acho que deveria ser instituído um fundo cultural para Tombamentos de bens em todo país esse fundo nacional para Tombamento de bens teriam o dinheiro que iriam se arrecadando e aí poderia ser até de instrumento como a própria loteria esportiva da caixa, deduzir meio por centro de cada jogo pra esse fundo e com esse dinheiro iria se preservando esses imóveis pra que ele não Tombasse literalmente. Eu acho que a medida é concreta, ela deve ser cultuada, deve ser desenvolvida mais tem que ser cercada também de uma construção de uma , de algum mecanismo que possa fazer com que haja um recurso para a restauração desses bens que são Tombados.

Lorraine : Senhor Clério, gostaria de agradecer pela entrevista, gostei muito de conhece-lo e espero que nos encontremos mais vezes.

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: temática
Entrevistador (es): Lorraine Oliveira Nunez
Levantamento de dados: Lorraine Oliveira Nunez
Pesquisa e elaboração do roteiro: Diva Maria Freire Figueiredo, Lorraine Oliveira Nunez, Rafael Winter Ribeiro.
Sumário: Diva Maria Freire Figueiredo, Lorraine Oliveira Nunez, Rafael Winter Ribeiro.
Técnico de gravação: Lorraine Oliveira Nunez
Local: Muqui - ES - Brasil
Data: 24 de Junho de 2014
Entrevistada: Ney Rambalducci

Entrevista realizada no contexto da pesquisa para o Mestrado Profissionalizante em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, desenvolvido entre 2012 a 2014, pela aluna Lorraine Oliveira Nunez na unidade de Vitória/ES.

A pesquisa tem a cidade de Muqui, localizada ao sul do Espírito Santo, como seu principal objeto de estudo, cujo trabalho busca estudar as interfaces do patrimônio cultural brasileiro.
A escolha da entrevistada se justificou por ela ter ocupado um lugar de destaque no processo de preservação do sítio histórico de Muqui, culminando no seu efetivo Tombamento, justificando assim seu apelido de "mãe do Tombamento". Ney Costa Rambalducci nasceu em 22 de Junho de 1934, fez seus estudos em Muqui, onde concluiu o Curso de Formação de Professores. Ingressou mais tarde na Faculdade de Ciências e Letras Madre Gertrudes de S. José, onde diplomou-se em Pedagogia. Foi funcionária pública durante 30 anos. Em 1987, Rambalducci lidera o primeiro abaixo-assinado cujo principal objetivo era resguardar e preservar as memórias culturais de Muqui conseguindo oitenta e oito assinaturas.

Temas: Abaixo - assinado, moradores de Muqui, vida em Muqui na década de 1987, Constituição Federal (1988), Patrimônio Cultural, Cultura, Memória, Resguardar e Preservar.

Lorraine[53] - Poderíamos começar a entrevista com a descrição dos fatores que levaram você (ou a influenciaram) a encabeçar o abaixo – assinado da "Comunidade de Muqui" (mostrar a cópia do abaixo – assinado para a entrevistada), falando sobre as "memórias culturais de Muqui", sobre suas primeiras providências e seu trabalho nesse processo.

L – Nessa época, a questão da preservação da cultura já era bastante discutida ou partiu de um estudo particular, de um trabalho paralelo da senhora?

L – Na época, a senhora consultou alguém sobre o que desejava fazer? Se sim, qual foi a orientação dada e por quem?

L - Havia outras pessoas interessadas no mesmo assunto ou você agiu sozinha? Se sim, quem eram e quais eram suas profissões?

L – Na sua família existem outras pessoas interessadas por esse tema?

L - Na época havia outras pessoas com projetos semelhantes ou a senhora acha que era o único?

[53]Explicitar para os informantes os objetivos do trabalho e os possíveis usos que fará da entrevista.

L – A senhora conversou com cada um desses que assinaram o abaixo- assinado? (Mostrar a cópia do abaixo- assinado)

L – Gostaria de perguntar sobre a Comissão Pró- Tombamento criada em 1999. Qual foi o intuito de vocês? Quem fazia parte? Quais eram suas formações?

L- O que dizia a eles? Como os convencia a assinar? Todos sabiam o que se tratava a preservação das memórias culturais de Muqui?

L- O que são as memórias culturais de Muqui?

L- A senhora teve que fazer campanhas na rádio, na televisão, nos jornais sobre esse tema?

L- Quais foram as primeiras medidas após o Tombamento em 1999? Existiram restaurações? Em que imóveis foram feitos essas restaurações? Qual o motivo da escolha por esses e não por outros?

L – Atualmente Muqui tem 187 imóveis Tombados pelo Município e XXX pelo Estado. Você considera que seu projeto deu certo? Está da maneira como você idealizou?

L- O Turismo, o desenvolvimento do turismo era uma questão na época?

L- Faria alguma coisa diferente?

L- Você exerceu algum cargo, criou alguma associação após a entrega do abaixo- assinado?

L- Quando ocorreram as primeiras reuniões com os Conselheiros de Cultura do Estado? Quais eram os nomes deles?

L- A senhora esteve presente? Como foi?

L- No momento da criação do Conselho Municipal de Cultural você exerceu algum cargo?

L- O conselho de cultura realizou alguma pesquisa, enquete sobre o que os moradores de Muqui desejavam preservar?

L – A senhora poderia dizer a quem coube essa decisão?

L- Como eram as relações entre os Conselheiros Municipais e moradores? Tinham reuniões?

L- A senhora lembra quem eram? Como foram eleitos?

L- Naquela época quais foram as maiores dificuldades encontradas pela senhora e no processo de preservação das memórias culturais de Muqui.

L- Existiram pessoas contra o processo de Tombamento? Existem relatos de casas que foram demolidas antes do Tombamento e depois? **Ver se tem algum pedido de demolição, alguma obra embargada.**

L- O livro que a senhora escreveu intitulado "Muqui, passado de Glória, passado e Esperança" tem alguma associação com esse período?

L- Quais foram as maiores lacunas/ dificuldades no processo de construção da narrativa histórica da cidade?

L- Você poderia nos contar um pouco sobre a história de Muqui?

L- Com a crise da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929 Muqui passa a desenvolver a economia pecuária, procede? Depois disso? Muqui sofreu alguma outra crise econômica?

L- O que aconteceu ou para onde foram os grandes cafeicultores dessa época?

L- Após o Tombamento, quais foram as mudanças que a senhora considera mais significativas? Houve um plano de desenvolvimento urbano? Chegaram as verbas dos fundos de cultura suficientes para manter a preservação do patrimônio c.? Quais foram as primeiras casas a serem restauradas? A senhora sabe o porquê? Concorda?

Lorraine: Bom, a escolha da entrevistada, a senhora Ney Costa Rambalducci se justificou por ela ter ocupado um lugar de destaque no processo de preservação do Sítio Histórico de Muqui culminando em seu efetivo tombamento pelo município e pelo estado do Espírito Santo e recebendo inclusive o apelido de "mãe do tombamento". Então dona Ney,acho que nos poderíamos começar a entrevista com a descrição dos fatores que levaram a senhora a encabeçar o abaixo assinado da comunidade de Muqui falando sobre as memórias culturais de Muqui, sobre suas primeiras providências e seu trabalho neste processo.

Ney: Como começou? Olha, eu comecei a ficar indignada com as casas que estavam sendo demolidas em Muqui, eu não me conformava com aquilo então, quando eu soube da primeira

casa que ia ser demolida aqui eu disse “gente pelo amor de Deus nós não podemos perder essas casas bonitas, desmanchar umas casas bonitas pra fazer um caixote, porque as construções mais modernas quase que são um caixote , né? Aí eu fiquei, fiquei (...) nesse meio tempo, o prefeito daqui resolve desmanchar uma praça que tinha aqui que depois mais tarde outra foi construída, mais ou menos o que era. Quando eu vi, soube que ele ia desmanchar, eu disse “ gente, nós temos que impedir isso” E como é que impede? Vamos fazer um abaixo- assinado. Aí fizemos um abaixo assinado, eu e uma professora que redigiu, encabecei o abaixo-assinado e comecei a procurar assinatura , peguei umas duzentas assinaturas mais ou menos, eu tenho até aí a cópia do abaixo-assinado. Mais não valeu de nada. O prefeito desmanchou a praça e fez o que ele quis fazer. Inclusive eu falei: gente mais ficou muito feio, parecia umas barraquinhas de feira, tirou era aqueles canteiros ovais, muito bonito e eu não me conformava com aquilo, de jeito nenhum aí fizemos o abaixo- assinado. Depois disso começaram também a demolir casa, onde demoliram a primeira casa baixa que foi construída aqui em Muqui que era aqui onde tem um prédio ali no lugar, o Banco do Brasil comprou.

E, aí, o Banco do Brasil ia fazer a sede ali, mas um sub-gerente, veio um arquiteto aqui e fez uma planta aproveitando a fachada da casa, mas o gerente entrou de férias e o sub-gerente não aceitou de jeito nenhum e demoliram a casa. Depois, o primeiro sobrado daqui de Muqui, que foi feita aqui em Muqui também, ali no jardim, começaram a demolir. Falei ‘ gente pelo amor de Deus, não demole, não faz isso não, esse sobrado é antigo, ele é bonito, ele não tá caindo, ao fundo estavam ruim, mas a frente tava boa, (diziam) “Não tá caindo, tá caindo”, tiveram que botar trator pra puxar pra desmanchar porque a parede não caia de jeito nenhum, não tinha como desmanchar. Aí, depois outra casa aqui, onde hoje é posto de gasolina, mesma coisa. O Gilberto, que depois assinou o Tombamento quando ele foi prefeito, ele era vereador, falei: “Gilberto pelo amor de Deus Gilberto não deixa demolir aquela casa ali, demolir uma casa pra construir um posto de gasolina! No meio, no centro da cidade, é um absurdo isso.” Gilberto teria respondido:” Dona Ney não sei não sei. Não teve jeito, demoliu mesmo a casa e aí eu venho lutando com isso, aí fiz um abaixo assinado e o Pedro Mendonça que era prefeito na época, levei o abaixo-assinado pra Vitória. Levei fotografia da praça, pra mostrar que tinha outros lugares aqui em Muqui que ele podia fazer essa praça, não precisava ser ali naquele local, aí a Ana Bernardes que era secretária de educação e Presidente do conselho , entrei no gabinete dela, entreguei o abaixo-assinado, mostrei as fotografias , fiz xerox das fotos que tá no abaixo-assinado, eu saí da sala da Ana entrou o prefeito. Ele tava na sala de espera, esperando eu sair pra entrar. Entrou pronto. Abafou , engavetaram o abaixo-assinado. Depois de.. vários anos depois , quando a Ana saiu da Presidência, saiu da secretaria de educação também, mexendo lá

descobriram o abaixo-assinado e ai resolveram vir a Muqui pra ver que que tinha em Muqui que tinha sido feito aquele abaixo-assinado. Foi aonde o Estado se interessou pra fazer o levantamento, pra fazer o Tombamento. Antes que o Estado fizesse nós fizemos pelo Município, então catalogamos as casas todas e foi assim que começou.

Lorraine: E alguém te ajudou a fazer esse abaixo-assinado? Quando você resolveu fazer você pediu ajuda pra alguém?

Ney: É, quando eu pensei em fazer o abaixo-assinado eu perguntei algumas pessoas o que que achava. Todo mundo concordou comigo, por isso que eu animei a fazer porque uma andorinha só não faz verão né. Eu tinha que ter alguém que também concordasse com a minha ideia pra poder fazer esse abaixo-assinado e aí logo que eu troquei ideia com algumas pessoas e sem citar nome de ninguém porque foram várias pessoas foi que nós começamos esse abaixo-assinado e graças a Deus na época não deu certo não mais depois deu né.

Lorraine: Então deixa eu entender, o que motivou você a fazer o abaixo-assinado foi a demolição da praça?

Ney: A primeira foi a praça. O abaixo-assinado mesmo foi por causa da praça. Iam destruir a praça, onde destruíram, desmancharam tudo, fizeram esse calçamento que ainda tem até hoje, que ali era paralelepípedo do lado e do outro, aí puseram aquele bloquete né no chão. Fizeram um muro que eu chamava de "muro da vergonha" isolando da linha. Nunca aconteceu de o trem pegar ninguém, nunca aconteceu, mais fizeram uma cerca de tela, uma tela grossa. Falei : - gente pelo amor de Deus, isso é uma vergonha, uma cerca de tela. – Ah, é pras crianças não irem pra linha. Nunca aconteceu isso aqui.

Lorraine: Era aonde essa praça?

Ney: Aí foi o Frei Paulo né, que resolveu voltar pra o que era antes , só que não voltou igual, mas bem parecido. Esses canteiros ovais, onde hoje tem aquele estacionamento tinha canteiro até aquela ponta, tinha um canteiro a mais ali e era paralelepípedo de um lado pro outro, carro podia passar tá. Eu acho que era mais bonita do que é hoje, mas enfim, já melhorou um pouco, pelo menos voltou um pouco do que era, no jardim também era banco igual é hoje, aí tiraram aqueles bancos e puseram um banco de cimento e eu achava aquilo muito feio porque eu fui na na faculdade de medicina em Vitória e então os bancos onde ficavam o defunto, aquelas coisas onde ficava o defunto era igualzinho aqueles bancos , eu disse " gente, pelo amor de Deus, fizeram inclusive uma televisão grande no fundo da praça e puseram aqueles bancos assim e assim, uma porção de banco assim pro pessoal assisti televisão na praça. Menina, eu olhava aquilo e dizia " Meu Deus do céu, tô dentro da sala de necrotério lá da faculdade de medicina,

que era uma coisa horrível aquilo" aí tiraram e puseram os bancos como era né. Aquele banco com encosto né. Quer dizer, é muito mais cômodo que um banco que não tem encosto né.

Lorraine: E Dona Ney, o pessoal que assinou o abaixo assinado, você conversou com cada um? E o que você dizia pra eles? Eles sabiam o que era Tombamento?

Ney: (Antes que eu terminasse a frase dona Ney já estava respondendo) Sabia, sabia, ninguém assinou sem saber. Todo mundo que assinou, assinou consciente do que estava assinando e dando pleno apoio. Não teve ninguém que, todo mundo que assinou sabendo o que tava assinando e dando todo apoio. Não podia mesmo, no dia que desmancharam o que estavam desmanchando foi uma alegria, veio gente aqui em casa e dizia "oh, graças a Deus, vão voltar ao que era antes". Então houve uma reação de muita gente que gostou, gostando de voltar, mais ou menos ao que era antes. Não voltou igualzinho não mais voltou bem.

Lorraine: Ali, o que chama atenção lá no documento é que a senhora escreveu assim "Abaixo-assinado para preservar as memórias culturais de Muqui" e aí eu pergunto: O que era naquela época as memorias culturais de Muqui? Eram os casarões?

Ney: É, mais a parte de casa, essa parte da arquitetura daqui. Porque minha filha se eu não tivesse feito isso muita casa já tinha ido abaixo porque depois que houve o Tombamento aí passaram a, as pessoas, os donos das casas passaram a ver a casa como um casarão antigo bonito, antes era velharia. A velharia de Muqui, depois do Tombamento vão passa a ver com outros olhos, dar outro valor. Tanto que houve uma melhora nas fachadas das casas, as pessoas passaram a conservar mais as casas né Jofre? Como o Tombamento tá um pouco parado, bastante parado, então o negocio tá meio, já não tá com tanta (somos interrompidos pela campainha e ela grita que já vai atender) preservação igual era antes, sabe? Eu acho que no princípio tava mais.

Pede licença e vai atender a porta.

Lorraine: Dona Ney, na época, a senhora teve que fazer campanhas na rádio, jornal.

Ney: Não, não, não.

Lorraine: Foi boca a boca?

Ney: Só chegava e conversava e mostrava o que era, o que que é que eu tava fazendo aquele abaixo-assinado , explicava a pessoa a pessoa prontamente assinava.

Lorraine: Então, hoje agente vê que Muqui conseguiu né, depois de algum tempo, o Tombamento, era isso que você estava pensando quando você criou o abaixo- assinado?

Ney: Preservar o que nós temos de bonito porque eu acho que vale a pena preservar porque são muitas casas bonitas que temos em Muqui e eu acho que tem que haver a preservação, porque se tirar essas casas, vai acontecer o quê? Vai fazer posto de gasolina, vai fazer caixote, porque

essas casas de hoje é tudo caixote em cima do outro e essa beleza ..porque na época, naquela época que essas casas foram construídas não tinha arquiteto, não tinha gente que entendesse daquilo, eu não sei como eles conseguiam fazer essas coisas bonitas sem recurso. Quer dizer, na década de 20 que recurso que tinha no interior pra fazer essas coisas lindas que eles fazem? Não tinha, agente tem que dar valor , pelo sacrifício que era , principalmente pelo sacrifício que era fazer esses alabescos, essas coisas que faz. Eu tenho aqui em casa, que essa parte de trás foi aumentada, assim, essa varanda de cá. Na primeira varanda, na de lá, da frente, tem, em volta da luz, você pode olhar lá, tem um negocio de gesso, eu não consegui ninguém que fizesse.
Aos 15 minutos Somos interrompidos pelo celular
Continuando
Ney: Mas aí voltando as casas, eu acho que naquela época, na década de 20 , que recurso que (...) não tinha arquiteto, não tinha, os mestres de obra era tudo gente analfabeto que , a maioria não sabia mexer com cimento e fazer essas coisa linda, que você vê . Tava falando um negócio aqui, já tinha esquecido. Quando eu fiz, quando papai mandou fazer essa extensão na varanda ,na época ele pediu pra ninguém fazer não. Agora, há pouco tempo, eu fiz uma reforma assim, pintura, mandei assim, limpar a casa, tinha estragado, felizmente, assim, pouca coisa, aqui dentro de casa tinha uma parede, onde tava o reboco caindo, aí então eu tentei fazer o mesmo desenho que tem ali fazer aqui . Não consegui ninguém que fizesse, nem aqui, nem em Cachoeiro nem em Vitória. Quer dizer, é uma coisinha atoa pra aquela época era muito, pra hoje com os recursos que tem não é coisa tão difícil assim de fazer. Tem um rapaz aqui que falou que ele faz. Faz, faz, faz mais não fez ainda, ele que fez a reforma daqui de casa, o Padela. Ele falou comigo que ele faz "- a mais tem que fazer a forma e tal, eu faço" mas é eu faço , eu faço mais não fez e eu fui em Cachoeiro, me falaram que tem uma pessoa que trabalha pra Igreja e que faz, não consegui ninguém pra fazer. É uma coisinha, você vai ver lá o que que é. Por aí você vê, naquela época, na década de 20, essa casa aqui foi feita em 1929, a construção dela foi em 1929, quer dizer, já tinha quem fizesse isso, gente que era pedreiro! Era pedreiro daqui de Muqui, não conhecia nada, olhava no livro, naqueles manuais de arquitetura, de casas e tal e por ali olhava e fazia e fazia. E hoje em dia, com tanto recurso você não encontra oficial pra fazer, né? Então eu acho que isso nois tem que preservar. É uma coisa que, vê se você encontra alguém que faça isso hoje. Porque ninguém quer ter trabalho. A verdade é essa, não é porque não sabe fazer não, saber eu acredito que saiba. Num que é ter trabalho, quer fazer uma coisa mais simples, mais rápido, né? E não quer ter trabalho pra fazer uma coisa mais assim recortada, mais trabalhada né.

Lorraine aos 19 minutos e 37 segundos. Vi que a cidade hoje recebe muito turista, né. Q veem pra ver, conhecer. Quando, em 1987,o turismo era uma questão? Você já pensava no Turismo?
Ney: Não, não, não. Bom, eu pelo menos, nunca pensei nessa parte de turismo não, mesmo porque Muqui é uma cidade muito pequena, com pouco recurso, muito pouco recurso, não tem uma indústria, não tem nada, então, é pro povo daqui mesmo. Agora, se o turismo não levantar Muqui, nada levanta. Porque não tem, não tem como, não tem um incentivo pra alguém botar indústria aqui, escoação do produto, pra mandar pra fora, também é difícil né, porque só tem estrada que vai pra Cachoeiro e a que vai pra Mimoso, fica longe da BR, então é mais fácil colocar uma indústria em um lugar que é perto da BR que dá pra escoar bem o produto, do que numa cidade que não tem daí ir daqui pra Cachoeiro, pra Vitória, para mais longe, aí bota num lugar onde é mais perto da BR que fica mais fácil.
Lorraine aos 20 minutos e 52 segundos. Depois do abaixo-assinado, você criou alguma associação? De moradores? Um grupo de apoio ao Tombamento?
Ney: Não, isso depois do Tombamento é que criaram associações nos bairros e tudo, mais acho que essas associações são muito devagar. Inclusive a do centro não foi pra frente. Sabe o que é que acontece? Ninguém quer tomar conta do que não dá dinheiro. Se você falar vamos fazer uma associação, essa associação vai dar dinheiro pra quem quiser aparece milhões de pessoas querendo não a associação, mas o dinheiro que aquilo pode vir. Se você vai trabalhar, que só dá trabalho e não dá renda, você não consegue ninguém. Eu tenho uma experiência muito grande com isso, com o centro cívico daqui. O centro cívico daqui de Muqui, não sei se vou fugir ao assunto mais depois você corta , vou te explicar como é que foi. Esse centro, esse clube social daqui começou, papai foi o primeiro presidente e ele era uma pessoa muito dinâmica, muito calada, mas muito dinâmica, juntou com um grupo que naquela época gostava, não importava de ver o dinheiro na frente queria o progresso e no começo nós dançávamos, eu também fazia parte, no salão onde hoje é a câmara, na prefeitura ali, onde era o salão. Mais não dava o direito, ali foi ficando pequeno também pra sociedade então resolveram fazer a sede própria e com muito sacrifício fizeram a sede que hoje tem ali onde tem o jardim que você já viu. Acontece que enquanto tinha aqueles abnegados que fazia com amor aquilo ia progredindo, mais depois começou a entrar politico no meio, começou a ter politico que ele abriu pra qualquer um ser sócio do clube, eu acho que agente não pode discriminar a pessoa pela posição social, mas pela posição moral, não é qualquer um que pode fazer parte de uma sociedade, as vezes ele tem condição social muito boa mas a condição moral não é tão boa pra fazer parte de uma sociedade. Quando entrou um presidente do clube que abriu pra todo mundo ser sócio do clube e ficou uma sociedade que começou a, uma sociedade que nem era mais uma sociedade né, era

um aglomerado de gente e daí pra frente foi piorando. Até que entrou uma diretoria, essa diretoria esculachou mesmo, largou, podia entrar qualquer um, tinha piscina e se pagasse dois reais podia tomar banho na piscina, sem ser sócio, sem nada, qualquer um, esses meninos de rua arranjavam dois reais e ia com a roupa que tava na rua pulava dentro da piscina, piscina é uma coisa muito perigosa né, não pode ser assim, não é querer falar Ah não pode, não, não é. Você tem que ter uma certa higiene principalmente né. Eu faço parte da academia muquiense de letras e nós fomos fazer um evento lá no clube, enquanto nós estávamos lá ensaiando pra fazer o evento o rapaz que tomava conta, que era o faxineiro, não era que tomava conta não era o faxineiro tava lavando o assoalho é peroba tava lavando umas cadeiras de plástico com mangueira na dentro do salão, menina, aquilo me doeu , falei gente pelo amor de Deus nós não podemos deixar isso, aí as minhas companheiros sabendo que eu era apaixonada pelo clube começaram a me futucar e dizer – Ney, você vai deixar Ney? E eu comecei a ficar indignada com aquilo e chamei a presidente e pedi – você poderia me dar a lista dos sócios – proprietários? Mais eu fui honesta com ela, falei o que ia me comunicar com eles pra eles olharem pra isso, pra vê se eles resolvem tomar conta disso que tá aqui porque não pode continuar desse jeito. Ela levou dois anos pra me dar a lista dos sócio-proprietário. Ela não queria. Eu consegui me comunicar, são 50 sócios – proprietários, com 47 sócios – proprietário. Fiz um oficio uma cartinha explicando a situação e pedindo pra que viessem a Muqui pra ver a situação e tomar conta. Aí chamei a diretoria que estava no clube na época, como diretoria do clube, e ela foram – isso foi em Novembro – grande parte dos sócio proprietário de fora, porque a maioria não mora mais em Muqui, muitos já faleceram mais tem as famílias né e fizemos uma reunião no clube e ai quando eles viram a minha disposição e que a minha , que eu que levantei a lebra né, minha filha, todo mundo me deixou na frente , resultado: Tô eu na frente, desde aquela época e não tem ninguém que me ajuda , tem uma diretoria , que os sócio proprietário concordaram c essa diretoria, não tem tempo, não olha, a vice presidente não olha, secretária só o dia que tem reunião que eu chamo que vai, mas ninguém, tesoureiro, aí eu fiquei como tesoureiro e até hoje tô batalhando, tô batalhando e não consigo. Agora, coisa de uns dois anos mais ou menos, o corpo de bombeiro resolveu interferir e depois daquele acidente de Santa Maria daí que arrocharam mesmo e o clube está interditado e o pessoal e eu tô as voltas com a justiça porque eu não consegui registrar em cartório a diretoria porque a ultima diretoria que foi registrada foi em 79, daí pra cá não registraram mais diretoria nenhuma então nós fizemos um pedido pro juiz pra registrar a diretoria atual e tá enrolando, tá enrolando, tá enrolando e nunca mais que desenrola pra registrar a diretoria pra mim poder fazer alguma coisa e não consegui ninguém que me me ajudasse então tá na justiça , tem uma inquilina que paga uma mixaria não quer

aumentar o salário, o aluguel , nós pusemos na justiça também pra pedir pra ela sair e não ata nem desata e eu não acho ninguém pra me ajudar então eu " não que o clube tá parado, o clube já jogado as traças " eu falei " gente, não está jogado as traças , eu não tenho culpa se o bombeiro interferiu e não quer deixar funcionar e não é que tá parado, tá na justiça, tá lá, mais ninguém movimenta mais , tá entregue a arquiteto, tá entregue a tá na justiça pra pra registrar ata, pra fazer uma outra diretoria , que que adianta eu fazer uma outra diretoria se a atual não pode nem registrada ainda? Mais você acha alguém que queira ajudar? Não acha. Então o que acontece, o aluguel que entra eu junto um dinheirinho, coloco no banco, porque não tem evento, não tem nada, quer fazer a obra e cadê dinheiro pra fazer a obra? Os sócio – proprietário ó (faz um sinal com as mãos de eles não se importam). Ninguém paga. São sócio proprietário porque no estatuto não teriam que pagar nada, pelo estatuto eles tem direito a frequentar o clube sem pagar nada. Eu não digo assim, nem que pagasse mais que ajudasse assim, a levantar o clube, ah mais eu não desanimo não, desanimo não, eu to cansada, to preocupada com a situação, por que? Digo a você, se tivesse um ordenado, garanto a você que aquilo ali estaria com Milhões de pessoas querendo assumir o clube e a mesma coisa são as associações de bairro, se você botar um ordenado para o presidente ai ó vai ter assim ó de gente querendo. Mais não tendo, o vil, vil ninguém quer, não é fácil não. Ainda mais uma cidade pequena igual Muqui. Todo mundo "ah, eu não posso, ah, eu não posso" e com isso vai encontrando uma doida igual a mim pra assumir. Agora que, eu sou espírita, eu sou tesoureira do grupo espírita, então fica ali na parte de baixo os papeis do grupo espirita, na parte de cima papeis do clube, agora to eu, tô na luta, mais eu não desanimo não, um dia eu ainda chego lá.

Aos 31 minutos e 40 segundos

Lorraine: Dona Ney, você disse uma coisa que me fez ficar curiosa , quando você fez o abaixo-assinado o prefeito que estava na gestão ele era contra?Ou ele não entendia o que era o Tombamento?

Ney: ah agora eu não me lembro quem era o prefeito, Ah!Era o Pedro Mendonça, era o Pedro Mendonça, muito ignorante, não entendia, não não . O Pedro Mendonça o que ele podia atrapalhar ele atrapalhava ele era muito bronco, muito bronco mesmo, não entende nada, ele não dava valor, não dava valor, aí foi aí que ele desmanchou a praça, ele que me incentivou a fazer o abaixo assinado. Ele com a mulher dele se davam muito bem comigo, me chamavam até de tia, mais depois disso ele brigou comigo e a mulher dele ainda me dou bem com ela e tudo mais com ele, muito ignorante sabe. A pessoa pode não ter instrução, não pode é ser ignorante, né? Às vezes tem uns que é instruído e ignorando, o Pedro. As vezes tem instrução e é ignorante mesmo.

Lorraine aos 33 minutos e 07 segundos: O abaixo assinado foi então em 1987 e o Tombamento em 1999. Durante esse tempo alguma outra casa foi demolida?

Ney: Foi, foi. Depois do abaixo assinado olha, eu não me lembro a data, eu não sou de guardar a data não , nem mesmo a data do abaixo-assinado se você não fala a data eu não guardo. Oh, eu fiz o lançamento do livro, eu to escrevendo uma historia da minha vida e eu tive que parar de escrever pra ver no livro qual foi o data de lançamento de livro porque eu não lembrava (risadas) De um eu lembro, o primeiro, agora o segundo que eu fiz causos com o nome da minha mãe , historia da minha mãe eu não lembrava, foi preciso que eu , ir no livro pra lembrar o dia que foi , quando que foi o lançamento do livro. Eu não sou muito de guardar data não, mas essas casas assim, como a do XX foi depois, a daqui, acho que essas casas foram tudo depois do (pausa para pensar) não, não, não, foi não. Ali da o Gilberto era vereador quando demoliram pra fazer o posto de gasolina, acho que todas foram antes, foram antes.

Lorraine: E depois?

Ney aos 34 minutos e 35 segundos: Agora, depois do Tombamento mesmo, não teve mais demolição (pausa) teve sim! Teve onde hoje é o Barão, né, que ali, ali também deu uma confusão danada porque eles demoliram da noite pro dia e a prefeitura quem tirou os entulhos de lá, a prefeitura (pequena pausa) não demoliram todo, mais a fachada modificaram todinha, a fachada. Sabe? Mas, esse foi o caso, o caso mais berrante que teve foi este. Onde hoje é o Barão (mercado). Que alias eles estão querendo fazer a parte de cima mais enquanto eles não acertarem a fachada eles não vão deixar mexer, então chove lá dentro porque não fizeram telhado, então a laje casa, chove lá dentro, mas eles não chegam a um acordo de consertar a frente e eu agora, ultimamente, eu ando bem afastada da parte de Tombamento, não sei nem como é que tá ainda a situação ultimamente sabe, eu tô bem afastada, negocio de saúde, não tô podendo também me envolver muito né. Eu descobri o meu câncer em 2007, então sempre envolvida com médico e tratamento mais o que eu posso dar minhas pernadinhas eu dou. (risadas)

Lorraine aos 36 minutos e 07 segundos: Ney, você mandou o abaixo assinado pro pessoal do Estado né só que foi o Município Tombou antes, por quê?

Ney: Porque quando o Estado descobriu o abaixo-assinado que vieram aqui eles fizeram uma relação das casas que interessava pro Estado fazer o Tombamento aí o pessoal, nos descobrimos, não sei nem quem foi que descobriu.

Somos interrompidos pelo celular

Retomamos aos 37 minutos e 06 segundos: foi o pessoal da prefeitura mesmo que descobriu que o pessoal do Estado veio aqui, aí o Gilberto contratou a Joelma e o Genildo pra fazer o

levantamento pra ver se havia possibilidade mesmo de fazer o Tombamento Estadual (se corrige) Municipal. Quando o Estado descobriu o Tombamento Municipal já estava sendo feito, foi feito por isso, por causa desse levantamento que o Estado fez e tinhas as casas que interessava pra eles Tombarem, falei "bom, já que o Estado interessa Tombar vamos fazer o o Tombamento Municipal, foi quando com a Joelma e o Genildo aqui que eles logo fizeram, catalogaram as casas e viram que havia mesmo um numero suficiente pra fazer o Tombamento que foi quando o Gilberto convocou pessoas que ele sabia que era interessadas no Tombamento pra ajudar e começamos nós lá naquela luta.

Lorraine aos 38 minutos e 11 segundos: Teve então que o município criou um conselho, o conselho Municipal, e você exerceu algum cargo neste conselho?

Ney: Ah eu já fui, e não gosto muito da parte de presidência não sabe, eu sempre fiz parte do Conselho, mas nunca eu gostei de ficar como presidente não, eu fui da câmara de literatura por causa da academia de letras então eu era sempre da câmara de literatura, mais eu estava sempre entranhada. Sempre ali , naquele meio, por que o IPTU daqui de Muqui é muito irregular, não segue direito não, dai quando foi na época de mandar as cartas o rapaz que tinha chegado recentemente pra Muqui não conhecia as pessoas, não sabia quem tava no lote 1, quem tava no lote dois, , aí eu ia pra lá. Pra ajudar, pra explicar " oh, esse lugar é assim, esse outro lugar é assim assimassim" porque eu conheço, nascida aqui né, conheço todo mundo, você fecha o olho assim eu sei casa por casa de quem que é. Agora de uns tempos pra cá que viera umas pessoas do interior pra qui outras mudaram de outro lugar pra qui também mais a maioria é , conheço direitinho onde é que mora, quem que é e tudo então eu ajudei muito nessa parte do levantamento das casas .

Lorraine aos 39 minutos e 37 segundos: então depois que você fez o abaixo assinado vocês mesmo que fizeram o levantamento das casas?

Ney: Foi, foi, a Joelma e o Genildo é que vieram pra qui e que, como arquiteto e "turosmologa", os dois é que fizeram, eles dois que fizeram o levantamento mesmo e nós ali na, ajudando na hora de mandar as cartas porque também o Tombamento não foi obrigatório, só assinou o Tombamento quem quis assinar, não foi obrigatório não, quem queria assinar dava o aval assinando. Então a casa era Tombada – Ah, eu não quero. Ah então não Tomba.

Lorraine aos 40 minutos e 32 segundos: Teve alguém que não quis?

Ney: Teve, teve um que é meu cumpadre e foi lá na na onde nos ficávamos, lá perto da prefeitura e disse um bocado de desaforo, ficou zangado comigo muito tempo , falei - gente que que o Tombamento fez , arrumou até um inimigo. O Isaias. Ficou bravo e Tombou , a casa dele não foi tombada, até hoje não foi tombada não , ele ficou ficou no entorno né, a casa dele acabou

ficando no Entorno, mas ele não aceitava de jeito nenhum, diz que não aceitava e não aceitava. Não assinou e foi feito uma ressalva dizendo que o proprietário não aceitava o Tombamento e não, só que aceitou o Tombamento, teve gente que não aceitou e que foi lá, nós explicamos o que que era o Tombamento então ele acabou aceitando , teve uma pessoa, que essa casa precisava ser Tombada, a casa do Rubem Barreto 41:40 fui conversar com ele , (ele disse) - Dona Ney, se fosse particular, se fosse coisa particular eu aceitava mais como é a prefeitura está envolvida eu não aceito . Porque ele tinha um terreno acima do morro e a prefeitura diz ele, que a prefeitura desapropriou e não deu , não pagou, não deu nada , tomou pavor de tudo ligado ao governo. Eu não tirei a razão dele: - Não, não vou fazer não porque depois eles vão tomar a minha casa e daí? A casa dele se você olha, mostra lá pra ela depois a casa dele Jofre, a casa dele tem umas pinturas externas, então é uma pena, uma casa bonitinha com umas pinturas externas que precisava de ser restaurada mais a casa não é Tombada, ele não aceitou, agora eu acredito que se quiser restaurar ele até concorda, entendeu? Que restaure a pintura mas Tombar ele não deixa de jeito nenhum porque tem medo de que vão tomar o direito da casa e não teve jeito, conversei conversei mas. Ele disse – Olha dona Ney, modificar minha casa nunca! Eu não deixo, já falei pras minhas filhas e com meus filhos mesmo, não quero que ninguém modifique nada, agora, aceitar o tombamento eu não aceito, foi bom que pelo menos não modificado já tá bom. Agora, é uma pena viu porque merecia ser restaurada.